



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS - GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE**

**MICHELE LOBO CASTILHO**

**POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DA UFT: UMA PROPOSTA DE DIRETRIZES  
PARA A SUA CONSTRUÇÃO**

**PALMAS – TO  
2020**

MICHELE LOBO CASTILHO

**POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DA UFT: UMA PROPOSTA DE DIRETRIZES  
PARA A SUA CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino em Ciências e Saúde.

Orientador: Professor Doutor José Lauro Martins.

Coorientador: Professor Doutor Juracy da Silva Guimarães.

PALMAS – TO

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

C352p      Castilho, Michele Lobo.  
             Política de Esporte e Lazer da UFT:: Uma proposta de diretrizes  
             para a sua construção . / Michele Lobo Castilho. – Palmas, TO, 2020.  
             128 f.

             Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do  
             Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-  
             Graduação (Mestrado) em Ensino em Ciências e Saúde, 2020.

             Orientador: José Lauro Martins

             Coorientador: Juracy da Silva Guimarães

             1. Esporte Universitário. 2. Esporte e Lazer. 3. Políticas Públicas.  
             4. Política de esporte e lazer da UFT. I. Título

**CDD 372.35**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO EM CIÊNCIA E SAÚDE

Avenida NS 15 ALCNO 14,109 Norte, 77001-090, Bloco Bala I Sala 04|77001-090|Palmas/TO

(63) 3229-4806 | [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br) | [ppgecs@uft.edu.br](mailto:ppgecs@uft.edu.br)



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Aos 31 dias do mês de março de 2020, às 14 horas e 30 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado, designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação, composta pelos professores: Prof. Dr. José Lauro Martins, presidente e orientador; Prof. Dr. Juracy da Silva Guimarães, Coorientador; Prof.ª Dr.ª Valdirene Cássia da Silva, membro interno; Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, membro externo.

A banca examinadora se reuniu, com a participação por videoconferência dos membros citados, conforme Art. 56-A da 17 Resolução nº 13, de 22 de março de 2017 para julgar a Dissertação de Mestrado, intitulada: "POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER DA UFT: UMA PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA SUA CONSTRUÇÃO", apresentada por Michele Lobo Castilho.

O presidente deu por aberta a sessão e, em seguida, passou a palavra a mestranda, para que, no prazo máximo de 20 minutos, expusesse o trabalho de pesquisa que resultou na Dissertação a ser defendida.

Terminada a exposição, o presidente autorizou a arguição pela Banca Examinadora.

Finalizada a arguição, o presidente suspendeu a sessão para que fosse efetivado o julgamento da Dissertação apresentada.

Recolhidos os resultados, o presidente retomou os trabalhos públicos da sessão e anunciou o resultado final do julgamento da Dissertação apresentada: A banca considerou aprovada a Dissertação.

A banca, às 16:30 horas encerra a sessão, cuja ata vai assinada pelos membros da banca examinadora e pela mestranda.

Palmas, 31 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Lauro Martins', is written over a horizontal line.

Prof. Dr. José Lauro Martins  
Presidente da Banca de Dissertação de Mestrado

*Dedico esse trabalho...*

*A minha querida vovó Conceição, que nos deixou exatamente no momento em que me preparava para iniciar este ciclo de estudo, e no qual tenho grande gratidão...*

*E sempre a ela, minha amada mãe Miralva, que permanece em nossas lembranças como um exemplo de luta, determinação, superação de obstáculos, e por ainda me fazer lembrar do seu amor, generosidade e alegria...*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Deus por me dar forças para enfrentar este desafio com resiliência.

O mais importante de tudo, agradeço a minha família, mesmo aos que já não estão neste plano (vovô Chico, vovó Deci, vovó Conceição, mamãe Miralva), ao meu tio Regi, a minha querida irmã Milene, que juntas trilhamos uma linda história de muita luta, e vencemos! E ao melhor presente que a vida nos deu, o meu sobrinho afilhado, Jorge Luiz, um “serzinho” iluminado que nos proporciona tantas alegrias. Amo vocês para sempre! Norma, obrigada por fazer parte da minha vida nesse novo ciclo, apesar do seu precioso tempo e sua paciência de “jó” (risos) sempre me ouviu, e entendeu meus momentos de angústia, me fazendo trocar tudo isso por momentos de muitas risadas e carinho, isso se resume a respeito, felicidade, cumplicidade, e principalmente ao amor que compartilhamos uma pela outra. E como não agradecer também a Fiona, um ser de luz de quatro patas que tantas vezes foi minha companheira nesse período de escrita, que chamava minha atenção para que eu pudesse relaxar dos momentos de tensão, e que do seu jeito me acalmava quando simplesmente só ficava próximo a mim. Amo vocês!

Agradeço aos meus queridos amigos que sempre estão torcendo por mim, especialmente Bruno e Venícius que em alguns momentos dedicaram um tempinho do seu dia para me orientar. Obrigada pelas palavras de motivação, que por vezes nos levaram a boas risadas.

Obrigada aos meus professores do Programa. Em especial, professora Cássia pelas contribuições de forma tão generosa. Professor Luiz Sinésio pelo pontapé inicial. Professor Lauro, pelo pontapé final, muito obrigada pela sua orientação, apoio, por não me deixar desistir no momento de fraqueza e por me mostrar de forma mais tranquila como conduzir essa fase acadêmica, meus sinceros agradecimentos professor Lauro!

Ao professor e colega de profissão Juracy, por aceitar o desafio de me ajudar nessa reta final, pela paciência e atenção, principalmente pela gentileza e humildade ao tratar comigo sobre as suas ideias. Profissionais/professores como

você que me espelha. A vida é uma troca de conhecimentos a todo momento, e isso se torna mais prazeroso e gratificante se fizermos com amor e respeito ao próximo.

Meus agradecimentos a banca de qualificação e defesa, representada pelos professores Gilson Porto e Valdirene Cássia, que contribuiu em diversos pontos do trabalho e colaborou para a culminância desse estudo.

Deixo os meus agradecimentos a todos os meus colegas do mestrado, cada um com sua história de luta e perseverança. Etapa realizada com sucesso pessoal! Parabéns!!!

Enfim,

Se você está lendo esta página é porque eu consegui!!!

OBRIGADA MEU DEUS POR NUNCA ME ABANDONAR! OBRIGADA POR FINALMENTE EU PODER DIZER: ACABOU!!

*Muita gente me ajudou a chegar aqui  
Foi aos trancos e barrancos que eu consegui  
Minha família, meus amigos, minha fé  
A vocês devo tudo*

*Canela russa eu andava por aí  
Procurando um anjo bom pra me ouvir  
Eu jamais engoli sapo sem sorrir  
Suportei absurdos*

*Conquistando amizades, ganhei confiança  
Esse público amado me deu esperança  
Eu sou feliz demais, quando olho pra trás só consigo sentir*

*Gratidão*

*Pela força que não me deixou desistir  
Por ter sido escolhida para essa missão  
Obrigada meu Deus por você existir  
Sempre me deu a mão*

*Gratidão*

*Não há dinheiro que pague, não posso esquecer  
Se eu fugir das origens eu perco meu chão  
Obrigado meu povo por fortalecer  
Beijos no coração...*

Música: Gratidão

Cantor: Xande de Pilares

Compositor: Valmir Alencar Correa.

*Você nunca sabe que resultados virão da sua ação, mas se você não fizer nada, não existirão resultados". (Mahatma Gandhi)*

## RESUMO

No Brasil o aumento das produções científicas voltados para as manifestações de esporte e lazer foram conquistando maior atenção, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que o esporte e lazer foram contemplados como um direito individual e social. Contudo, ao direcionar para as universidades, como entidades responsáveis pela promoção de políticas e pela execução de ações no campo de esporte e lazer, as pesquisas relacionadas ao tema ainda são discretas. Partindo dessas proposições, a relação entre o esporte e lazer e o âmbito universitário foi o tema e ponto inicial deste trabalho. Este estudo fundamentou-se na abordagem qualitativa, visto que se preocupa em buscar a compreensão aprofundada de um grupo social, de uma organização. Nesta perspectiva, o estudo foi direcionado a propor diretrizes para orientar as ações de esporte e lazer da UFT, a fim de dar suporte para a construção e consolidação de uma política de esporte e lazer da Instituição, e para dar apoio a esse detalhamento buscou-se identificar de que forma as manifestações de esporte e lazer são contempladas nos documentos das IFES da região norte do país. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental a partir de documentos oficiais das principais IFES que fazem parte dessa região: UFAC, UFAM, UNIFAP, UFPA, UFRA, UNIR, UFRR. Os dados revelaram que embora todas as universidades investigadas desenvolvam programas e projetos de esporte e lazer, não foi encontrado nenhum tipo de documento oficial normatizando as atividades desta área. Em vista disso, concluiu-se que as IFES da região norte não possuem nenhum instrumento que se configure como uma política de esportes consolidada, pois pauta-se na pouca precisão dos apontamentos relativos a questão. No que tange a UFT, mesmo ainda não contando com uma estrutura física esportiva adequada em seus câmpus, todavia já possui uma demanda nas atividades de esporte e lazer que necessita ser institucionalizada. O produto final deste trabalho resultou na proposta de diretrizes gerais com o propósito de contribuir para uma melhor gestão do setor de esportes da UFT, visando a continuidade das atividades esportivas em todos os câmpus da universidade, para que possa se pensar na consolidação de uma política de esporte e lazer para esta Instituição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esporte Universitário. Esporte e Lazer. Políticas Públicas. Política de esporte e lazer da UFT.

## ABSTRACT

In Brazil, the increase in scientific production aimed at sports and leisure events has gained greater attention, especially after the promulgation of the 1988 Federal Constitution, in which sport and leisure were considered as an individual and social right. However, when directing to universities, as entities responsible for the promotion of policies and the execution of actions in the field of sports and leisure, research related to the theme is still discreet. Based on these propositions, the relationship between sport and leisure and the university environment was the theme and starting point of this work. This study was based on the qualitative approach, since it is concerned with seeking a deeper understanding of a social group, of an organization. In this perspective, the study was directed to propose guidelines to guide UFT's sports and leisure actions, in order to support the construction and consolidation of an institution's sports and leisure policy, and to support this detail. identify how sport and leisure events are covered in IFES documents in the north of the country. To this end, a documentary research was carried out from official documents of the main IFES that are part of this region: UFAC, UFAM, UNIFAP, UFPA, UFRA, UNIR, UFRR. The data revealed that although all universities investigated develop sports and leisure programs and projects, no official document was found to regulate the activities in this area. In view of this, it was concluded that the IFES in the northern region do not have any instrument that is configured as a consolidated sports policy, as it is based on the lack of precision in the notes related to the issue. Regarding UFT, even though it still does not have an adequate physical sports structure in its campuses, it already has a demand in sports and leisure activities that needs to be institutionalized. The final product of this work resulted in the proposal of general guidelines with the purpose of contributing to a better management of the UFT sports sector, aiming at the continuity of sports activities in all university campuses, so that one can think about the consolidation of a policy of sport and leisure for this institution.

**Keywords:** University Sports. Sports and leisure. Public policy. UFT sports and leisure policy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição orçamentária para CBDU por ano.....	45
Figura 2 - Quantitativo de Instituições de Ensino Superior atuantes no Brasil.....	55
Figura 3 - Mapa das principais Universidades Federais da Região Norte do Brasil.....	64
Figura 4 - Estrutura física existente na UFT.....	84
Figura 5 - Distribuição orçamentária da UFT.....	86
Figura 6 - Gastos anuais que foram direcionados para as atividades esportivas da UFT.....	87
Figura 7 - Ranking final das IES divulgado pela CBDU em 2018.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões da política.....	38
Quadro 2 - Estrutura Organizacional da Secretaria Especial de Esporte.....	49
Quadro 3 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFPA-PARÁ.....	74
Quadro 4 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFRA-PARÁ.....	75
Quadro 5 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UNIR- RONDÔNIA.....	76
Quadro 6 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFAM- AMAZONAS.....	77
Quadro 7 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFAC- ACRE.....	78
Quadro 8 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UNIFAP- AMAPÁ.....	79
Quadro 9 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFRR- RORAIMA.....	80
Quadro 10 - Espaços de esporte e lazer existentes na UFT.....	84
Quadro 11 - Programas e projetos esportivos da UFT.....	90
Quadro 12 - Detalhamento das ações do Programa UFT em Movimento.....	94
Quadro 13 - Eventos esportivos organizados pela UFT.....	100
Quadro 14 - Participação da UFT em eventos esportivos.....	101
Quadro 15 - Atléticas da UFT.....	104
Quadro 16 - Pódios da UFT.....	105

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Instituições de Ensino Superior na região norte do Brasil.....	56
---	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 1 – Dados estatísticos dos auxílios financeiros do JUBs 2017.....96
- Gráfico 2 – Dados financeiros sobre os recursos gastos com o JUFT 2018.....103

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CBDU	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CEDES	Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
FTDU	Federação Tocantinense de Desporto Universitário
FAE	Federação Atlética de Estudantes
FEURJ	Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro
FUPE	Federação Universitária Paulista de Esportes
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
JUBS	Jogos Universitários Brasileiros
JUFT	Jogos da Universidade Federal do Tocantins
ME	Ministério do Esporte
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	18
<b>Capítulo I</b> .....	24
1 CONTEXTUALIZANDO O ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO ESPORTIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
1.1. Definições Relacionadas ao Esporte Universitário e o Lazer .....	25
1.2. O percurso histórico acerca do esporte universitário .....	29
1.3 Políticas públicas e o cenário do esporte brasileiro, pós constituição federal de 1988 .....	35
1.3.1 As políticas de esporte e lazer no Brasil.....	40
1.3.2 De Ministério do Esporte para Secretaria Especial de Esporte .....	47
1.4 um panorama do ensino superior no brasil .....	50
1.5 Desafios do esporte e lazer na região norte do brasil .....	56
<b>Capítulo II</b> .....	61
2 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO .....	61
2.1 Identificação e procedimentos metodológicos da pesquisa.....	62
<b>Capítulo III</b> .....	68
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....	68
3.1 O esporte e lazer nos documentos oficiais das ifes da região norte do brasil .	69
3.2 a estrutura da universidade federal do tocantins.....	82
3.3 conhecendo a realidade esportiva da uft.....	85
3.3.1 as fontes de financiamento da uft.....	85
3.3.2 Programas e projetos que atendem o esporte e lazer da uft.....	90
3.3.3 A participação da uft em eventos esportivos .....	98
<b>Capítulo IV</b> .....	106
4 DIRETRIZES PARA A POLITICA DE ESPORTE E LAZER DA UFT .....	106
4.1 diretrizes gerais .....	107
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>Referências</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

Ao pensar em diretrizes para orientar uma política de esporte e lazer na Universidade Federal do Tocantins, cabe considerar qual a atenção dada pela comunidade acadêmica para essa área, e compreender qual o seu papel nessa construção, bem como, entender o contexto socioeconômico atual e a repercussão na elaboração das propostas concernentes ao esporte e lazer. Os desafios são grandes, que vão desde identificar e qualificar as manifestações do esporte e lazer existentes nas universidades da região norte, até o entendimento amplo destas manifestações para além das atividades compensatórias e a reflexão sobre questões da cultura corporal.

Os primeiros estudos sobre a área de conhecimento de política pública surgiram nos anos de 1950 nos Estados Unidos, e na Europa recebeu atenção a partir dos anos de 1970. Já no Brasil os estudos são mais recentes, tendo registros a partir dos anos de 1980, com a tendência à democratização da sociedade (MEZZADRI, 2011).

No Brasil o aumento das produções científicas voltados para as manifestações de esporte e lazer foram conquistando maior atenção principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o lazer surge como um direito social no artigo 6º, com o seguinte texto:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988. Grifo nosso).

Desse modo estabelece ao Estado uma responsabilidade para que possa proporcionar a todos a satisfação deste direito. Por sua vez, o esporte foi contemplado no artigo 217, que ficou assim definido:

Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observando:  
I.a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;  
II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;  
III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;  
IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL 1988).

O documento da Constituição Federal considera como prática desportiva formal aquela regulamentada por normas nacionais e internacionais, de acordo com as regras específicas de cada modalidade, aceitas pelas entidades esportivas nacionais que administram o esporte. Já a prática desportiva não-formal é definida pela liberdade lúdica dos seus praticantes.

Dez anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, foi criada para normatizar o esporte nacional, corroborando em seu texto no artigo segundo a ideia do esporte como um direito individual, além de firmar princípios para a garantia desse direito, sendo eles de: soberania, autonomia, democratização, liberdade, direito social, diferenciação, identidade nacional, educação, qualidade, descentralização, segurança e eficiência. Apresenta, além do mais, no artigo terceiro, a organização da prática esportiva conforme quatro dimensões: desporto educacional, desporto de participação, desporto de rendimento (profissional e não profissional) e desporto de formação.

Nessa perspectiva do esporte e lazer como um direito de todos surge a necessidade de assistência no planejamento do setor. E com base nos desdobramentos em diferentes contextos sociais, verifica-se o avanço da produção científica em políticas públicas de esporte e lazer. De acordo com ZARDO *et al.*, (2018), esse avanço também foi motivado pela criação do Ministério do Esporte em 2003 (extinto em 2019, passando a responsabilidade deste setor para a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania) e da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer); além da escolha do Brasil como sede de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016.

Amaral *et al.*, (2014) afirmam que existem outras demandas no que se refere a temática de esporte e lazer em âmbito nacional, que vão desde o financiamento do esporte, formação profissional, direito ao lazer, programas federais, municipais, intersetorialidade, avaliação, atores públicos ou privados até espaços, equipamentos, e demandas internas e externas ao sistema. Nesse caminho, ocorreu também a expansão dos grupos de pesquisa dedicados ao tema. Contudo, ao direcionar para as universidades como responsáveis pela

promoção de políticas e na execução de ações, no campo do esporte e lazer as pesquisas relacionadas ao tema ainda são discretas.

As universidades públicas em seus documentos oficiais designam quais são suas prioridades e as apresentam em sua missão, nas metas a serem alcançadas, e até mesmo na elaboração de suas políticas institucionais. Podendo ser este um meio também de incluir as ações de esporte e lazer, de modo que se apresentem de forma essencial para toda a comunidade acadêmica. Para Manhães (2002), o trato com as políticas públicas, seja qual for a natureza, depende das estruturas de poder e dominação existente, assim como dos conflitos que envolvem o contexto social convergindo no Estado, de maneira que para a determinação de políticas públicas presume-se indispensavelmente eleger prioridades.

Tomando como base Starepravo *et al.*, (2011), as políticas públicas de esporte e lazer caracterizam-se como iniciativa pública ou como programa esportivo, que tende a atender o cidadão em seu direito mais amplo de lazer como um fenômeno isolado no contexto social, o que demanda o reconhecimento do espaço em que é produzida, buscando compreender como é a relação entre os seus agentes, quais políticas foram efetivadas, quais não deram certo, suas principais conquistas e as que não passam apenas de propostas.

Num panorama educacional em que o esporte se encontra não só nas escolas, mas também nas universidades, a construção e implementação de uma política de esporte e lazer nas Instituições de Ensino Superior (IFES) pode significar a garantia da democratização da prática esportiva e de lazer nesse processo de qualificação profissional no nível superior.

A Universidade Federal do Tocantins, com apenas quinze anos desde o início de suas atividades em 2003, já é considerada a instituição pública de ensino superior mais importante do Estado. No ano de 2014, a Instituição realizou um concurso público, no qual direcionava uma vaga para o cargo de Técnico Desportivo, na área de Educação Física. Dando a entender que esta iniciativa seria uma manifestação de interesse por parte da Instituição pela busca de melhorias para este setor, em vista da integração de um profissional qualificado para desenvolver as ações de esporte e lazer em seus câmpus.

A partir da formação inicial da autora na área de Educação Física e pela aproximação com este campo dentro da UFT, desde 2014, enquanto membro da equipe gestora surge o interesse em desenvolver a temática sobre política de esportes da Instituição, que serve como unidade de análise deste estudo. Em 2014 a UFT não contava com estrutura física de ginásio ou espaços para práticas esportivas. Apenas o Câmpus de Palmas possuía uma sala direcionada para esportes de lutas, que na época estava sem funcionamento para as atividades. Além da obra de uma pista de atletismo com padrões oficiais, que estava em processo de construção, aquisição esta proveniente do projeto da Rede Nacional de Treinamento do Ministério do Esporte, com um investimento<sup>1</sup> de R\$ 4.847.244,92 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) para fazer a obra de base da pista. Este projeto foi resultado do legado olímpico, para que os Estados contemplados pudessem desenvolver projetos esportivos voltados para a modalidade.

Na instituição em relação ao esporte aconteciam apenas ações pontuais, sem continuidade, que partia da iniciativa pessoal do discente ou de alguma atlética. O apoio por parte da reitoria ocorria através de auxílio financeiro e transporte, para os alunos participarem dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), jogos internos e jogos entre as atléticas, procedimentos esses, que eram realizados internamente no setor responsável pelo esporte na época, a Diretoria de Esportes vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Em 2015, mesmo sem estrutura física adequada para atender as atividades esportivas e acadêmicas, o curso de Educação Física teve início na UFT, com dois polos, sendo um no município de Miracema e o outro no município de Tocantinópolis. As aulas práticas aconteciam em espaços esportivos da Prefeitura, Estado ou clubes, por meio de parcerias. Contudo, o Câmpus de Miracema foi contemplado pelo Governo Federal com um complexo esportivo, que está em processo de finalização em 2020, e contará com um ginásio poliesportivo, quadras externas, piscina e uma pista de atletismo padrão internacional. Este

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/15712-uft-inaugura-pista-de-atletismo-em-palmas.>> Acesso em: 19 de fev. de 2019.

complexo poderá proporcionar o desenvolvimento e organização das práticas esportivas não só para a comunidade acadêmica da UFT, como também para a cidade de Miracema e municípios circunvizinhos.

Sabendo do potencial de crescimento da UFT na área de esporte e lazer é que se inicia este movimento para a elaboração de um documento institucional que estabeleça de forma criteriosa a organização e o funcionamento das práticas esportivas internas, para que uma política de esportes seja consolidada na instituição, ainda que seja um trabalho a longo prazo.

Na região norte, até o momento apresenta poucas pesquisas que tratam da temática de políticas públicas de esporte e lazer. Em especial no Tocantins, da mesma forma, não existem estudos sobre a política de esporte e lazer do Estado, tampouco foram encontrados documentos avulsos (planejamento, ações governamentais para a área, reportagens), que pudessem contribuir com o enriquecimento teórico para esta pesquisa.

Estas implicações nos instigam a investigar como uma política voltada para as manifestações de esporte e lazer poderia ser implementada na UFT, de forma que estas manifestações sejam valorizadas, e conseqüentemente aconteçam com mais organização e com disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

Diante do exposto, essa pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: **Quais diretrizes podem orientar as ações de esporte e lazer da UFT, para que posteriormente possa ser implantada uma política de esportes da Instituição?**

Nesse contexto estabelecemos como objetivo principal da pesquisa **propor diretrizes para orientar as ações de esporte e lazer da UFT, que proporcione a implantação de uma política de esportes da Instituição.** Tendo como foco os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar a trajetória histórica e as principais legislações envolvendo o esporte universitário na política esportiva brasileira;
- Investigar se as IFES da região norte possuem uma política de esporte e lazer consolidada;
- Analisar os conteúdos pertinentes ao esporte e lazer da UFT; e

- Elaborar uma proposta de diretrizes que possam orientar as ações de esporte e lazer da UFT.

A dissertação está apresentada em duas partes, sendo a primeira composta pela introdução, no qual é abordada a problemática do estudo, bem como a justificativa e os objetivos como alvos para a investigação científica. E na outra parte, dividida em quatro capítulos, está desenvolvido o referencial teórico, os delineamentos metodológicos da pesquisa, a análise dos resultados, a proposta de diretrizes gerais e considerações finais.

O primeiro capítulo constitui o referencial teórico. Contextualizando a evolução histórica sobre o movimento do esporte no Brasil, que perpassa pelo período ditatorial, destacando as principais legislações que impactaram o esporte universitário, seguindo para as manifestações do esporte presente na Constituição Federal de 1988, quando o esporte passa a ser considerado um direito social e, dessa maneira surgem mais discussões sobre políticas públicas para o setor.

O capítulo segue apresentando os processos constitutivos da universidade, bem como sua trajetória e os modos como as IES se consolidaram no Brasil. Finalizando com os desafios que a região norte enfrenta para o desenvolvimento das suas políticas, em especial as relacionadas ao esporte e lazer, para a compreensão com mais clareza do cenário das universidades públicas federais da região.

O segundo capítulo é dedicado ao desenvolvimento metodológico da investigação, acenando o tipo de pesquisa desenvolvida e a metodologia de análise adotada. Estão mencionadas ainda as etapas desenvolvidas, que contemplam a descrição detalhada dos procedimentos realizados para a coleta e análise dos dados, bem como o processo de organização e categorização que orientam o estudo.

No terceiro capítulo, encontra-se organizada as categorias encontradas a partir das inquietações que levaram a pesquisar sobre o esporte e lazer nas IFES da região norte. Culminando no quarto capítulo com a apresentação das diretrizes gerais para as ações de esporte e lazer da UFT, foco principal deste estudo, que se encerra com as considerações finais que discorrem sobre os resultados obtidos e as perspectivas futuras da pesquisa.

## **CAPÍTULO I**

### **1 CONTEXTUALIZANDO O ESPORTE UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO ESPORTIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Este capítulo tem o propósito de apresentar o referencial teórico que dá o suporte para esta pesquisa, estruturado de maneira que estão retratados no texto fatos que vão desde o entendimento do esporte e lazer percorrendo o desporto universitário no campo teórico, o surgimento das primeiras entidades esportivas voltadas para o esporte universitário no Brasil, como a principal delas, a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), às primeiras legislações criadas pelo Governo no período ditatorial, passando pelas décadas de 1970, 1980 e pós Constituição Federal nos anos de 1990, até as atuais leis que conduzem o esporte brasileiro, retratando inclusive, qual o impacto gerado para o setor esportivo nacional. Na segunda seção se discorre sobre políticas públicas de esporte e, na terceira seção os desafios enfrentados pela região norte do Brasil, como uma forma de compreender a sua realidade na expectativa do esporte e lazer.

### **1.1. DEFINIÇÕES RELACIONADAS AO ESPORTE UNIVERSITÁRIO E O LAZER**

Ao relatar sobre o esporte, Melo (2007), se refere a este elemento como uma das práticas sociais mais fortes e que detém de uma transnacionalidade que se manifesta, principalmente, em duas organizações: os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol. Já Menezes (2009) considera o esporte ou desporto como uma produção sociocultural e econômica capaz de se adequar a diversos interesses e necessidades, assim sendo, pode-se compreender o desporto tanto na perspectiva do espetáculo de alto rendimento, como também numa dimensão formativa, institucionalmente vinculada a ambientes de ensino, numa dimensão de saúde, sobretudo de prevenção, e numa dimensão lúdica.

Na colocação de Granja (2016) numa visão conceitual da teoria crítica, o esporte é apontado como um dos elementos da cultura corporal com valores e normas que o regulamentam. Deste modo, o esporte como um fenômeno histórico cultural é um fator de desenvolvimento humano, logo, um direito social.

Sobre uma definição mais ampla do entendimento de desporto, Tubino (1999) refere-se a uma questão que vai para além da pura lógica do alto rendimento, que seria o desporto definido conforme sua ação desportiva. Essa alteração culmina na Carta Internacional de Educação Física e Esporte em 1978, que inclusive influenciou a Constituição Federal do Brasil de 1988 no que concerne o artigo 217, que evidencia o desporto como um direito de todos em três manifestações, sendo elas o desporto educacional, o desporto como lazer e o desporto de rendimento.

No caso do desporto universitário, Starepravo (2010) alega que esta manifestação, assim como o esporte praticado pela sociedade, já existiam em suas instituições, antes mesmo de surgirem as primeiras regulamentações por meio do poder público. Em razão dessa aproximação das manifestações de esporte e lazer com o ambiente universitário, estes temas serão conceituados a seguir.

Assim sendo, iniciamos explorando a produção científica de autores e estudiosos do assunto descrevendo alguns conceitos sobre o esporte

universitário. Um deles apresentado por Hatzidakis (2006, p. 01) definido como: “uma forma de esporte institucional que oferece atividade física para os membros da universidade/faculdade”. O autor conceitua de forma geral como funciona esta prática na universidade, e a partir desse ponto, cada uma segue com seus objetivos e ações próprias. Além do mais, completa que os estudantes também podem participar de esportes competitivos através de competições amistosas e competições estaduais promovidas pelas federações universitárias e competições nacionais promovidas pela CBDU. Hatzidakis (1993) afirma que o Esporte Universitário é um evento social que supre as necessidades sociais dos universitários, tais como a sua integração e intercâmbio físico, social e cultural. Outra definição semelhante à de Hatzidakis, complementada por Coelho (1984), é que o Esporte Universitário é um esporte com uma função social que tem como objetivo o bem-estar do estudante universitário.

Ainda segundo Coelho (1984), o desporto acadêmico contribui para aproximação do ser humano, de seu relacionamento, do incentivo ao coleguismo, ao espírito de coletivismo e ao incentivo à formação de novas lideranças. Já Barbosa (2014, pág.31), define Esporte Universitário como “[...] toda e qualquer prática de esportes, seja ela obrigatória ou voluntária, realizada dentro de uma IES por alunos matriculados na graduação ou pós-graduação”.

A definição de Mazzei e Bastos (2012) aborda da seguinte maneira:

O esporte universitário é a prática esportiva formal, executada por alunos de graduação ou pós-graduação de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas, regularmente matriculados, com o objetivo de formar equipes para a disputa de competições oficiais, por meio da IES diretamente ou de uma Associação Atlética Acadêmica e que participam efetivamente de competições. (MAZZEI; BASTOS, 2012).

Esta definição aborda aspectos até então pouco mencionados na definição de outros autores. Com o ponto de vista de que o Esporte Universitário é uma prática esportiva formal, e pode ser contemplada a partir do vínculo com a universidade, tanto para alunos da graduação como da pós-graduação; destacando que no parágrafo 1º do artigo 1 da Lei 9.615/98 a prática esportiva formal é aquela regulamentada por normas nacionais e internacionais e pelas regras específicas de cada modalidade, chancelada pelas entidades desportivas oficiais.

Por outro lado, quando o autor citado acima indica que o objetivo central do esporte nas universidades é formar equipes para competir, podendo representar a própria Instituição de Ensino Superior (IES), bem como a partir de uma Associação Atlética Acadêmica compreende-se que o esporte universitário também pode ser caracterizado como uma prática esportiva não-formal, que é definida, também pela Lei 9615/1998 como a manifestação do esporte capaz de envolver livremente os praticantes de forma lúdica.

No que se refere a temática lazer, como um fenômeno social é fruto do processo de urbanização industrial, que partiu do desenvolvimento da sociedade capitalista na Europa do século XIX, como uma demanda dos trabalhadores por um tempo maior de descanso, e assim, com a separação do tempo de trabalho e o tempo livre, surgiu a necessidade de organizar as práticas num período e locais apropriados.

Para Werneck (2003), devido a seriedade e disciplina no trabalho, os “passatempos” não eram admitidos, fazendo com que o tempo livre fosse justificado como uma necessidade de repouso para a manutenção da força de trabalho. Porém, no ambiente social, o termo “passatempo” passou a significar poder e distinção, como um privilégio aos burgueses que tinham recursos para usufruir das atividades no seu tempo livre.

No Brasil, as preocupações com o lazer da sociedade surgiram no século XIX por parte dos engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas reformas urbanas de algumas cidades do país. Mas na década de 1930 que o lazer foi marcado como um fenômeno moderno, oriundo da urbanização e das conquistas sociais. Porém a palavra lazer só foi incorporada ao nosso vocabulário a partir da sua consolidação, na década de 1970, com o desenvolvimento econômico (RODRIGUES, 2006, p.15).

Em sua obra, Gomes (2008) conceitua o lazer como:

Uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais (tais como as festas, os jogos, as brincadeiras, os esportes, as artes e até mesmo o ócio) no tempo/espço conquistado pelos sujeitos e grupos sociais (GOMES, 2008, p. 132).

Gomes (2008) entende o lazer como um direito social, conquistado através de muitas reivindicações dos trabalhadores por um tempo livre legalmente regulamentado. E coloca que numa sociedade marcada por crises, falta de

emprego, má distribuição de renda, violência e exploração de mão de obra, esses direitos, muitas vezes são ignorados, apesar de serem essenciais para o exercício da cidadania, e uma forma de intermediação entre os setores públicos e a sociedade.

Como referência de estudo na área, autores como Marcellino (2000) e Mascarenhas (2006) também deram suas contribuições sobre o lazer. Conceituando o tema, Mascarenhas (2006) o define como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações hegemônicas”.

Para Bueno (2008), o lazer abrange a mesma estrutura teórica do esporte, como o uso do tempo livre ou de não-trabalho, e por sua importância para a qualidade de vida e sua função de consumo para a sociedade moderna. Elias e Dunning (1992) definem o lazer como: “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo”.

Nas contribuições de Marcellino (2000), o autor acena para o entendimento do lazer como “a cultura compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”, sendo a sua principal característica o aspecto desinteressado da vivência, o que leva a satisfação pela situação, concedendo à disponibilidade de tempo a opção de realizar uma atividade prática ou apenas contemplá-la.

Podemos relacionar esse conceito ao cotidiano acadêmico, envolto muitas vezes por um ambiente de estresse devido ao intenso processo educacional na busca pela melhor qualidade profissional, o que leva o estudante a permanecer uma grande parte do seu tempo na universidade, ocasionando a diminuição da prática de atividades físicas. O que nos faz pensar na valorização do lazer na vida universitária, para que o estudante possa ter a opção, dentro da universidade, de usufruir do seu tempo livre da forma mais satisfatória possível, e para isso é necessário que a universidade ofereça esses espaços que lhe proporcione a oportunidade de escolha por uma atividade prática ou apenas de contemplação.

Reforçando essa discussão, Pirajá *et al.*, (2013) em sua pesquisa concluem que a prática de atividades físicas no lazer representa uma importante conduta a

ser incentivada no ambiente universitário, e isso pode ser estimulado através de campanhas, mas principalmente através de projetos de extensão, cuja prática nos espaços da universidade seja ofertada em dias e horários diferentes. Os autores ainda acrescentam que a implementação de políticas institucionais voltadas para a conscientização da prática de atividades físicas no lazer, juntamente com os programas de promoção dessas práticas podem aumentar o número de praticantes, e com isso proporcionar a diminuição do estresse na vida.

## **1.2. O PERCURSO HISTÓRICO ACERCA DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO**

A partir dos conceitos sobre o tema, nos remetemos as primeiras manifestações do esporte universitário brasileiro, que remontam no final do século XIX, no College Mackenzie em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia, localizada na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), e na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1900, o College Mackenzie chegou a disputar o campeonato de futebol e outros esportes. Clubes como Botafogo, Flamengo, Fluminense, na época, contribuíram para o início do esporte universitário, já que detinham em suas representações esportivas vários universitários (Histórico de todos os JUBS, 1987).

As primeiras competições universitárias realizaram-se dentro de seus próprios Estados. Em 1916 estas disputas saíram para níveis interestaduais, sendo que os primeiros confrontos foram entre São Paulo e Rio de Janeiro (HATZIDAKIS, 2006).

Em acontecimentos a nível internacional constam que, em 1923 ocorreram os primeiros jogos mundiais universitários, em Paris. Mas o Brasil só veio a disputar essa competição no ano de 1939 em Monte Carlo. Porém, o maior destaque aconteceu em 1963 quando o Brasil sediou a terceira edição dos jogos mundiais, já com o nome de *Universíade*, dado pela junção de Universidade e Olimpíadas; Porto Alegre no Rio Grande do Sul foi a cidade sede, aquela seria a primeira vez que o nosso país e todo o hemisfério sul recebiam uma competição internacional universitária, o segundo maior evento esportivo do mundo. O

destaque na abertura dos jogos ficou com o atleta brasileiro bicampeão olímpico no atletismo, Adhemar Ferreira da Silva, que acendeu a pira<sup>2</sup>.

No Brasil, a partir de 1930 as federações estudantis começam a ser regulamentadas, sendo as primeiras federações a FAE (Federação Atlética de Estudantes), no Rio de Janeiro, com o nome atual de FEURJ (Federação de Esportes Universitários do Rio de Janeiro), em 1933, e a FUPE (Federação Universitária Paulista de Esportes), em 1934, que aconteceu antes mesmo da disputa dos primeiros Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), na época chamada de Olimpíada Universitária. Já em 1935, Casper Líbero, desportista e incentivador do esporte brasileiro, realizou em São Paulo a I Olimpíada Universitária do Brasil (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

Constata-se, conforme Starepravo *et al.*, (2010), que o esporte universitário teve sua ascensão dentro das universidades, sem qualquer interferência do Estado. O autor completa, que a participação mais efetiva do Estado enquanto organização do esporte no Brasil teve início em 1937, quando foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.

Sobre esse crescimento do esporte universitário na época, Camargo e Mezzadri (2018) relatam que não era apenas em quantidade de participantes, mas também na qualidade técnica desempenhada pelos atletas, chegando alguns deles a integrarem a delegação brasileira nos principais campeonatos internacionais e até mesmo chegando a serem medalhistas olímpicos.

Ainda assim, no ano de 1939, apesar dos registros de intervenção do Governo no esporte nacional, no âmbito universitário ainda não existia apoio, tão pouco era financiado. Naquele mesmo ano, a organização estudantil a partir da aprovação de seu próprio Estatuto, levou ao Governo Federal uma proposta para ser reconhecida e oficializada como entidade responsável pelo esporte universitário no Brasil, e dessa forma foi formada a primeira gestão da Confederação Universitária Brasileira de Esportes (CUBE) (BORGES; BUONICORE, 2007).

---

2 Fonte: CEME. Centro de Memória do Esporte. Rio Grande do Sul. UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/apresentacao>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Um passo importante integralmente dedicado para o desenvolvimento do esporte, em 1939, foi a criação da Comissão Nacional de Desporto, que tinha a competência de “realizar minucioso estudo do problema dos desportos no país, e apresentar ao Governo Federal, no prazo de sessenta dias, o plano geral de sua regulamentação” (BRASIL, 1939). Essa comissão foi responsável pela elaboração do Código Nacional de desporto, que contribuiu para a criação na Universidade do Brasil da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (BUENO, 2008). Salienta-se, que em 1939, na “Ditadura Vargas”, a legislação desportiva sofreu forte influência do regime intervencionista, motivo pelo qual era vigente na época sujeitar o desporto aos princípios sociais e políticos do autoritarismo estatal.

A FUPE incumbiu-se na realização da II Olimpíada Universitária Brasileira no ano de 1940, registrando um aumento considerável no número de participantes de outros estados, como Rio Grande do Sul, Distrito Federal (então Rio de Janeiro), Estado do Rio, Minas Gerais e Bahia. E já com suas federações regulamentadas, outros estados passaram a realizar a disputa dos jogos universitários, em destaque a FUGE do Rio Grande do Sul, FPDU do Paraná, FAPE de Pernambuco, FUBE da Bahia e FAME de Minas Gerais. O primeiro estado fora do eixo Rio/São Paulo a realizar os jogos foi o Paraná. Nessa época os jogos eram disputados bienalmente, e somente após 1968 foram disputados a cada ano (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

Dessa forma, o ato legal mais importante da ação estatal sobre o esporte aconteceu com a aprovação do decreto-lei nº 3.199 de 1941, que estabeleceu as primeiras bases de organização do desporto, por meio do Conselho Nacional de Desporto (CND), que tinha como objetivos centrais “orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país” (BRASIL, 1941). Esse decreto deu certa atenção ao esporte universitário, ao citar as “categorias esportivas” que deveriam seguir organização separada.

Art. 11. Terão organização à parte, relacionados, entretanto com o Conselho Nacional de Desportos, e com as confederações e com as entidades especiais de que trata o artigo anterior, os desportos universitários e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército, e os das forças policiais (BRASIL, 1941a).

Fica claro que esse decreto comprova o caráter disciplinador, nacionalista e moralizador do esporte, com a centralização do Estado para todas as ações. Um sistema político que privilegiava a elite, altamente institucionalizado, reproduzindo e disseminando uma ideologia dominante, negligenciando as manifestações esportivas praticadas pelo povo (CASTELLANI FILHO, 1994; MANHÃES, 2002). Assim, essa lei interferiu diretamente na “regulamentação das entidades esportivas; na definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte; e na indicação de como administrar as práticas esportivas” (STAREPRAVO, 2005, p.44).

Apenas dois anos depois, mais precisamente em 15 de setembro de 1941, já com a existência da lei que regulamentava o esporte no Brasil, é que foi oficializada a criação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), por meio do Decreto-lei nº 3.617. A lei determinava como seria a organização da Confederação.

Art. 2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:

I. Haverá em cada estabelecimento de ensino superior, uma associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela fazer parte deste.

II. As associações atléticas acadêmicas formarão dentro de cada universidade, uma federação atlética acadêmica, que estará anexa ao diretório central acadêmico da mesma universidade, devendo presidente daquela fazer parte deste.

III. As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos isolados de ensino superior, no Distrito Federal ou dentro de um mesmo Estado ou Território, reunir-se-ão para a constituição de uma federação atlética acadêmica, salvo ser preferirem filiar-se à federação da universidade ou de uma das universidades aí existentes.

IV. As federações atléticas acadêmicas de todo o país formarão a Confederação dos Desportos Universitários.

V. Se, em determinado Estado ou Território, só existir um estabelecimento de ensino superior, filiar-se-á a sua associação atlética acadêmica diretamente à Confederação dos Desportos Universitários (BRASIL, 1941b).

A representatividade do esporte universitário eram as Associações Atléticas Acadêmicas, que juntas formariam as federações estaduais, que por sua vez, constituíam a Confederação Brasileira de Desporto Universitário.

Outros pontos na lei requerem destaque, no que diz respeito oficialização dos Jogos Universitários Brasileiros nas competições nacionais, sendo realizados

a cada biênio, e a obrigatoriedade das instituições de ensino superior construir e montarem praças esportivas para seus alunos. É notória a consonância com a Lei nº 3.199/41, e da mesma forma havia a centralização das ações do esporte universitário para o governo de Getúlio Vargas.

IX – São extensivos aos desportos universitários todos os favores instituídos para os desportos em geral pelo Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941; as disposições do referido decreto-lei, que digam respeito à organização desportiva, são igualmente extensivas aos desportos universitários, em tudo que lhes forem aplicáveis (BRASIL, 1941b).

O governo Vargas deveria inclusive aprovar os regulamentos que tratavam do desporto universitário:

Art. 3º Os regulamentos dos desportos universitários, e bem assim os estatutos da Confederação dos Desportos Universitários, serão aprovados por decreto do Presidente da República. Os estatutos das associações atléticas acadêmicas deverão ser aprovados pelas federações a que estiverem filiadas, ou, não havendo filiação à federação, pela Confederação dos Desportos Universitários. Os estatutos das federações atléticas acadêmicas deverão ser aprovados pela Confederação dos Desportos Universitários (BRASIL 1941b).

A interferência do poder público nessa área acontece de forma incisiva no período do Estado Novo (1937-1945), alinhada a sua forma de governar, por meio da administração e centralização de poder, conduzido de forma burocrática as ações voltadas para os cidadãos e as instituições.

Sobre essa discussão da organização do esporte universitário Linhales (1996) coloca que a criação da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) não significou, entretanto, a expansão e a organização do setor esportivo no âmbito universitário, assim como ocorreu em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, países adotados como modelo. Dessa forma, não se estabeleceu, de fato, a representação legítima do esporte universitário, na medida em que este nunca se consolidou como prática efetiva e sistemática nas universidades brasileiras.

Dentre esses vários acontecimentos, na década de 1940, o Governo Vargas passa a considerar o esporte estudantil e universitário como dever do Estado, dando subsídios para fomentar e fiscalizar essas ações, a partir do Decreto-Lei nº 3.199, de abril 1941. O Governo utilizou as manifestações do esporte para propagar seus princípios políticos e ideológicos, com ações

coercitivas e de controle social, buscando visibilidade internacional (RIBEIRO, 2012).

Num contexto geral, Linhales (1996) pontua alguns elementos que caracterizam a trajetória política do esporte brasileiro entre os anos de 1930 e 1945, enfatizando que esse período marcou, significativamente, o que viria depois, ao afirmar que:

Se, por um lado, é possível afirmar que essa etapa acolheu um verdadeiro processo de popularização e massificação do esporte, apoiado pelo Estado, por outro lado, vale destacar que tal processo não significou a democratização do esporte ou a sua consolidação como um direito social. O esporte foi institucionalizado, ganhou legislação própria, foi oferecido pelo Estado a diferentes segmentos sociais, como um bem coletivo. Recebeu investimentos públicos e constituiu uma burocracia oficial para seu desenvolvimento, controle e fiscalização. Foi estatizado, sem, contudo, ter sido publicizado, e este é o dilema central que se perpetuará, apontando as diferenças existentes entre massificar e democratizar (p. 106).

Nos anos seguintes o esporte, incluindo o universitário, ainda continuavam sob tutela do Estado, recebendo verbas e auxílio, amparados pela legislação de 1941. “Sem dúvida, essa é a principal característica da segunda fase do esporte universitário no Brasil: o financiamento e controle por parte do Estado, que em geral era centralizador das ações”, comenta Starepravo *et al.*, (2010).

Segundo Ribeiro (2012), dentre as ações instituídas pelo Governo no meio esportivo destacou-se a introdução da disciplina de Educação Física pautada no desenvolvimento do esporte, como caráter obrigatório no Ensino Superior. O que acarretou numa descaracterização do verdadeiro significado da Educação Física enquanto instrumento de formação do indivíduo em meio a sua consciência corporal.

Castellani Filho (1994) acrescenta que nos anos de 1960, essa obrigatoriedade das práticas esportivas no ensino superior tornou-se um meio de distração para os alunos, sendo uma estratégia de desarticulação dos movimentos estudantis que eram contrários às práticas políticas militantes:

[...] coube a Educação Física o papel de, entrando no ensino superior, por conta do Decreto-lei nº 705/69, colaborar, através de seu caráter lúdico esportivo, com o esvaziamento de qualquer tentativa de rearticulação política do movimento estudantil. Evidenciavam-se, dessa forma, os traços alienados e alienantes absorvidos pela “personagem” vivida pela Educação Física (CASTELLANI, 1994, p.121).

Com relação a obrigatoriedade das práticas esportivas, Ribeiro (2010) acrescenta que esse cenário mudou a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, à medida que a Educação Física passou a não ser mais um componente curricular obrigatório do ensino superior de graduação. Dessa forma, houve uma considerável redução no incentivo ao esporte competitivo, além de diminuir o apoio voltado a programas de atividades de lazer na perspectiva da formação educacional e cultural, limitando as possibilidades de práticas de atividade física como melhoria da qualidade de vida.

A segunda fase do esporte, acontece em meados da década de 1970, perpassando a ditadura militar, agora no governo de Ernesto Geisel, ainda com a interferência estatal no desporto, porém surge com uma proposta mais bem delineada, abrangendo mais os segmentos da sociedade, envolvendo o tempo livre, a alta competição e o âmbito estudantil, no qual o esporte universitário foi enquadrado (STAREPRAVO *et al.*, 2010).

Com a movimentação social, ainda conciliada ao processo de redemocratização, no período pós Regime Militar, já no final da década de 1970, foram encadeadas as discussões em defesa da democratização do esporte, passando a ser visto como “um direito de todos”. Mas para tanto, seria necessário realizar mudanças institucionais, como constitucionalizar o esporte, substituir a legislação infraconstitucional e mudar as estruturas administrativas para que esse direito fosse reconhecido (TUBINO, 1996).

### **1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CENÁRIO DO ESPORTE BRASILEIRO, PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

O estudo das políticas públicas voltadas para o esporte no Brasil é apontado como recente, essa tendência surgiu na década de 1980 a partir da mobilização democrática que acontecia no país. Para Mezzadri (2011), essa tendência se potencializou após a criação do Ministério do Esporte, da Rede CEDES, e com a contemplação do país para sediar grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. Esses acontecimentos despertaram o interesse de vários setores no campo acadêmico e da sociedade civil organizada (MEZZADRI *et al.*, 2015).

Partindo do pressuposto que para analisar como se desenvolvem os programas sociais que abrangem o esporte universitário é necessário antes detalhar o conceito de políticas públicas, e neste caso, como elas funcionam para o setor esportivo no Brasil.

Dentre as várias etapas que acontecem até a efetivação de uma política, cabe ao formulador, ao gerenciador de políticas públicas conseguir perceber estas demandas, organizar as prioridades, para alcançar a solução dos problemas.

Definições apontam para a ideia de que a política pública é uma ação do Estado, como uma forma de buscar solucionar os problemas demandados pela sociedade ou apresentados pelos agentes políticos. Partindo dessa premissa, depreende-se que o desenvolvimento dos programas sociais voltados para o esporte universitário compõe essa relação Estado e sociedade, sendo também elementos determinantes para os direcionamentos das políticas públicas de esporte. Neste sentido, conceituar políticas públicas se torna desafiador, podendo ser considerada uma temática ampla, que não possui uma única forma de abordagem e compreensão.

Dias e Matos (2012) consideram que, para se debater políticas públicas, primeiramente é preciso entender o conceito de público. Assim, público é tudo que seja contrário a ideia de “privado”, de individual, são as ações que necessitam de uma intervenção governamental devido ao domínio da atividade humana. E essas decisões devem atingir a todos em comunidade, sem ter pertencimento a ninguém, e o controle das ações devem seguir objetivos públicos claros, independente da dimensão e do alcance.

Já para Cunha e Cunha (2002), a criação de políticas públicas vem como “resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (CUNHA E CUNHA, 2002, p.12).

Pereira (2006) utiliza o conceito de políticas públicas como um conjunto de ações, em que há interferência dos sujeitos – dirigentes e profissionais no assunto – encarregados pelos procedimentos e implementação das políticas públicas, com o intuito de solucionar pacificamente os conflitos que envolvem a distribuição dos esforços e os recursos públicos.

Para Hölfling (2001) as políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação”, nesse sentido, o Estado colocando em prática suas ações, como implementador de um projeto de governo, elaborado através de programas e ações voltados para setores específicos da sociedade. Visto que as políticas públicas tratam de decisões com a finalidade de manter o equilíbrio social. E assim, a elaboração de uma política pública surge como uma resposta mais eficiente a partir de uma necessidade social, advinda de fragilidades enfrentadas pelas mudanças na sociedade. Portanto não deve ser meramente prometida em discursos políticos nos períodos eleitorais ou em momentos de calamidade pública.

Numa perspectiva da política enquanto ação pública, acenamos para Veronez (2005) que entende políticas públicas como:

Uma intervenção do Estado no âmbito das relações sociais por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais, sob a justificativa de, por um lado, atender a demandas, necessidades ou interesses heterogêneos não raramente contraditórios e presentes na sociedade e, por outro, manter as condições de estabilidade adequadas a fim de garantir a produção e a reprodução social. (VERONEZ, 2005, p.69).

Essas determinações podem ser transformadas em ações que garantam direitos relacionados a um setor específico (educação, assistência, saúde, cultura, esporte e lazer), que normalmente são denominadas de “sociais” quando relacionada a proteção do trabalhador e à assistência social.

Souza (2006) expõe que a política pública é um “campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações” (p. 69). Para Rua (2009), a política pública permite discernir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz, por meio de procedimentos formais e informais. Pois embora a política pública resulte numa tomada de decisão política, nem toda decisão política vem a ser uma política pública. Visto que para o seu processo de implementação e execução, em qualquer área, envolve jogo político (acordos dos grupos a partir de um processo de barganha e negociação política), e isso exerce influência na agenda governamental para tornar-se prioridade.

Portanto, se tornam realmente políticas públicas as ações que são institucionalizadas, sancionadas por lei, tornando-se não apenas uma política de governo como também de Estado.

Ao evidenciar estas definições, torna-se mais claro o entendimento do papel do Estado. É possível entender políticas públicas como uma ação do Estado para a sociedade, resultado de uma relação por via de processos mais democratizados.

Estudar o desenvolvimento de políticas públicas, na busca por suas definições, também acende o entendimento sobre o termo “política”. Foi nos Estados Unidos, no início da década de 50 que surge essa vertente de estudo na área de ciência política, determinado como *Policy Science*. Já na Europa essa temática se destacou somente na década de 1970 (FREY, 2000); (SOUZA, 2006).

Segundo Mezzadri *et al.*, (2015), a temática “política” é ampla no Brasil, visto que envolve todas as dimensões políticas do ato de governar, composto pelas instituições, que são os partidos políticos e os órgãos governamentais, pelos agentes, identificados como políticos e os gestores, e pelo desenvolvimento das ações, através dos programas e projetos.

O termo política remonta a necessidade de entender as três dimensões que envolvem essa palavra, que engloba ao mesmo tempo a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*) (RIBEIRO, 2012).

Frey (2000) descreve as três dimensões dessa forma:

**Quadro1 - Dimensões da política**

Dimensões	Características
<b>Polity</b>	Dimensão institucional: se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
<b>Politics</b>	Dimensão processual: tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
<b>Policy</b>	Dimensão material: refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Frey (2000).

Quando esse tripé (*polity, politics, policy*) se relaciona entre si, segundo Frey (2000), forma-se os elementos da *policy analysis*. Esse campo explica a

busca pelo entendimento sobre o que os governos fazem, porque o fazem, e principalmente, qual o impacto causado na sociedade civil organizada (MEZZADRI *et al.*, 2015).

Pereira (2008) aponta que ao comprometer o Estado contemplando todas as forças e agentes sociais, a política social se configura como uma política pública. E, portanto, ambas as referências (política social e política pública) são consideradas *policies* (políticas de ação), que integram o ramo de conhecimento do *policy science*. Para este estudo será utilizado o conceito “política social”, conforme sinaliza Belato (2018), por entender que as políticas esportivas deveriam ser inseridas no gênero de política pública, como uma garantia de acesso ao direito do cidadão a prática de esporte como uma prática do lazer e promoção da saúde.

Política social, para Pereira (2008), é uma política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender às necessidades sociais, garantidoras de direitos. Portanto, considera as posições desiguais dos cidadãos perante a organização de classes da sociedade, conseqüentemente deve-se buscar o conhecimento de como se criam e como se distribuem as necessidades para assim, poder modificá-las.

Complementando, Pereira (2008) entende que as políticas públicas partem do interesse da sociedade, e portanto devem satisfazer as necessidades sociais e não as necessidades do capital. Os direitos sociais garantidos por lei são conquistas da sociedade, e por sua vez são adquiridos por meio das políticas públicas operacionalizadas através de programas, projetos e serviços.

Os conceitos discorridos anteriormente corroboram para o entendimento de como são elaboradas as políticas públicas, a partir de processos e fases considerados fundamentais para a sua construção, nessa perspectiva, os elementos estudados desembocam para a reflexão de como são pensadas as políticas no âmbito do esporte e lazer. Dando suporte teórico, inclusive, para uma melhor compreensão do papel da universidade na construção de políticas públicas, uma vez que este trabalho busca propor diretrizes que possam orientar a elaboração de uma política de esporte e lazer para a UFT.

### 1.3.1 AS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

O início do movimento político de redemocratização na década de 1980, permitiu uma aproximação da sociedade com o Estado, ocasionando numa maior autonomia perante o controle estatal, o que proporcionou ao esporte a oportunidade de buscar mudanças em seu desenvolvimento e organização, a partir da criação de uma nova constituição.

Nessa direção, surge a Constituição Federal de 1988, dando novos contornos ao esporte, diferentemente das legislações anteriores que o tratavam de forma superficial (LINHALES, 1996). E assim, o acesso ao esporte passa a ser normatizado como um direito de todos os cidadãos na CF/88, como já mencionado, oportunizando ao meio esportivo mais autonomia.

Conforme o texto do artigo 217 da Constituição, ao contrário do que acontecia no período de regime militar, observa-se uma maior autonomia das instituições em relação ao Estado, além de evidenciar a distribuição dos recursos públicos. Reiterando, a lei determina também a diferenciação entre o esporte profissional e o amador, consequência da mercantilização do esporte nos anos 80 no Brasil. Outro ponto de destaque foi o incentivo as diferentes manifestações esportivas no país.

A partir das mudanças presentes na CF/88, num período de adaptação até ocorrerem todas as alterações da estrutura esportiva, apenas cinco anos após, em 1993 foi instituída a nova regulamentação para o esporte brasileiro, a Lei Federal nº 8.672, de 06 de julho de 1993, conhecida como Lei Zico, que tratava dos conceitos e princípios propriamente marcados para o esporte brasileiro, e destacava em seu Artigo 1º que, o desporto abrange as práticas formais “reguladas por normas e regras internacionais” e não formais “caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes”.

Conforme Starepravo *et al.*, (2010) a lei conceitua o esporte não somente voltado para a busca de rendimento e resultado, mas também passa a ser entendido como uma prática corporal para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a valorização da formação do indivíduo é atendida na lei, bem como o termo lazer, que passa a ser incluído de maneira mais eficaz como um meio de integração do indivíduo na sociedade.

A análise que Melo Filho (1994) fez sobre a Lei Zico considerou que esta regulamentação deu um grande passo para a estruturação do esporte no país, fortalecendo a iniciativa privada, diminuindo a interferência do Estado nas ações esportivas, mantendo o controle e a formalidade essenciais, além de permitir a criatividade e a autonomia dos diversos segmentos esportivos.

Por outro lado, Veronez (2005) afirma que as mudanças ocorridas no setor do esporte depois da promulgação da Constituição federal não cumpriram as expectativas vislumbradas pelos segmentos atingidos pela lei, que esperavam uma maior participação pela população no esporte, tendo em vista a universalização do esporte como um direito social. Acreditava-se que seria construída uma nova cidadania esportiva no Brasil logo após a denominada “Constituição Cidadã” de 1988, portanto, o autor deixou em aberto a questão do esporte como um direito social.

Sobre os conceitos do esporte mais debatidos no país na época, o que mais prevaleceu foi a definição de Tubino (1992), que dispõem sobre três tipos de manifestações do esporte:

- (a) manifestação esporte-performance, objetivando rendimento, numa estrutura formal e institucionalizada;
- (b) manifestação esporte-participação, visando o bem-estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com movimentos de educação permanente e com saúde;
- (c) manifestação esporte-educação, com objetivos claros de formação, norteadora por princípios socioeducativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer (TUBINO, 1992).

Reportando a estas manifestações, Belato (2018) acredita que elas podem se enquadrar nas experiências esportivas desenvolvidas em âmbito universitário, ao observar que a prática do esporte de representação pelos alunos/atletas ao participarem de competições oficiais chanceladas pelas entidades esportivas nacionais podem ser consideradas o esporte-performance; os estudantes envolvidos na organização de jogos internos e aqueles que participam de projetos de extensão realizam o esporte-educação, já as modalidades esportivas, oficinas, eventos e projetos recreativos oferecidos a toda comunidade acadêmica como experiências lúdicas no cotidiano dos professores, alunos e funcionários podem se configurar como esporte-participação.

Veronez (2005) afirma em seu estudo que as manifestações do esporte ainda são motivos de discussões e contradições na área esportiva, o que se

confirma a partir da tentativa de alteração da legislação esportiva (Decreto nº 7.084/2013):

As questões trazidas pelas diferentes dimensões do esporte, cujas categorias de análise comumente aceitas são rendimento (esporte competitivo), educação (esporte educacional) e lazer (esporte de participação), mobilizam ainda hoje discussões na área, não raro explicitando contradições entre diferentes interesses no interior do aparelho esportivo (p. 162).

E cinco anos após a criação da primeira lei esportiva, uma nova lei surge, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998<sup>4</sup>, que revogou a lei Zico, porém o texto das duas leis se aproximam conceitualmente, mantendo a liberalização esportiva, dando mais ênfase a partir da lei 9.615 na autonomia dos indivíduos e das instituições perante o Estado, e no profissionalismo do esporte nacional.

Na Lei Pelé exposta no artigo 2º permanece uma característica fundamental que coaduna com a CF/88, ao colocar o esporte como direito do indivíduo e dever do Estado, em que se destaca o princípio “ V- do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas esportivas formais e não-formais” (Brasil, 1998). Outro destaque na Lei Pelé, que repete as características presentes na Lei Zico, se refere as manifestações esportivas, cujos componentes influenciam as políticas de esporte institucionais, e na Lei em seu artigo 3º estão reconhecidas como esporte educacional, de participação, de rendimento, e por último, esporte de formação<sup>5</sup> (difere um pouco da Lei Zico em relação à nomenclatura):

I - Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - Desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

IV - Desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

---

<sup>4</sup>Conhecida como a Lei Pelé. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm)>. Acesso em: 04/04/2019.

<sup>5</sup> Essa dimensão “esporte de formação” foi incluída pela Lei nº 13.155, de 04 de agosto de 2015.

Ao ampliar a concepção do esporte para as dimensões educacional e de participação, pode-se considerar que houve um avanço na perspectiva conceitual e prática, em relação aquilo que o esporte representa para a sociedade. E, no ambiente social, o esporte passa também a ser regulado pelo Estado considerando as suas dimensões.

Para Matias *et al.*, (2015), nenhuma das duas leis, Lei Zico e Lei Pelé, alteraram o padrão de financiamento do esporte no país. Os autores colocam que estas leis permitiram a exploração do jogo de bingo pelos clubes de futebol, o que passou a ser proibido em todo o país em 2004, através da Medida Provisória 168/2004. Ainda segundo os autores, essas mudanças de ordem legal reforçaram a predominância dos interesses econômicos no âmbito esportivo, e nada contribuíram para a garantia do esporte como um direito.

Em decorrência do fracasso do Brasil no quadro de medalhas nos Jogos Olímpicos de Sidney, no ano 2000, a lei Pelé em seu artigo 56 teve uma complementação no que diz respeito ao financiamento, em 2001, através da Lei nº. 10.264, denominada Lei Agnelo-Piva, em homenagem aos seus idealizadores. Essa lei proporcionou um crescimento no investimento do esporte nacional ao prever o repasse inicial de dois por cento da arrecadação bruta das loterias federais, sendo destinados oitenta e cinco por cento ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e quinze por cento ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), entretanto, deste percentual repassado para as duas entidades, dez por cento deverão ser investidos no desporto escolar e cinco por cento no desporto universitário (MATIAS *et al.*, 2015).

Salienta-se que a Lei nº 13.756/2018<sup>6</sup> estabelece que o COB, o CPB, o CBC, a CBDE e a CBDU apliquem seus recursos de forma exclusiva e integral em programas e projetos de fomento, no desenvolvimento e manutenção do desporto, na formação de recursos humanos, na preparação técnica, na manutenção e locomoção de atletas, na participação em eventos desportivos e com custeios de despesas administrativas.

---

6 A Lei Nº 13.756/2018 é uma nova versão da Lei Piva, decorrente da Medida Provisória Nº 846/2018, ela estabelece a liberação de apostas de cotas fixas e redistribui os percentuais destinados à área social, inclusive para novos beneficiários.

Uma outra iniciativa que representou o fortalecimento do esporte nacional foi a criação do Ministério do Esporte (ME), em 2003, um marco histórico na relação entre o esporte e o Estado no Brasil, uma vez que em momentos anteriores as políticas nessa área eram vinculadas a diferentes setores, sem uma estrutura específica, e pela primeira vez o esporte ocupou uma pasta exclusiva, de forma permanente e autônoma. O ME surgiu com a missão de formular e implementar políticas públicas de inclusão e afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos.

Em relação ao esporte universitário, como explica Starepravo *et al.*, (2010), a pasta do Ministério do Esporte buscou reorganizar esse âmbito, que por anos se encontrava desestruturado, daí a dificuldade de implementar política pública para a área universitária. Naquele período, foi incluído um departamento no ME específico, a Divisão do Esporte Universitário. E para que a entidade pudesse receber financiamento público, através da Lei Piva, o Governo, na intenção de reorganizá-la, interfere na eleição e vincula a CBDU ao COB. Com isso, as verbas de iniciativa privada ficaram vinculadas aos recursos vindos do financiamento público.

Sobre os repasses financeiros para o esporte universitário, até 2018, a CBDU<sup>7</sup> recebia o equivalente 0,19% dos recursos financeiros previstos para o esporte brasileiro, sendo que após a Medida Provisória 846/2018, que alterou a Lei Piva, esse valor caiu para 0,11% em 2019. O portal de transparência do COB apresenta estes dados:

---

7 Fonte: site da CBDU. Disponível em: <<https://www.cbdu.org.br/13438-2/>>. Acesso em: 17/01/2020.

**Figura 1 - Distribuição orçamentária para CBDU por ano**

Fonte: Site do COB: transparência das confederações.

O montante de recursos aprovados pelo COB em 2019 repassado para a CBDU consta no valor de R\$ 5.850.000 (cinco milhões e oitocentos e cinquenta mil reais), um valor muito abaixo do que já foi repassado para CBDU em seis anos. Como destaque se apresenta o ano de 2015, que se justifica devido a preparação do Brasil para sediar no ano seguinte as Olimpíadas no Rio de Janeiro, o que impulsionou muitos projetos e eventos de incentivo ao esporte olímpico. Nota-se também, que em 2018 o repasse quase alcançou o de 2015, porém não foram encontrados dados que justificassem o recebimento deste valor.

Mesmo com a criação do ME e toda movimentação nos primeiros anos de governo direcionados para a implementação de políticas de esporte, coadunadas ao princípio do direito universal ao esporte, Matias (2013) conclui que este fato não se efetivou no ordenamento legal e no setor de financiamento. Observou-se que houve um estreitamento nas relações entre o Governo Federal, as entidades esportivas e o setor privado, em decorrência da sanção do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº. 10.671/2003), da criação do programa Bolsa Atleta (Lei nº. 10.891/2004), da criação da Timemania (Lei nº. 11.345/2006) e com a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) (Lei nº. 11.438/2006).

A consolidação dessas relações se evidenciou quando o Brasil passou a organizar megaeventos esportivos, principalmente porque em relação ao financiamento do esporte, aumentou os repasses diretos do governo para as entidades esportivas, além do crescimento de verbas de patrocínio vindas de empresas estatais (MATIAS *et al.*, 2015).

Através da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE)<sup>8</sup> as fontes de financiamento, principalmente para o esporte de rendimento foram fundamentais para o seu crescimento. Tal lei autoriza que sejam deduzidos do Imposto de Renda (IR) valores despendidos por pessoas físicas (até 6%) e jurídicas (até 1%), a título de patrocínios ou doações a projetos desportivos e paradesportivos.

Para Matias *et al.*, (2015) a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) é uma forma simplificada de uso dos recursos do fundo público, que são executados diretamente por organizações não governamentais ou por entes governamentais fora da esfera federal. Outro ponto é que esses recursos não passam por contingenciamentos de despesa pelo Poder Executivo. Ainda segundo os autores, os principais captadores da LIE são os grandes clubes sociais, os clubes de futebol profissional, as associações e institutos de ex-atletas, o COB e as Confederações esportivas.

No que se refere as universidades, a LIE é importante não só para a comunidade universitária, como também para a sociedade que usufrui dos espaços e dos projetos com o apoio dessa Lei. Há registros<sup>9</sup> que algumas universidades já se beneficiaram com a LIE, como a UFMA que executou um projeto de prática esportiva para jovens em situação de vulnerabilidade social de uma comunidade em São Luís.

---

<sup>8</sup> Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm)>. Acesso em: 30/01/2020.

<sup>9</sup> Arquivos da Secretaria Especial do Esporte de 2015. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/noticias-lie-2/35451-universidade-usa-lei-de-incentivo-para-promover-a-insercao-social-no-maranhao>>. Acesso em: 30/01/2020.

### 1.3.2 DE MINISTÉRIO DO ESPORTE PARA SECRETARIA ESPECIAL DE ESPORTE

As atribuições que envolvem a crise capitalista corroboram para mudanças expressivas no padrão de acumulação de capital. Como reflexo destes acontecimentos, muitas entidades internacionais e seus governos vêm buscando medidas para a recuperação das taxas lucrativas de grandes grupos empresariais, como a destinação dos orçamentos estatais para fins privativos, o que impacta, dentre outros, nos cortes orçamentários das políticas sociais. No Brasil, em 2019 na atual gestão do governo federal, também foi adotada essa medida de recuperação, que alguns caracterizam como ultraliberalista, e que tem comprometido os direitos sociais dos cidadãos ao atingir as políticas públicas do país (FRIZZO, 2019).

Nessa perspectiva de mudanças nas políticas sociais, o governo mira especialmente nas políticas voltadas para o esporte no Brasil. E dessa forma, foi extinto o Ministério do Esporte, tornando-se em 2019, uma secretaria especial do Ministério da Cidadania. Para Frizzo (2019) este processo não está vinculado apenas a mudanças institucionais. O autor infere que ao preterir o esporte para um segundo plano, do ponto de vista administrativo estatal, dois movimentos importantes estão presentes neste acontecimento:

- a) o “enxugamento” do Estado e o Ajuste Fiscal, que atribui relevância ainda menor ao Esporte enquanto direito social e também a diminuição de investimentos públicos em políticas sociais e de esporte, que acabam promovendo maiores restrições de acesso ao direito por parte da grande maioria da população que não é atendida pelas esferas estatais.
- b) incentivo à iniciativa privada como promotora de direitos: a partir da consolidação das leis criadas na década dos Megaeventos Esportivos, a política governamental atual estimula a participação privada na promoção de projetos e programas esportivos principalmente baseados no repasse de recursos públicos para empresas privadas (FRIZZO,2019).

A política de ajuste fiscal interfere em recursos importantes para as áreas sociais da população brasileira. Esses efeitos foram sentidos quando o governo realizou cortes orçamentários no ano de 2019, sendo um deles para o Ministério da Cidadania, no qual a Secretaria Especial do Esporte faz parte. O outro enfoque, é o enxugamento do Estado que se manifesta com a falta de controle social na

destinação de recursos envolvendo a União e as empresas privadas, o que se torna propício a irregularidades.

No tocante à extinção do ME, entende-se que esta questão está atrelada a um projeto econômico e social, no qual o Estado se coloca como subordinado aos interesses empresariais, que visam a mercantilização do esporte como a sua principal marca. Dessa forma, o esporte, enquanto direito social a toda população é restringido devido a essa subordinação do país, o que afasta da classe trabalhadora a oportunidade de elevar seu padrão cultural e esportivo (FRIZZO,2019).

Em vista as mudanças ocorridas, a Secretaria Especial do Esporte<sup>10</sup> surge com a função de assessorar o Ministério da Cidadania, ao supervisionar e coordenar o desenvolvimento do esporte nacional. À medida que tem como missão usar o esporte para desenvolver e implementar ações de inclusão social, que busquem garantir o acesso gratuito de práticas esportivas à população, tem também o dever de garantir e incentivar o desenvolvimento de políticas voltadas para o esporte de alto rendimento.

A partir da nova configuração será apresentada a estrutura organizacional deste setor, bem como seus programas e projetos, uma forma de aproximação e conhecimento das várias áreas que compõem o atual âmbito do esporte nacional:

---

10 Site oficial da Secretaria Especial de Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/Portal/secretaria>>. Acesso em: 20/01/2020.

Quadro 2 - Estrutura Organizacional da Secretaria Especial de Esporte

<b>SECRETARIA ESPECIAL DE ESPORTE – MINISTERIO DA CIDADANIA</b>	
<b>COMPOSIÇÃO DA PASTA</b>	
<b>ESTRUTURA DA SECRETARIA SNELIS</b>	
<b>Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social – SNELIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;</li> <li>• Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Programas desenvolvidos:</b></p> <p>Programa esporte e lazer da cidade - PELC Programa segundo tempo Brincando com esporte Forças no Esporte - PROFESP Projeto Sinais Estação Cidadania</p>
<b>Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR</b>	<p style="text-align: center;"><b>Programas desenvolvidos:</b></p> <p>Bolsa atleta Projeto Inteligência esportiva</p>
<b>Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT</b>	<p style="text-align: center;"><b>Programas desenvolvidos:</b></p> <p>Programas Seleções do futuro Programa Academia e futebol Prêmio Brasil de Teses e Dissertações sobre Futebol e Direitos do Torcedor.</p>
<b>Departamento de Infraestrutura de Esporte</b>	
<b>Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD</b>	
<b>Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem</b>	
<b>Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT</b>	
<b>Conselho Nacional do Esporte</b>	
<b>Comissão Nacional de Atletas</b>	
<b>O Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte – DIFE</b>	<p style="text-align: center;"><b>ESTRUTURA DO DEPARTAMENTO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Política de Financiamento ao Esporte – CGDPE:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Divisão de Desenvolvimento - DIDES</li> <li>- Divisão de Avaliação - DIDAV</li> </ul> </li> <li>• <b>Coordenação-Geral de Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte – CGLIE:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação de projetos – CPROJ</li> <li>- Divisão de Incentivos Fiscais - DINCF</li> </ul> </li> </ul>

Fonte: Construído a partir de informações no site da Secretaria Especial de Esporte.

Como visto, a Secretaria Especial de Esporte desenvolve um conjunto de programas e projetos, além de possuir uma estrutura composta por outras secretarias internas de apoio e departamentos. O programa Bolsa Atleta, a Lei de Incentivo ao Esporte, o programa Segundo Tempo, o Forças no Esporte, a gestão

do legado olímpico e o controle de dopagem se destacam como os projetos e atribuições mais conhecidos da pasta.

#### **1.4 UM PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Nesta seção, inicialmente, será apresentada um breve panorama sobre os processos que constituíram as universidades brasileiras, acompanhando as transformações sociais que ocorreram desde a sua criação. Por sua vez, apontando os principais modelos que configuraram a sua trajetória até a consolidação no país, e nesse seguimento, como se estabeleceu seu envolvimento com a sociedade. A intenção é de colaborar com a compreensão dos aspectos que envolvem o ensino superior, principalmente em âmbito nacional, para que dessa forma seja mais compreensível relacioná-lo com as possíveis manifestações de esporte e lazer vivenciadas nas IES.

Contradizendo o trajeto dos demais países latino-americanos, o Brasil, que se mostrava alheio a evolução do Ensino Superior em outros locais do mundo, começa sua trajetória tardiamente. A princípio era organizado em faculdades isoladas<sup>11</sup>, em cursos profissionalizantes, mas a preocupação inicialmente era possibilitar às elites, a formação profissional para inserção nos quadros de gerência (RIBEIRO, 2012). Este atraso deve-se ao fato de que, ao contrário das outras colônias que tiveram ocupação da Espanha, o Brasil foi colonizado por Portugal, que devido a sua preocupação com a soberania, inviabilizava a criação do ensino superior em suas colônias.

E assim, somente em 1922<sup>12</sup>, foi criada a Universidade do Brasil, conhecida atualmente como Universidade Federal do Rio de Janeiro, proveniente da agregação de faculdades isoladas, permanecendo o estilo de ensino, estrutura e funcionamento, característicos do modelo francês criado por Napoleão no final do

---

<sup>11</sup> Relembrando que mesmo não tendo essa configuração atual de universidade há registros que as primeiras manifestações de esporte já aconteciam nesses espaços, no final do século XIX (STAREPRAVO, 2010).

<sup>12</sup> Vale destacar, que consta que a Universidade Federal do Amazonas criada em 1909 e a Universidade Federal do Paraná criada em 1912 reivindicam o título de pioneira, visto que a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi a primeira a ser reconhecida oficialmente (ALMEIDA FILHO, 2008).

Século XVIII (RIBEIRO, 2012). E na década seguinte, nos anos 30, iniciou-se o movimento para um projeto acadêmico e institucional mais pleno, e assim, foi criada a USP, em 1934, que apesar de ter contado com a contribuição de ilustres franceses, “representa o surgimento de um paradigma nacional de instituição universitária no seu sentido mais completo e precioso” (ALMEIDA FILHO, 2008).

As universidades pelo Brasil passam a aumentar significativamente, apesar dos conflitos de interesse que existiam entre educadores, líderes religiosos e políticos, que debatiam sobre como deveria ser a atuação, a organização e até mesmo qual seria o papel do Governo enquanto seu normatizador e financiador. (TRINDADE, 2001, p. 27).

Em 1961, a partir do convite do então presidente Juscelino Kubitschek, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro dá início a Universidade de Brasília - UNB, com a intenção de lançar o primeiro novo modelo de educação superior identificada com projetos de desenvolvimento e tecnologias nacionais. Com a perspectiva de modernidade, o projeto inicial da UNB teve influência de modelos clássicos de universidade que transcorreram desde o modelo napoleônico da França ao modelo mais fortemente presente, o norte-americano, que mostrou o verdadeiro funcionamento de uma universidade, sendo feitas adaptações a realidade brasileira ainda menos especializada e com poucos recursos (RIBEIRO, 1986).

O modelo norte-americano preocupava-se em organizar suas ações para colaborar com o desenvolvimento econômico americano. E nesse sentido, buscava fortalecer o ensino a partir das necessidades da comunidade para preservar seus valores, inaugurando a preocupação das universidades com sua responsabilidade social, por meio das ações extensionistas (RIBEIRO, 2012).

Todavia, a consolidação desse modelo almejado de universidade foi interrompida devido a ditadura militar, que fez com que Anísio Teixeira fosse exilado e destituído do cargo de reitor, além de outros relatos de perseguição, demissão e exílio de professores, intelectuais e estudantes (ALMEIDA FILHO, 2008).

Após esse episódio político, Almeida Filho (2008, p.136), completa que devido a essa intervenção militar a UnB acabou cedendo a estrutura curricular e administrativa já vigente no Brasil, e assim, os militares adotaram a “versão

empobrecida do sistema norte-americano de educação universitária. ” E em 1967, para aperfeiçoar o modelo de educação no Brasil e introduzir uma possível reforma universitária, estabeleceram um acordo entre o Ministério da Educação e a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), com empréstimos financiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E em meio a contradições e resistência de movimentos estudantis e de professores, surge a Reforma de 1968 (lei nº 5540/68), conhecida como a Reforma Universitária dos militares. Como consequência, a reforma de 1968 acabou “distorcida e incompleta, e resultou em um tipo de estrutura de gestão mista, produzindo um sistema de formação incongruente consigo próprio”.

A Reforma de 1968 representou grandes modificações que influenciam até hoje na organização do ensino superior brasileiro. Esse sistema aumentou o número de vagas para estudantes nas universidades, implantou a pós-graduação no país, estruturou um conjunto de normas para o funcionamento das instituições de ensino superior, com novos padrões de regulamentação acadêmica e administrativa. Eliminou o modelo catedrático, vinculou o ensino à pesquisa e extensão, além de definir regras específicas para a carreira docente, para a organização do currículo e para o acesso a esse tipo de ensino (GOMES; PINTO, 2018).

A universidade, que até então era vista como um ambiente de primazia do conhecimento e da cultura, em âmbito internacional deflagra uma crise, que Santos (2008, p. 188) esclarece ter sido proveniente do surgimento de novas demandas sociais deliberadas a universidade a partir do período pós-guerra. E para atender a esses novos desafios a universidade precisou estabelecer como fins principais a investigação, o ensino e a prestação de serviços.

Mesmo o espaço do ensino superior sendo tomado pela economia e pelo mercado, Gomes e Pinto (2018) reforçam que ainda assim, esse é o período de mais produções e pesquisas no ambiente acadêmico. E dessa forma, mais uma vez, o ensino superior é tido como um meio para fugir da crise e como uma ferramenta de transformação, apesar dos fortes traços de elementos classistas e elitista.

A partir dos anos de 1990, o ensino superior no Brasil, passa por uma forte influência dos órgãos internacionais, tais como, OMC, FMI, Banco Mundial, além das pressões enfrentadas pela globalização. Neste sentido, a educação superior perde seu caráter totalmente público, de dever único do Estado e direito do cidadão e passa a ser configurada como um tipo de mercadoria. Neste cenário, aumentaram as parcerias público-privadas, e outras fontes de investimento, fazendo com que o Estado diminuísse os seus financiamentos nas universidades públicas, dando espaço para o crescimento das instituições privadas (PAULA, 2009).

E assim, como reitera Ferreira (2010), a implementação das propostas neoliberais pelo governo federal, sofreram resistências e, mesmo sendo insuficientes para segurar as privatizações, impediu a transformação de hospitais, universidades e demais órgãos públicos em organizações sociais. Isso, contudo, impulsionou dentro dessas instituições o fortalecimento do papel de organizações não governamentais, de fundações e organizações terceirizadas na efetivação de políticas sociais.

Para Starepravo (2010) essa nova prática neoliberal do governo federal causou uma ruptura política e social para o esporte universitário, pois quase não foram realizadas ações voltadas para este âmbito. Enquanto nos anos 70 e 80 as pessoas gostavam de praticar o esporte amador, na década de 90 passou a ser visto como uma prática que envolvia lucro financeiro, já que surgia o profissionalismo no esporte. Contudo, o esporte universitário ainda não estava estruturado para este momento, e foi perdendo espaço, com a falta de preparo e profissionalismo dos seus agentes envolvidos, além disso devido as estas práticas neoliberais o governo federal cada vez menos apoiou o esporte universitário, o que culminou numa situação de desorganização e de descredibilidade desta categoria (STAREPRAVO, 2010).

Outra medida consolidada pelo governo neoliberal foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996, que garantiu a oferta da educação superior pela iniciativa privada, cujo artigo está evidenciado da seguinte forma:

Art. 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e

do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (BRASIL, 1996).

Na compreensão de Catani e Oliveira (2007, p. 83) a LDB “promoveu a completa reestruturação da educação superior no país, em um processo que restringiu (e metamorfoseou) a atuação da esfera pública e ampliou a ação do setor privado, alterando de maneira significativa a identidade das IES”. Esse consentimento representa para os autores, a transformação da “educação em um “bem” ou “produto”, que os “clientes” adquirem no mercado universitário”.

Dessa maneira, o ensino superior no Brasil passa a ser constituído por instituições distintas, em termos de qualidade, prestígio, objetivos, finalidades educativas, entre outros aspectos. As IES se organizam como universidades (instituições complexas que se ocupam do ensino, extensão, pesquisa e pós-graduação, em geral envolvendo muitos setores do conhecimento, embora se admitam universidades especializadas em determinada área), centros universitários (sem obrigação com a pesquisa) e faculdades.

Em 2009 a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico já destacava que para sair da crise econômica global era preciso maior investimento no ensino universitário (OCDE, 2009). E assim, a UNESCO também se manifestou na Conferência Mundial sobre a Educação Superior do mesmo ano, reafirmando a necessidade de investimentos no ensino superior:

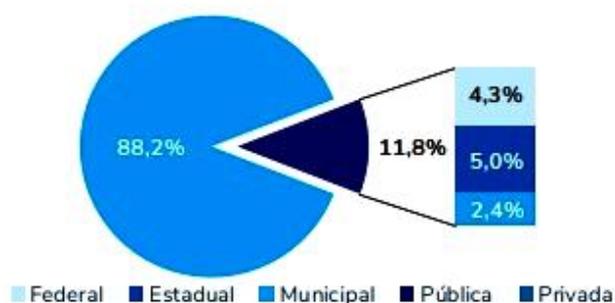
Em nenhum outro momento da história tem sido mais importante que agora os investimentos nos estudos superiores, por sua condição de força primordial para a construção de sociedade do conhecimento integradora e diversa, para fomentar a investigação e a criatividade. A experiência da década passada demonstrou que a educação e a investigação contribuem para erradicar a pobreza, para fomentar o desenvolvimento, para sustentar e avançar na consecução dos objetivos de desenvolvimentos acordados no plano internacional, entre outros, os objetivos do desenvolvimento do milênio e a Educação para Todos. Os programas mundiais de educação deveriam refletir estas realidades (UNESCO, 2009).

Nesse contexto, em 2009, considerada uma conquista para o povo tocantinense, a UFT estava completando seis anos de criação, iniciando sua trajetória institucional, em processo de estruturação, inclusive de suas Pró-reitorias, como a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, que foi criada em 2010 e passou a ser responsável pelas ações de esporte e lazer da Instituição.

Em seu estudo, Rios *et al.*, (2016) expõe que foram vários os esforços governamentais com o objetivo de democratizar o ensino superior, no qual corroboram citando alguns destes esforços de ampliação das medidas de acesso, como a implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção da política de ações afirmativas (cotas raciais e sociais) e a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para apresentar de forma mais detalhada a expansão das instituições de ensino superior após a LDB, na figura abaixo estão os dados do Censo de Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no qual oferece a toda comunidade informações detalhadas por meio de levantamento estatístico sobre a situação das Instituições de Ensino Superior (IES), uma ferramenta que pode contribuir no direcionamento das políticas públicas de educação.

**Figura 2 - Quantitativo de Instituições de Ensino Superior atuantes no Brasil**



Fonte: INEP, 2019.

Segundo o Censo, no Brasil existem 2.537 Instituições, sendo 299 IES públicas (11,8%) distribuídas em: 128 estaduais (5,0%) e 61 municipais (2,4%) e 110 são federais (4,3%) - estas divididas em: 63 Universidades Federais, 2 Centros Universitários, 5 faculdades e 40 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Porém, de forma bem relevante destacam-se as IES privadas representadas por 2.238 instituições, predominando as faculdades (88,2%).

Do total de IES existentes no país 173 se concentram na região norte, sendo 149 instituições privadas e 24 instituições públicas (17 federais, 5 estaduais e 2 municipais), representadas detalhadamente abaixo de acordo com o estado:

**Tabela 1 Número de Instituições de Ensino Superior na região norte.**

<i>Região Norte Estados</i>	<i>Total por Estado</i>	<i>Privada</i>	<i>Públicas</i>	<i>Federais</i>	<i>Estaduais</i>	<i>Municipais</i>
<b>ACRE</b>	11	9	2	2	-	-
<b>AMAPÁ</b>	15	12	3	2	1	-
<b>AMAZONAS</b>	23	20	3	2	1	-
<b>PARÁ</b>	57	51	6	5	1	-
<b>RONDÔNIA</b>	35	33	2	2	-	-
<b>RORAIMA</b>	8	5	3	2	1	-
<b>TOCANTINS</b>	24	19	5	2	1	2

Fonte: Elaborado a partir dos dados do INEP, 2019.

Do quantitativo de instituições federais, existe 1 IF e CEFET em cada estado da região. No estado do Pará se concentra o maior número de IES, com 57 no total, prevalecendo as privadas com 51, e com o maior número de IES públicas, com 6 no total, sendo 5 federais e 1 estadual. Atenta-se que o Tocantins é o terceiro estado com mais IES presentes, com 24, além de ser o único que possui instituições públicas na categoria municipal.

Os dados demonstram que o ensino superior brasileiro é um dos mais privatizados da América Latina e do mundo, tendo perdido muito do significado de bem público de qualidade, com exceção das IES públicas e das IES de natureza comunitária e confessional (PAULA, 2009).

### **1.5 DESAFIOS DO ESPORTE E LAZER NA REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Este segmento destaca os principais desafios a serem superados na região norte, no que tange as desigualdades entre as regiões do país. E dessa maneira expõe as dificuldades identificadas no quadro regional da população, como a discreta acessibilidade ao esporte e lazer.

Nesse contexto, recorda-se que na Conferência Nacional do Esporte e Lazer<sup>13</sup> de 2010 foi definido que uma das metas de gestão para o setor seria o atendimento regionalizado nas diferentes regiões do país, nessa ocasião foi determinado a priorização também da região norte, considerando o fator amazônico e os desequilíbrios regionais, além de oferecer subsídios para operacionalizar de forma administrativa e estrutural as federações, ligas e associações esportivas não profissionais, bem como destinar espaços exclusivos para o esporte e lazer nos setores residenciais. Igualmente determinou-se promover o apoio, a formulação e o financiamento a políticas públicas de formação continuada articuladas com as instituições de ensino superior para qualificar profissionais da área de esporte e lazer, priorizando o atendimento de demandas sociais.

A região norte é formada por sete estados, são eles com suas respectivas capitais: Acre (Rio Branco), Amapá (Macapá), Amazonas (Manaus), Pará (Belém), Rondônia (Porto Velho), Roraima (Boa Vista) e Tocantins (Palmas). Devido as características geográficas e ao desenvolvimento tardio dessa região, com uma concentração populacional de seus territórios na área urbana e às margens dos rios, ocorreu a limitação do crescimento e desenvolvimento populacional. Mesmo sendo a maior em área territorial<sup>14</sup>, contudo apresenta a menor densidade demográfica<sup>15</sup> do país, com um índice de 4,79 hab./km<sup>2</sup>. Em 2019 a população estimada era de 18.16 milhões (dezoito milhões e dezesseis mil) de habitantes, sendo o estado do Pará o que possui a maior população, com aproximadamente oito milhões de habitantes (CAPI *et al.*, 2019).

Ainda segundo Capi *et al.*, (2019) esses dados podem refletir na vida cotidiana e nas condições de cidadania da população da região norte, no que diz respeito a defasagem em diversos aspectos, tais como, nas políticas de saúde, de transporte, de saneamento, de educação, de democratização de espaços públicos, inclusive de esporte e lazer.

---

<sup>13</sup>Disponível em:

<<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia1/documentoFinalVisualizacao.jsp>>. Acesso em: 05/02/2020.

<sup>14</sup> Segundo dados do IBGE (2010), a área territorial é de 3.869.638 km<sup>2</sup>.

<sup>15</sup>Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/para2019/tabelas/2-demografia/2-densidade-demografica-2015-2019.htm>>. Acesso em: 05/02/2020.

Uma região que é dominada pela floresta amazônica, conhecida mundialmente pelo vasto volume híbrido e pelo seu variado ecossistema, de forma especial também se destaca pelos aspectos socioculturais encontrados numa variedade de grupos étnicos, como os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, que entre outros fatores, são marcados não só pela sua riqueza patrimonial como também por necessidades bem específicas a serem atendidas. Braga (2009) relembra que esses povos sustentam um modo de vida tradicional, mas que não deve ser considerado estático. Suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, inseridos em um processo progressivo de diferenciação e transformação.

Se, por um lado, a região norte, dominada pela floresta amazônica, destaca-se como uma das maiores riquezas do Brasil, da mesma forma se avulta pelas barreiras que são impostas à implementação das políticas públicas nos múltiplos setores, opinião que é compartilhada por Freire *et al.*, (2018).

Barreiras estas que são observadas na rotina da população, que reside de forma dispersa, em que há muitas dificuldades de deslocamentos, devido às especificidades naturais apresentadas em cada lugar e pela sua infraestrutura, muitas vezes precárias, o que impede o acesso a determinados locais durante meses. Somando a essa situação, a região amazônica é a que apresenta o menor grau de urbanização do País, e igualmente apresenta alta taxa de crescimento populacional, o que marca as diferenças desta região com o restante do país. Nesse sentido, faz-se necessário além de ocupar-se daqueles que residem fora da área urbana, considerar também as necessidades da população urbana (FREIRE *et al.*, 2018).

Na área educacional para Oliveira e Lucena (2014) fatores que comprometem o rendimento dos alunos e provocam evasão escolar na região norte são oriundos das precariedades do transporte e das estruturas físicas das escolas, da oferta irregular da merenda, das longas distâncias fora da zona urbana para os alunos e professores percorrerem, além da necessidade dos estudantes em ter que trabalhar para o sustento da família que impede conciliar com a escola.

Pedroso (2014) reforça que é importante se ter uma política diferenciada para a região norte, em vista disso, é fundamental investir em diferentes áreas,

como a infraestrutura, para que possa impactar de maneira positiva na qualidade de vida da população e na sustentabilidade da região.

No campo das políticas públicas de esporte e lazer voltado à qualidade de vida e acesso a toda população, existem ainda poucos estudos sobre a realidade da Região Norte. Dentre estes, Soares *et al.*, (2011) destaca um estudo investigativo realizado nos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, com o apoio do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, a rede CEDES do Ministério do Esporte. Conforme os autores, o estudo do Pará revelou a importância dos programas, projetos e ações municipais na vertente da inclusão social e participação da população. Em Rondônia a investigação se sustentou nas ações desenvolvidas pela política municipal, com ênfase no esporte de rendimento. E na Amazônia discorreu-se sobre os programas e projetos de esporte e lazer fomentados pelo ME e outras entidades, bem como sobre a promoção de eventos e festas populares da região.

Como resultado da pesquisa estes dados revelaram pouco envolvimento entre as políticas públicas estudadas com uma política estruturada de lazer. As ações eram voltadas para a promoção das chamadas “Ruas de Lazer” e eventos (FREIRE *et al.*, 2018). Em suma, esta pesquisa de 2011 desenhava um panorama que apontou para a necessidade de levantamento das demandas desta região para as políticas públicas de esporte e lazer. O que se observa nos dias atuais é que essa necessidade de estudo ainda se faz presente.

Sobre essa realidade, Freire *et al.*, (2018) destacam o importante apoio da rede CEDES em pesquisas que tratam das políticas públicas de esporte e lazer pelo país. Mas reforçam que em sete anos de desenvolvimento da Rede CEDES somente três pesquisas apoiadas foram realizadas na Região Norte. São elas: (1) Diagnóstico do esporte e lazer da Região Norte Brasileira: o existente e o necessário (UFAM, UFPA e ULBRA/RO), já mencionada acima; (2) Criação do núcleo da Rede Cedes na UFRO (atual UNIR); (3) Futebol Karipuna: um estudo foto etnográfico sobre futebol e a vida cotidiana nas aldeias Karipuna (UFAP).

De acordo com Cárdenas (2015) é notório que os efeitos negativos dessa concentração excessivamente desproporcional de grupos de pesquisa repercutem na produção de conhecimento nos múltiplos setores sociais. E alcança o âmbito

das Políticas de Esporte e Lazer. A incapacidade destas regiões “inferiormente desenvolvidas” em CT&I decorre menos da capacidade inovadora dos pesquisadores locais e mais da histórica dificuldade de fixar doutores na Região, das dificuldades de formação de recursos humanos em nível de mestrado e doutorado e da precarização de expansão massiva de programas de fomento.

Cabe considerar a compreensão geral de Starepravo (2011), quanto às barreiras que impedem o desenvolvimento de políticas públicas efetivas envolvendo o esporte e lazer em todo o país. O autor explica que algumas delas, consistem na: prioridade ao alto rendimento; no assistencialismo e o utilitarismo atribuídos ao esporte e ao lazer; na hierarquização de prioridades sociais, que deixa o esporte e o lazer como últimas demandas a serem atendidas; na carência e falta de acesso aos equipamentos esportivos e de lazer; na falta de planejamento e pessoal especializado nos órgãos estatais responsáveis pelo esporte; na construção de políticas através da ótica do empirismo e da valorização do número de eventos e de pessoas atendidas. Oito anos após essa colocação do autor em seu estudo, permanece a compreensão que essa situação ainda prevalece.

Transpor as barreiras apontadas por Starepravo (2011) é um desafio para toda investigação científica que busca uma melhor compreensão da realidade em cada região de nosso imenso país; especialmente no que se refere à fixação dos atores sociais capazes de promover uma transformação e/ou alteração do cenário atual do esporte e lazer na região.

## **CAPÍTULO II**

### **2 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO**

Este capítulo conduzirá os caminhos metodológicos percorridos na investigação, reportando ao tipo de pesquisa e a metodologia de análise estabelecida. Atenta-se ainda para as etapas desenvolvidas que orientam a pesquisa, como o processo de coleta de dados, a organização e sua categorização, prosseguindo para contextualização da pesquisa, que esclarece as razões pelas quais foi escolhida, à vista disso, detalha os procedimentos realizados para a coleta e análise dos dados.

## 2.1 IDENTIFICAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O desenvolvimento desta pesquisa dispõe de caráter descritivo analítico, com suporte em dados documentais obtidos a partir de estratégias de coletas de dados, de acordo com a abordagem qualitativa, com o propósito de descrever, esclarecer, compreender e interpretar de que forma as IFES da região norte se relacionam com as demandas do esporte e lazer tomando como base a pesquisa documental, para assim chegar no objetivo da pesquisa: propor diretrizes de esporte e lazer para a UFT.

Conforme Marconi e Lakatos (2001, p. 76) o caráter descritivo tem como principal finalidade “o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave”. Acrescentando, Vergara (2000, p. 48) ressalta que nas pesquisas descritivas, o pesquisador “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Para Gil (1994) o caráter descritivo da pesquisa possui em seus objetivos primordiais a descrição das características de determinada população, para analisá-las e assim, determinar a natureza de suas relações.

Este estudo fundamentou-se na abordagem qualitativa, acreditando ser a mais coerente por sustentar os procedimentos metodológicos que serão utilizados na pesquisa, visto que se preocupa em buscar a compreensão aprofundada de um grupo social, de uma organização (SILVEIRA; GERHARDT, 2009). Além disso, a “pesquisa qualitativa é uma atividade que localiza o observador no mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17). Seguindo essa lógica há a compreensão de que a abordagem qualitativa facilita a descrição dos problemas e favorece a formação de opiniões (ROCHA *et al.*, 2012).

Outra questão relevante sobre a pesquisa qualitativa tratada por TRIVIÑOS (2010) aponta cinco características:

- 1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
- 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva;
- 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
- 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (TRIVIÑOS, 2010).

É importante ressaltar que essas características servem de fundamentos para a pesquisa qualitativa, conforme registra Triviños (2010), e se destacam na investigação do tipo fenomenológico e da natureza histórico-estrutural, dialética, que segundo o autor, no Positivismo esses pressupostos foram considerados como óbvios ou não investigáveis.

Para mais, Triviños (2010) reforça que a pesquisa qualitativa busca:

Assinalar as causas e consequências do problema, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade (TRIVIÑOS, 2010, p. 125).

A este caráter qualitativo, acrescenta-se a dimensão social, por conseguinte, essa pesquisa pode ser identificada de cunho social qualitativa. Conforme Minayo (2007), a pesquisa social qualitativa se preocupa em tratar dos processos que são essenciais para uma determinada situação que envolve a realidade social. Nesse sentido, para fins desta pesquisa o objeto da realidade social a ser analisado são as manifestações de esporte e lazer existentes nas IFES da região norte, especialmente da UFT.

Como procedimentos metodológicos optou-se pela a análise de documentos e a revisão bibliográfica, pois, de acordo com Triviños (2010) possibilita ao pesquisador buscar conhecimento sobre o que já se estudou acerca do assunto. Além do mais, tem por objetivo avaliar as possibilidades de realização de um trabalho e o quão útil os resultados alcançados podem ser a uma determinada área de aprendizado. No caso deste trabalho, a revisão bibliográfica para a construção do quadro teórico do estudo em questão, ocorreu a partir do processo de orientação da pesquisa, apoiado na leitura de publicações científicas da área, com temas relacionados a políticas públicas; políticas esportivas no Brasil; contexto do esporte universitário brasileiro; análise das ações de esporte e lazer na região norte. Do mesmo modo, foi realizada a revisão bibliográfica de aproximação com leituras relacionadas ao universo de conhecimento sobre as manifestações de esporte e lazer da UFT, que ajudaram a fundamentar e problematizar a pesquisa.

Para este estudo foram consideradas as principais Instituições Federais de Ensino Superior dos estados que fazem parte da Região Norte<sup>16</sup>: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A saber:

- UFAC - Universidade Federal do Acre
- UFAM - Universidade Federal do Amazonas
- UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
- UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
- UFPA - Universidade Federal do Pará
- UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia
- UFRR - Universidade Federal de Roraima
- UFT - Universidade Federal do Tocantins

**Figura 3 - Mapa das principais universidades federais da região norte do Brasil.**



Fonte: Imagem adaptada do site Google.

Com a finalidade de apresentar um parâmetro nacional, neste caso sobre a região norte, cuja UFT faz parte, intentou-se investigar quais as manifestações de

<sup>16</sup> Disponível em:

<[https://www.google.com/search?q=mapa+da+regi%C3%A3o+norte&source=lmns&hl=pt-BR&ved=2ahUKEwjg7KGqOjoAhU-K7kGHVo2AtYQ\\_AUoAHoECAEQAA](https://www.google.com/search?q=mapa+da+regi%C3%A3o+norte&source=lmns&hl=pt-BR&ved=2ahUKEwjg7KGqOjoAhU-K7kGHVo2AtYQ_AUoAHoECAEQAA)>. Acesso em: mar.2019.

esporte e lazer são desenvolvidas nas principais Instituições Federais de Ensino Superior em cada estado, bem como, se alguma dessas instituições dispõem de um documento oficial que regulamenta estas ações, como uma política de esporte. Tal explicitação apoia-se nas peculiaridades encontradas nesta região que são bastante semelhantes no que se refere a alguns aspectos, como: a realidade socioeconômica, a densidade demográfica, as principais atividades econômicas, o acesso a saúde, transporte e às práticas de esporte e lazer. Da mesma maneira, a partir da coleta e análise dos dados, o intuito foi de buscar evidências que pudessem contribuir para a elaboração das diretrizes de esporte e lazer para a UFT, considerando a sua realidade e limitações, objetivo este, pretendido nesta pesquisa.

Foi estabelecido como ponto de partida o período entre fevereiro e outubro de 2019, para a realização da consulta nos sites oficiais das IFES da região norte apresentadas nesta pesquisa, visto que esses sites são de domínio público. A pretensão foi de localizar os documentos pertinentes a temática de esporte e lazer. A opção em pesquisar nos sites oficiais destas instituições se deu pela busca por maior veracidade dos documentos, posto que as informações sairiam diretamente das fontes pesquisadas.

Tendo em vista que a UFT é a Universidade Federal mais nova da região, com apenas 16 anos foi realizado um recorte temporal considerando as informações a partir de 2003, ano de criação desta instituição, a fim de manter uma aproximação com a realidade desse período.

Essa fase da busca foi exaustiva, pois as informações nos sites de todas as IFES investigadas não se encontravam claramente expostas na página inicial para acesso aos documentos. Nestas instituições não há página própria dos setores responsáveis pelo esporte e lazer, e algumas informações que aparecem não são atualizadas. Foi necessária a procura nas páginas das Pró-Reitorias, que se tornou assobombante, uma vez que as palavras-chaves sobre a temática “esporte” não eram reconhecidas facilmente em vista da grande demanda de documentos variados dos setores.

E assim, foi escolhido um conjunto de palavras-chaves, que foram pesquisadas em cada site das instituições, na tentativa de encontrar o máximo de

dados para o estudo. As palavras elencadas foram: “esporte”; “lazer”; “jogos”, “atletas”, “competições”; “Jub´s”; “atléticas”, “qualidade de vida”; “dança”; “complexo esportivo”; “ginásio”; “atividades esportivas”; “treinamento esportivo”.

Para a organização do material coletado os documentos foram arquivados em pastas conforme o nome de cada universidade, de maneira que em seguida fosse realizada a análise dos documentos com um teor mais compreensível, e conforme os objetivos que levaram a investigação. E assim os termos correspondentes foram agrupados e estruturados em quadros.

Quanto aos dados referentes as ações de esporte e lazer da UFT, por ser o foco dessa pesquisa foi dedicado um capítulo especificamente para a instituição, em vista que a leitura realizada ocorreu para o reconhecimento da realidade social concreta onde se desenvolveu a pesquisa.

Os dados encontrados e selecionados como pertinentes para a pesquisa documental da UFT continham em seu texto a existência da temática de esporte e lazer, compreendendo: o Plano de Desenvolvimento Institucional; Edital de concessão de auxílio financeiro para participação em eventos esportivos; Edital de premiação UFT em Movimento; Relatório de gestão da PROEX (2018) e da Diretoria de Esportes (PROEST 2015); Resolução que trata da Política de Assistência Estudantil da UFT (2017); Manual de conduta para participantes de eventos esportivos; Além destes documentos institucionais, também foram selecionados reportagens e notícias que tratam de ações de esporte e lazer da UFT. Ainda foram feitas leituras complementares, como dos relatórios de avaliação institucional de 2006 a 2018 e do Plano de Distribuição Orçamentária (PDO) da UFT disponível para consulta pública, com o intuito de buscar qualquer indicativo alusivo às questões do projeto de pesquisa.

Todos esses documentos exigiram observação, coleta e procura, de forma sistematizada, com a finalidade de conhecer a situação investigada, por este motivo optou-se por trabalhar com todos os materiais relacionados ao esporte e lazer desde a criação da UFT em 2003, para que a pesquisa fosse apresentada de forma mais completa, mais rebuscada de informações.

Os documentos encontrados foram organizados e distribuídos em formato de quadros, com a especificação dos títulos das notícias ou documentos, ano e público atendido, conforme proximidade do assunto.

## **CAPÍTULO III**

### **3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Este capítulo abordará a análise dos resultados apresentada a partir das categorias estabelecidas conforme as bases metodológicas escolhidas para esta pesquisa, considerando os objetivos e a quantidade de informações adquiridas no estudo.

### 3.1 O ESPORTE E LAZER NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DAS IFES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Nessa missão de responsabilidade social da universidade, incorporam as ações de esporte e lazer e seus benefícios na vida universitária, que funcionam como uma ferramenta a mais no processo de educar e socializar. Num contexto de grande demanda intelectual e forte cobrança por bons indicadores de desempenho acadêmico, como ocorre nos cursos de graduação, a importância da prática esportiva é ainda maior, para liberar as tensões, funcionando como uma válvula de escape para o estresse. Além disso, o esporte gera bons resultados também na melhoria das relações interpessoais, na socialização e inclusão de alunos com dificuldade de relacionamento e comunicação. E ainda têm os jogos, que muitas vezes são organizados pelas atléticas, com o objetivo de integração entre os alunos de diversos cursos e de vários centros (RIBEIRO, 2012). Em vista desse cenário será apresentado o resultado da análise sobre as ações voltadas para o esporte e lazer das IFES especificadas.

A consulta aos documentos institucionais indicou que dos documentos analisados (PDI, PPI, REUNI) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o que mais evidencia ideias relacionadas ao campo de esporte e lazer em todas as universidades pesquisadas, o que justifica a escolha deste documento como uma das referências da análise dos dados.

Considerando todas IFES investigadas, as menções mais presentes no PDI partem das seguintes propostas:

- Estratégias prevalentes para a assistência estudantil;
- Componentes a serem contemplados na melhoria da infraestrutura da instituição;
- Mecanismo de interação entre a comunidade interna e externa;
- Forma de melhoria nas condições de trabalho dos servidores.

Não haviam indícios no texto dos PDI's de nenhuma IFES que apontassem diretamente o esporte e lazer como um direito social. No entanto, se constatou que as atividades esportivas são fomentadas em todas essas instituições (UFAC, UFPA, UFRA, UNIFAP, UFAM, UFRR, UNIR) especialmente por iniciativas da

extensão. Logo, Marin *et al.*, (2009) atenta que essas atividades extensionistas são de caráter esporádico, e ligadas, principalmente aos programas da assistência estudantil. Em seu estudo, Ribeiro (2012) confirma que as universidades oferecem diversificadas atividades de extensão, mas como os projetos tem data para começar e terminar, isso compromete a continuidade das ações, que dependem da vontade dos docentes responsáveis ou da renovação desses pelos órgãos competentes, tais iniciativas a autora referencia como “políticas de atividade”.

Ainda nesse contexto das manifestações de esporte e lazer, a autora Ribeiro (2010) analisa que mesmo que estejam registrados nos documentos oficiais, ao estarem inseridos na pauta de preocupações das universidades, não há garantia da efetivação de ações concretas. Para compreender melhor, salienta-se que a sólida associação entre as manifestações de esporte e lazer e as estratégias de assistência estudantil podem estar ligadas a atual política de assistência estudantil, visto que é objeto de preocupação por parte do poder público.

O Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007 institui a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo principal objetivo é de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, reforçando em uma de suas diretrizes a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil”, por conseguinte, surge a necessidade de viabilizar tal propósito, instigando as universidades a buscarem alternativas para alcançarem essa meta.

Em consonância com essa diretriz do REUNI, foi idealizado por meio do decreto presidencial nº 7.234 de 19 de julho de 2010, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que estabelece em seus objetivos:

- I - Democratizar as condições de permanência nas IFES;
- II- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Em seu estudo, Rios *et al.*, (2016) comenta sobre o destaque dos programas de assistência estudantil na conjuntura nacional, como uma condição necessária para o sucesso da política de democratização do ensino. Até mesmo em instituições públicas, os custos para a subsistência do aluno e/ou aqueles

relativos à sua formação podem inviabilizar sua permanência na universidade. Dessa maneira, é fundamental que o poder público viabilize assistência ao aluno em vulnerabilidade socioeconômica, por meio de políticas públicas, a fim de evitar a descontinuidade deste nos estudos.

O documento do PNAES ainda define as áreas nas quais as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas:

- I - Moradia estudantil;
- II - Alimentação;
- III - Transporte;
- IV - Atenção à saúde;
- V - Inclusão digital;
- VI - Cultura;
- VII - Esporte;**
- VIII - creche;
- IX - Apoio pedagógico; e
- X – Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, grifo meu).

Estas diretrizes do PNAES foram inseridas nos documentos oficiais de algumas instituições pelo Brasil. Da região norte apenas no PDI da UFRA há menção do PNAES, que reproduz o mesmo texto de seu documento: “A política estudantil da UFRA está alinhada às diretrizes do PNAES (...) por meio da assistência à (...) **esporte, lazer** (...)” como responsável pelas ações de esporte. No que tange ao esporte e lazer, esse é mencionado juntamente com um conjunto de condições a serem garantidas aos acadêmicos.

É relevante expor que apenas a UFRA não conta com o curso de Educação Física, por ser uma instituição que só abrange as áreas de Ciências Agrárias, apesar disso apresentou dados suficientes sobre a temática de esportes para ser incluída nesta pesquisa. Visto que, a predominância das atividades esportivas ofertadas nas universidades parte dos projetos de extensão desenvolvidos pelos acadêmicos dos cursos de Educação Física, no caso da UFRA não ficou claro de que curso são os estudantes ou quem são os profissionais envolvidos nas atividades esportivas da Instituição.

Sobre esse envolvimento dos alunos com as atividades extensionistas, Paiva e Marcellino (2004) alegam que essa oportunidade dos acadêmicos em realizarem a extensão, não pode ser vista simplesmente como uma prestação de serviços. A atenção deve ser dada para o momento do processo educativo,

alinhado ao ensino, pesquisa e extensão, e isso transforma a universidade em um local favorecido de políticas culturais através do esporte.

A respeito da estrutura apresentada nos organogramas, todas as IFES citadas possuem setor próprio voltado para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer, vinculado com mais ocorrência à Pró-Reitoria de Extensão, ligada à assistência estudantil. Entretanto, as atividades são oferecidas para todos os tipos de público, desde os alunos, servidores até a comunidade externa. Como se observa, as unidades administrativas se diferem na nomenclatura, entre **coordenação, direção, seção e divisão**:

- UFAC - Pró- Reitoria de Extensão e Cultura: Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária – **Coordenação de Esporte, Lazer e Qualidade de Vida.**
- UNIR- Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis - Diretoria de Assuntos Estudantis - **Coordenadoria de Esporte e Lazer.**
- UNIFAP - Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – **Divisão de Esporte e Lazer.**
- UFRA - Pró-Reitoria de Extensão - Divisão de Assuntos Comunitários - **Seção de Esporte e Lazer.**
- UFPA - Pró-Reitoria de Extensão - **Diretoria de Arte, Cultura, Esporte e Lazer.**
- UFAM - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Departamento de Assistência Estudantil - Coordenação de Desenvolvimento Estudantil - **Divisão de Esporte, Lazer e Cultura.**
- UFRR - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão - Diretoria de Assuntos Estudantis - Coordenação de Apoio Acadêmico - **Divisão de Esporte e Lazer.**

Não foram encontrados registros de que esses setores disponibilizam publicamente informações sobre os recursos financeiros destinados à assistência estudantil ou à expansão das ações de esporte e lazer em suas instituições. Há apenas a pressuposição que os recursos saem das respectivas Pró-Reitorias das

quais esses segmentos fazem parte (Pró - Reitoria de Extensão, Pró - Reitoria de Assistência Estudantil, Pró - Reitoria de Gestão de Pessoas), que lidam com os recursos do PNAES, e são essas fontes que dão subsídio para o fomento do Esporte Universitário.

E assim, para dar encaminhamento a pesquisa e expor mais claramente as informações encontradas foi estabelecido um roteiro padrão para todas as IFES, ilustrados numa abordagem simplificada, apresentadas assim:

- Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI;
- Infraestrutura física;
- Setor vinculado;
- Programas e projetos;
- Documentos oficiais vigentes;
- Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade”.

Estas informações estão expostas em formato de quadros ilustrativos especificando cada instituição pesquisada, a fim de organizar as informações e possibilitar uma melhor interpretação do trabalho desenvolvido, conforme segue abaixo:

**Quadro 3 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFPA – PARÁ**

<b>UFPA - PARÁ</b>	
<b>Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturação de convênios de colaboração entre a UFPA e órgãos dos governos federal, estadual e municipal no âmbito de setores de (...) assistência e <b>esporte/lazer</b>, que mantenham programas regulares de vivências com práticas corporais e esportivas;</li> <li>- Realização de campanhas e vivências/experiências de práticas corporais esportivas nos espaços verdes dos campi;</li> <li>- Incentivo à Formação de Cidadania e Cultura; <b>Esporte e Lazer</b>;</li> <li>- Integração estudantil, (...) para acesso (...) ao <b>esporte e lazer</b>;</li> <li>- Ônibus da Assistência Estudantil: atende ao estudante no acesso a eventos científicos, culturais, <b>esportivos</b>;</li> <li>- Integração estudantil: Programa de <b>Esporte e Lazer</b> Universitário;</li> <li>- <b>Esporte, lazer</b> e práticas físicas institucionalizadas da UFPA multicampi;</li> <li>- Reformas e ampliação de espaços e equipamentos destinados à realização de práticas corporais esportivas.</li> </ul>
<b>Infraestrutura física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ginásio Poliesportivo;</li> <li>- Piscina;</li> <li>- Espaços esportivos e de práticas corporais;</li> <li>- Sala de musculação</li> <li>- Campo de futebol;</li> <li>- Pista de atletismo</li> </ul>
<b>Sector vinculado</b>	Pró-Reitoria de Extensão - <b>Diretoria de Arte, Cultura, Esporte e Lazer.</b>
<b>Programas e projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto de extensão “Esporte, lazer e práticas físicas da UFPA multicampi: cidadania, produção de conhecimento e qualidade de vida”;</li> <li>- Projeto "De Bem com a Vida";</li> <li>- Programa “Estudante Saudável”;</li> <li>- Programa Esporte e Lazer Universitário;</li> <li>- Jogos dos servidores;</li> <li>- Jogos da UFPA.</li> </ul>
<b>Documentos oficiais vigentes</b>	- Não encontrados.
<b>Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade</b>	Yoga, circuito funcional, caminhada, corrida, Tai Chi Chuan, dança.

Quadro 4 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFRA – PARÁ

UFRA – PARÁ	
Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A política estudantil da UFRA está alinhada às diretrizes do PNAES (...) por meio da assistência à (...) <b>esporte, lazer</b> (...);</li> <li>- Licitar em tempo todas as obras de construção civil infraestrutura nos campi (...; ginásio poliesportivo,...);</li> <li>- Infraestrutura planejada: Câmpus Belém: Implantar infraestrutura de (...) <b>centro poliesportivo</b>, (...); Ampliação e reforma do <b>ginásio poliesportivo</b> comunitário, <b>Campo de futebol</b> com arquibancada e vestiário, <b>Arena de areia</b>, <b>Piscina</b> semiolímpica com sistema de tratamento de água;</li> <li>- Infraestrutura planejada: <b>Ginásio poliesportivo</b> para: Câmpus Capanema, Câmpus Capitão Poço, Câmpus Paragominas, Câmpus Paraupabas, Câmpus Tomé-Açu, Câmpus Tailândia.</li> </ul>
Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ginásio Poliesportivo;</li> <li>- Campo;</li> <li>- Arena;</li> <li>- Quadra externa;</li> <li>- Piscina.</li> </ul>
Setor vinculado	Pró-Reitoria de Extensão - Divisão de Assuntos Comunitários - <b>Seção de Esporte e Lazer.</b>
Programas e projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Treino Multicampi para as seleções da UFRA;</li> <li>- Jogos Internos da UFRA - INTERUFRA;</li> <li>- Projeto Esportes e Comunidade.</li> </ul>
Documentos oficiais vigentes	- Resolução que aprova o regulamento para utilização das áreas destinadas às ações de esporte e cultura na UFRA.
Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade	Hidroginástica, escolinha de futsal, escolinha de basquete, taekwondo, karatê, capoeira, condicionamento físico, circuito aeróbico, caminhada, hockey in, balé.

**Quadro 5 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UNIR –RONDÔNIA**

<b>UNIR – RONDÔNIA</b>	
<b>Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A partir de 2014 (...) foram criadas novas modalidades de auxílios e bolsas, em fase de implementação, a saber: Bolsa de <b>Esporte e Lazer</b> – Ação Afirmativa;</li> <li>- A PROCEA promove ações, considerando sua área de atuação, voltada para a acessibilidade, cultura, <b>esporte e lazer</b>, tendo como público-alvo a comunidade acadêmica e a sociedade;</li> <li>- Metas: construir em cada Campus uma pista de atletismo, com campo de futebol society, uma piscina semiolímpica, um ginásio poliesportivo, um ginásio de danças, ginástica e artes marciais, uma adaptação para uma pista de caminhada, um circuito de arborismo, entre 2016 a 2018;</li> <li>- Reforma de Instalações Esportivas;</li> <li>- Aquisição de Material Esportivo.</li> </ul>
<b>Infraestrutura física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ginásio poliesportivo;</li> <li>- Piscina;</li> <li>- Sala de ginástica e artes marciais;</li> <li>- Sala de musculação.</li> </ul>
<b>Setor vinculado</b>	Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis - Diretoria de Assuntos Estudantis - <b>Coordenadoria de Esporte e Lazer.</b>
<b>Programas e projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes do Estado de Rondônia;</li> <li>- Projeto Unir mais ativa, Unir mais funcional;</li> <li>- Jogos Internos UNIR – INTERUNIR.</li> </ul>
<b>Documentos oficiais vigentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Edital - Bolsa de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer - Ação Afirmativa;</li> <li>- Edital de seleção de Programas e Projetos para concessão de Bolsas de Extensão e Cultura, vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura.</li> </ul>
<b>Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinamento funcional.</li> </ul>

**Quadro 6 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFAM – AMAZONAS**

<b>UFAM - AMAZONAS</b>	
<b>Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar ações para a promoção de saúde e qualidade de vida;</li> <li>- Ampliar em 50% a participação de servidores e discentes em atividades esportivas e culturais;</li> <li>- Realização de programação de atividades esportivas e culturais;</li> <li>- Captação de recursos necessários à construção de: (...) espaço para prática desportiva (...);</li> <li>- Elaboração dos projetos e captação de recursos orçamentários e financeiros necessários à modernização e ampliação do Parque Esportivo.</li> </ul>
<b>Infraestrutura física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quadra poliesportiva;</li> <li>- Quadra externa;</li> <li>- Quadra de areia;</li> <li>- Sala de dança;</li> <li>- Piscina;</li> <li>- Pista de atletismo;</li> <li>- Academia.</li> </ul>
<b>Setor vinculado</b>	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Departamento de Assistência Estudantil - Coordenação de Desenvolvimento Estudantil - <b>Divisão de Esporte, Lazer e Cultura.</b>
<b>Programas e projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Apoio à Participação de Discentes de Graduação em Eventos Científicos, Tecnológicos, Esportivos e Culturais;</li> <li>- Projeto Atividade Física e Saúde;</li> <li>- Programa de Atividades Motoras para Deficientes;</li> <li>- Jogos Universitários da UFAM.</li> </ul>
<b>Documentos oficiais vigentes</b>	Edital para acesso de estudantes, socioeconomicamente vulneráveis, ao Auxílio referente ao Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos, Tecnológicos, <b>Esportivos</b> e Culturais – PECTEC.
<b>Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade</b>	Hidroginástica, natação, caminhada orientada, aquatlon (corrida e natação), karatê, Aikido; aulas de educação física para crianças, adolescentes, adultos ou idosos com deficiência: Natação, halliwick, escolinha de futsal e atletismo; Seletiva para atletas.

Quadro 7 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFAC – ACRE

UFAC - ACRE	
Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI	-Promover, apoiar e ampliar as atividades de <b>esporte, lazer</b> , saúde e qualidade de vida; -Ampliação da infraestrutura de apoio às ações culturais e <b>esportivas</b> ; -Viabilização da participação da comunidade interna em eventos <b>esportivos</b> , culturais, coral, orquestra, teatro, música e artes.
Infraestrutura física	- Ginásio Poliesportivo; - Quadra de areia; - Piscina; - Academia (Laboratório de Exercícios Físicos Resistidos e Aeróbicos); - Sala de dança e lutas (Laboratório de Atividades Rítmicas e Expressivas); - Pista de Atletismo padrão internacional – Inaugurada em 29/03/2019 (Convênio com o Ministério do Esporte).
Sector vinculado	Pró- Reitoria de Extensão e Cultura: Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária – <b>Coordenação de Esporte, Lazer e Qualidade de Vida.</b>
Programas e projetos	- Programa Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; - Programa de Incentivo ao Esporte - Pró-Esporte; - Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da rede Cedes do Estado do Acre; - Jogos da Integração Comunitária dos alunos da UFAC.
Documentos oficiais vigentes	- Edital de apoio para viabilizar a participação de alunos-atletas da UFAC em competições esportivas.
Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade	Hidroginástica, natação, dança, ginástica, musculação, karatê, jiu-jitsu, dança do ventre, ginástica laboral, caminhada orientada, vôlei infantil, vôlei de praia, colônia de férias.

**Quadro 8 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UNIFAP - AMAPÁ**

<b>UNIFAP – AMAPÁ</b>	
<b>Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI</b>	- Obras de infraestrutura em planejamento: Complexo Poliesportivo; - Projetos e Programas Estratégicos da Universidade Federal do Amapá 2015-2019 - Perspectiva "Sociedade" Programa Estudante Saudável/ Política de Assistência Estudantil.
<b>Infraestrutura física</b>	- Ginásio poliesportivo; - Piscina semiolímpica; - Campo de futebol; - Pista de atletismo; - Sala de práticas corporais; - Laboratório de Pedagogia do movimento e Biodinâmica do movimento (em construção).
<b>Setor vinculado</b>	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – <b>Divisão de Esporte e Lazer.</b>
<b>Programas e projetos</b>	- Programa de Extensão Universitária PROESPOL – Pró-esporte Estudante e Lazer; - Projeto Pró-Estudante Esporte e Lazer - PROESPOL - Comissão de Seleção do Formação de Equipes/Times atletas Universitário – FEQTAU; - Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de lazer da Rede Cedes do Estado do Amapá – PELARCAP.
<b>Documentos oficiais vigentes</b>	- Edital Auxílio de Incentivo ao Esporte/Auxílio Atleta; - Edital Processo Seletivo para Seleção de Beneficiários do Programa de Esporte e Lazer da UNIFAP.
<b>Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade</b>	Voleibol, basquetebol, futsal, handebol, lutas, dança, treinamento funcional, hidroginástica, natação, atletismo, danças rítmicas, balé infantil.

Quadro 9 - Documentos de referência sobre esporte e lazer da UFRR - RORAIMA

UFRR - RORAIMA	
<b>Textos que envolvem a temática “Esporte e lazer” no PDI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer e ampliar as ações de fomento ao <b>esporte</b> universitário e ao <b>esporte</b> universitário indígena;</li> <li>- Auxílios Coordenados pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão: Vale Pró-atleta – auxílio para participação de discentes em eventos esportivos, em âmbito regional e nacional; Bolsa Atleta Monitor;</li> <li>- Incluir na agenda (portal) ou no calendário da Universidade, eventos/atividades <b>esportivas</b>, de <b>lazer</b> e culturais de integração à comunidade;</li> <li>- Realizar ou participar de seis ações anuais de fomento ao esporte universitário nos anos de 2018 a 2020;</li> <li>- Estabelecimento de calendário de eventos esportivos;</li> <li>- Realizar ações exclusivas para a inclusão e divulgação do esporte universitário indígena.</li> </ul>
<b>Infraestrutura física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ginásio (Colégio aplicação);</li> <li>- Quadra poliesportiva;</li> <li>- Piscina (Colégio aplicação);</li> <li>- Academia.</li> </ul>
<b>Sector vinculado</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão - Diretoria de Assuntos Estudantis - Coordenação de Apoio Acadêmico - <b>Divisão de Esporte e Lazer</b> .
<b>Programas e projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto Juventudes;</li> <li>- Projeto Pró-Atleta;</li> <li>- Programa de extensão “Gerenciamento de ações e mecanismos para garantia de acesso aos direitos previstos no Estatuto da Juventude via Universidade Federal de Roraima”.</li> </ul>
<b>Documentos oficiais vigentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Edital para o processo seletivo para a concessão de auxílio Vale Pró Atleta para o ano de 2018;</li> <li>- Edital para seleção de alunos das modalidades de artes marciais do projeto Pró-atleta;</li> <li>- Edital para seleção de alunos das modalidades de esportes coletivos do projeto Pró-atleta.</li> </ul>
<b>Atividades oferecidas para comunidade acadêmica e sociedade</b>	Karatê kobudo, musculação, treinamento funcional, zumba, yoga, dança com vários ritmos.

No que diz respeito a infraestrutura física em seus PDI's, todas as IFES (UFAC, UFAM, UNIFAP, UFRR, UFPA, UFRA, UNIR) são organizadas em multicampis, com no mínimo três sedes distribuídas entre a capital e os interiores de seus respectivos estados. Nestas instituições, pelo menos uma sede conta com infraestrutura física esportiva, no qual se destacam: “ginásio, campo de futebol, piscina, salas de lutas e dança, academia” (UFAC, UFPA, UNIR, UNIFAP, UFRA, UFAM, UFRR); pista de atletismo (UFAC, UFPA, UFAM, UNIFAP).

Por conseguinte, estas instituições ofertam atividades esportivas variadas, conforme seus projetos, espaços, recursos humanos e materiais. As atividades ofertadas para a comunidade acadêmica que se estende para a comunidade externa, vão desde os treinamentos específicos de modalidades esportivas (UFAM; UFAC; UNIFAP; UFRA), práticas voltadas para o lazer e qualidade de vida (UNIR; UFPA; UFRR) à oferta de atividades para crianças, com aulas de educação física e escolinhas de iniciação esportiva (UFRA; UFAM; UFAC; UNIFAP).

As ações que fomentam o esporte universitário acontecem através do apoio de programas e editais para o custeio de bolsa-atleta, transporte para participação em competições, auxílio para viagens e organização de jogos. Os textos dos editais seguem os mesmos padrões condicionantes para o financiamento do PNAES, previsto também na Política de Assistência Estudantil, requisitos como: “condição de vulnerabilidade socioeconômica, “cursos de graduação presenciais”; “reduzir as taxas de evasão e retenção”; “Contribuir para a permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes”; “promover a inclusão social pela educação”. As informações abaixo sobre os programas, projetos e editais vigentes confirmam que todas as IFES apresentam algum plano de apoio para o esporte universitário:

- **Projeto Pró-Atleta - UFRR**;
- **Programa de Apoio à Participação de Discentes de Graduação em Eventos Científicos, Tecnológicos, Esportivos e Culturais - UFAM**;
- **Programa Esporte e Lazer Universitário – UFPA**;
- **Plano de Treino Multicampi para as seleções da UFRA - UFRA**;
- **Edital Auxílio de Incentivo ao Esporte/Auxílio Atleta - UNIFAP**;

- **Edital - Bolsa de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer - Ação Afirmativa** – UNIR;
- **Edital de apoio para viabilizar a participação de alunos-atletas da UFAC em competições esportivas** – UFAC.

Tomando como referência o que foi exposto sobre o envolvimento das universidades federais da região norte com as ações de esporte e lazer, em que as evidências são os aportes fundamentais para o alcance do objetivo desta pesquisa, é que serão apresentadas a seguir as categorias voltadas para a UFT. A pretensão é apontar como as manifestações de esporte e lazer se apresentaram até o momento neste âmbito universitário. Estão destacados a estrutura organizacional, os programas, projetos, e a forma de financiamento para estas ações específicas, como elementos de apoio para a proposta de diretrizes gerais para as ações de esporte e lazer da UFT.

### **3.2 A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

A universidade é composta, sobretudo, por duas estruturas: a educacional e a administrativa. A parte educacional é responsável por contribuir para que as instituições de ensino consigam alcançar seus objetivos, dentre eles, na formação de cidadãos competentes para a inserção na sociedade (Alves 1992, p. 21). À estrutura administrativa cabe a responsabilidade, entre outras, de administrar os recursos humanos, a estrutura física e financeira, para assegurar a plena ordem.

Nesse seguimento que se intenta apresentar a estrutura organizacional da UFT. Para que, desse modo, se estabeleça uma relação com o objetivo desta pesquisa, ao observar o seu funcionamento, perceber as suas possibilidades, e identificar os seus desafios. Nessa perspectiva, busca-se ainda entender quais os recursos financeiros disponíveis, enxergar os limites da instituição, percebendo até onde é possível chegar, neste caso, para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer da UFT. E assim sustentar a proposta de diretrizes sugeridas, para que dessa maneira as ações voltadas para o esporte e lazer sejam exequíveis conforme a realidade da UFT.

A UFT originou-se da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), e foi criada pela lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000, porém, somente em 15 de

maio de 2003 foi implantada com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares advindos da Unitins. É uma entidade com personalidade jurídica de direito público, destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial em consonância com o artigo 207 da Constituição Federal (UFT, 2015).

Em 2003, foram institucionalizados o Regimento Geral e o Estatuto da UFT, homologados pela Portaria nº 658, do Ministério da Educação, em 17 de março de 2004. O Regimento Geral da UFT dispõe sobre as normas de funcionamento da organização administrativa, do ensino, da pesquisa, da extensão e comunidade acadêmica (corpo docente, discente e técnico administrativo), bem como do regime disciplinar, dos diplomas, certificados e títulos, dos recursos materiais, disposições gerais e transitórias e das disposições finais.

A UFT tem como missão “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimentos com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal” e possui como visão “ser reconhecida nacionalmente, até 2022, pela excelência no ensino, na pesquisa e na extensão” (UFT, 2015).

Para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade está estruturada em sete câmpus universitários, com unidades bem definidas, possuindo funções próprias e organização semelhantes, instituídos como órgãos abertos a toda a entidade.

Com essa estrutura, os câmpus foram distribuídos estrategicamente pelo Estado implantados nas cidades de: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Nesses Câmpus, são ofertados não só os cursos de graduação presencial e a distância, como também de mestrados e doutorados, proporcionando à comunidade local e circunvizinha, o acesso à educação superior pública e gratuita.

A sua infraestrutura física está distribuída nos seus sete câmpus, contendo no espaço físico da UFT, 129 laboratórios, 08 bibliotecas, 22 auditórios e 238 salas, espaços destinados a atender os mais de 18.000 alunos (PDI UFT 2016-2020).

**Figura 4 - Estrutura física existente na UFT.**

Espaço Físico	Reitoria	Palmas	Porto Nacional	Tocantinópolis	Gurupi	Miracema	Arraias	Araguaina
Salas de Aula		93	17	12	33	11	18	54
Biblioteca		01	01	01	01	01	01	02
Salas Administrativas		14	26	20	16	16	09	38
Coordenações de Cursos		21	09	03		04	05	20
Salas de Apoio Acadêmico		9	15	10	N/I	4	05	11
Salas para Docentes		74	15	23	41	11	16	22
Salas de Reunião		02	01	02	01	01	02	03
Auditórios		06	02	01	03	01	02	07
Instalações Sanitárias		124	12	N/I	N/I	N/I	N/I	31
Vestibário		16	-	-	N/I	01	-	-
Laboratórios de Informática		03	01	01	03	01	02	01
Laboratórios Específicos		71	18	-	28	01	04	07
Áreas de Lazer								
Estação Experimental								
Restaurante								
Universitário								
Cantinas								

Fonte: PDI UFT (2016-2020). “Áreas de Lazer” destacado.

Como apresentado, onde consta a descrição da infraestrutura existente, não há registros de áreas de lazer no PDI 2016-2020. Porém, após a construção deste documento alguns espaços para a prática de atividade esportiva foram criados e/ou adaptados, são eles:

**Quadro 10 – Espaços de esporte e lazer existentes na UFT**

ESPAÇOS	CÂMPUS
<b>Quadra de areia</b>	Palmas, Miracema, Gurupi, Arraias
<b>Quadra ao ar livre de Badminton</b>	Palmas
<b>Sala multiuso (dança e esportes de lutas)</b>	Palmas, Gurupi, Miracema, Tocantinópolis
<b>Pista de Atletismo padrão internacional com 8 raias</b>	Câmpus Palmas
<b>Pista de Atletismo padrão internacional com 4 raias.</b>	Câmpus Miracema
<b>Ginásio poliesportivo (em construção).</b>	
<b>Campo de futebol</b>	Palmas, Miracema e Gurupi

Fonte: Construído a partir da pesquisa sobre a UFT.

De acordo com seu PDI 2016/2020, a estrutura organizacional da UFT é composta por sete Pró-Reitorias, a saber: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ); Pró-

Reitoria de Extensão (PROEX), representando o tripé finalístico da instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão. Além destes, integram a estrutura da instituição: a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST); Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD); Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP); e a Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação (PROAP).

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) é o setor responsável atualmente pelas ações de esporte e lazer dentro da Universidade. Tem o objetivo de articular e apoiar a execução da política de extensão da UFT, de forma mais efetiva integrando a realidade social com as atividades realizadas na Universidade (PDI 2016-2020). A Diretoria de Assuntos Comunitários e Ações Afirmativas (DAC) é a diretoria que coordena a área esportiva nos setes câmpus da Instituição, com a missão de “fomentar a prática esportiva como forma de inclusão social, integração, fonte de benefícios físicos e mentais e de democratização do acesso ao esporte” (PORTAL PROEX, 2019).

### **3.3 CONHECENDO A REALIDADE ESPORTIVA DA UFT**

#### **3.3.1 AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA UFT**

A principal fonte de financiamento da UFT provém do Governo. Dessa maneira, a Instituição garante os recursos necessários na execução de ações previstas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Além disso, também conta com a arrecadação de recursos próprios, que são oriundos de prestação de serviços pela universidade, como a realização de concursos, vendas de livros pela Editora Universitária, multas de bibliotecas, pagamentos de inscrições de mestrado, registro de diplomas e emissão de documentos, locação de espaços físicos, leilões de bens inservíveis, dentre outras.

Através da Matriz da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) é que são distribuídos esses recursos disponibilizados para a instituição, baseando-se no cálculo do número de cursos, área de conhecimento, número de discentes ingressantes e concluintes, dentre outras variáveis (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFT, 2017).

O Plano de Distribuição Orçamentária (PDO) é um instrumento que aponta como são distribuídos e gastos os recursos orçamentários da UFT, no qual se aplica às rubricas relacionadas com os gastos de Despesas Correntes (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e Despesas de Capital, que são os investimentos (PDO UFT, 2019). Como demonstrado na figura<sup>20</sup> a seguir:

**Figura 5 - Distribuição orçamentária da UFT.**



Fonte: Site da UFT: Plano de distribuição orçamentária e diretrizes de execução.

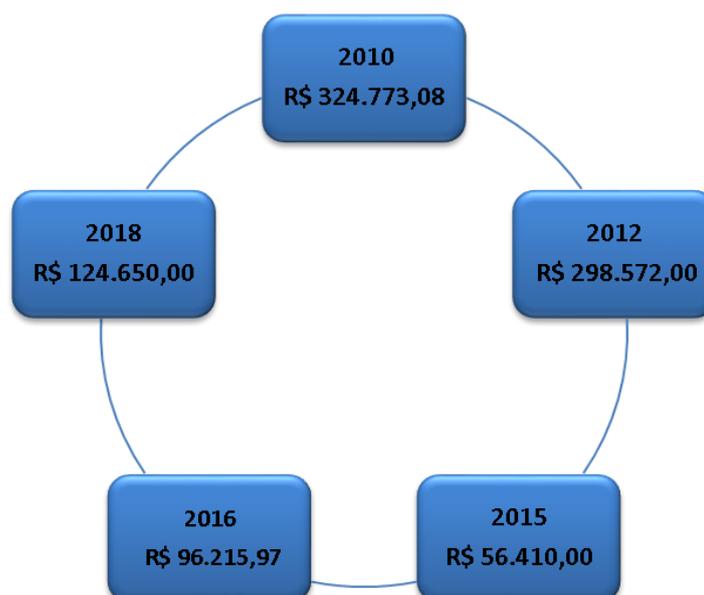
Nos últimos anos ocorreu uma desaceleração nos repasses por parte do Governo às universidades públicas, e isso fez com que as IFES buscassem opções variadas de captação de recursos próprios, para complementar as verbas aportadas pelo MEC. O ano de 2019 para a UFT, iniciou com cortes financeiros, o que comprometeu os investimentos previstos no planejamento da instituição, para isso foi necessário buscar soluções que causassem o mínimo de impacto no funcionamento das atividades prioritárias de ensino, pesquisa e extensão. Em vista desse cenário, as ações voltadas para o esporte foram afetadas, pois não houve nenhuma previsão orçamentária para esta área, implicando na falta de apoio financeiro às equipes representativas em competições oficiais, uma vez que

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/24355-uft-disponibiliza-seu-plano-de-distribuicao-orcamentaria-e-diretrizes-de-execucao-para-consulta-publica>>. Acesso: Ago. 2019

o edital de concessão de apoio financeiro para eventos esportivos, que prevê apoio pecuniário conforme cada competição no decorrer do ano, não foi lançado.

No entanto, algumas oficinas esportivas que movimentam os câmpus não foram interrompidas, pelo fato de funcionarem de forma voluntária por parte dos professores. Outras oficinas como as dos projetos esportivos premiados através do edital do programa “UFT em Movimento”, também mantiveram funcionamento, visto que os recursos já estavam previstos no orçamento da PROEX. Para se ter uma noção do que já foi investido no esporte da UFT, com concessão de auxílios para os alunos em competições, projetos e infraestrutura, os valores estão demonstrados na figura abaixo:

**Figura 6 - Gastos anuais que foram direcionados para as atividades esportivas da UFT**



Fonte: Dados encontrados nos relatórios da UFT.

Estes valores mais especificados sobre o esporte constam nos Relatórios de Avaliação Institucional da UFT, como se observou, as informações sobre gastos com o esporte e lazer não foram informadas todos os anos.

Conforme os dados, o ano de 2010 foi o período que mais se investiu financeiramente na promoção do esporte da UFT. Com a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, o setor passou a ser responsável pela assistência estudantil e a administrar os recursos do PNAES, que prevê em suas diretrizes o desenvolvimento do esporte, à vista disso, foi um ano demandado para o

fortalecimento das atividades esportivas na UFT, com um investimento reforçado para atender todos os câmpus. Segundo o Relatório de Avaliação Institucional (2010), a PROEST informou que foram gastos cerca de R\$ 324.773,08 (trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e oito centavos) com apoio para a participação de estudantes com dificuldades socioeconômicas em eventos esportivos, com a assistência de 800 estudantes em todo o ano.

Em 2011 o esporte passa a ser citado como um dos beneficiados na concessão de auxílios para a participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais e político-Acadêmicas:

“O auxílio financeiro na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é destinado a estudantes de cursos de graduação presencial regulares, desta Instituição com vistas à participação em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, **esportivos**, culturais e político-acadêmicos, de abrangência local, regional ou nacional”. (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2011, grifado pela autora).

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis buscou abranger as áreas previstas pelo PNAES, sendo uma delas o esporte. O auxílio financeiro foi usado como um instrumento facilitador para a permanência dos estudantes na universidade, com o intuito de contribuir na sua trajetória acadêmica com mais qualidade de vida.

Já no Relatório de Avaliação Institucional do ano de 2012, a PROEST apresenta os gastos com essas diferentes modalidades de auxílio para custeio de participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas e político-acadêmicas no valor de R\$ 298.572,00 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais). Porém para a participação das equipes em eventos da CBDU a nível nacional, só aconteceu a partir de 2013, continuando com o apoio através dos auxílios e locação de ônibus.

Segundo o relatório da PROEST (2014), foi dado o apoio às entidades estudantis, com destaque para o suporte oferecido aos eventos através de diferentes auxílios e transportes terrestres, que viabilizou a participação das atléticas em eventos estaduais, regionais e nacionais. Além do apoio por meio dos auxílios para os atletas de todos os câmpus que foram para a cidade de Araguaína participar dos Jogos Intercâmpus, organizado pelo Diretório Acadêmico da UFT de Araguaína.

Em 2015, no Relatório da PROEST referente ao esporte, apresentou que foram gastos em auxílios R\$ 56.410,00 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e dez

reais) distribuídos para 193 (cento e noventa e três) alunos. Além disso, o relatório destacou a construção das primeiras pistas de atletismo padrão internacional do Estado com recursos do Ministério do Esporte, uma no Câmpus da UFT de Palmas e outra pista no Câmpus da UFT de Miracema, que também seria contemplada com a construção de um ginásio poliesportivo e uma quadra externa descoberta, para dar suporte ao Curso de Educação Física e para usufruto de toda a comunidade acadêmica.

Em vista dos dados apresentados nestes relatórios entende-se que as prioridades de aplicação nestes períodos foram para o esporte representativo dos estudantes, a fim de viabilizar a participação nas competições esportivas oficiais organizadas pela CBDU. Entretanto, outras áreas de representação, como de eventos esportivos na dimensão participativa também foram desenvolvidas e apoiadas.

As próximas informações encontradas que descrevem os gastos com o esporte estão informadas no Relatório de Gestão da PROEX (2018), que desde 2017 passa a ser responsável pelo desenvolvimento do esporte na UFT. Para o edital UFT em Movimento foram investidos R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). Já com auxílio financeiro para participação em eventos esportivos o valor investido foi de: R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais), distribuídos em 58 auxílios para competições locais, regionais e nacionais. Mas o maior investimento no ano foi para os Jogos Internos (JUFT/2018) com R\$54.450,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), distribuídos em 363 auxílios no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). No total, o valor em 2018 contabilizou R\$ 124.650,00 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) voltados para o esporte.

### 3.3.2 PROGRAMAS E PROJETOS QUE ATENDEM O ESPORTE E LAZER DA UFT

A partir do ano de 2016 há registros dos primeiros documentos direcionados para as atividades esportivas da UFT, em acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, com a finalidade em dar assistência aos estudantes e à comunidade em geral. Conforme quadro a seguir:

**Quadro 11 - Programas e Projetos esportivos da UFT**

PROGRAMA	ANO DE VIGÊNCIA	GRUPO CONTEMPLADO
Programa "Viver o Câmpus".	2016	Comunidade interna e externa
Programa "UFT em Movimento".	2017 a 2019	Comunidade interna e externa
Programa de Esporte e Lazer (Política de Assistência Estudantil – PDI/UFT).	2016 a 2020	Discentes da graduação
Resolução nº 26/2017:Política de Assistência Estudantil da UFT (Programa de Esporte e Lazer - PROEL).	A partir de 2017	Discentes de graduação Presencial
PROJETO	ANO DE VIGÊNCIA	PÚBLICO CONTEMPLADO
"Abertas as inscrições para o Clube de Corrida UFT".	2016 e 2017	Comunidade acadêmica e público geral.

Fonte: Site oficial da UFT/Portal de notícias.

O documento da política de assistência estudantil da UFT, regulamentada pela Resolução nº 26/2017, em seu texto apresenta que “são desenvolvidos programas e ações com o objetivo de ampliar o acesso e permanência no ensino superior através do atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica”. Macedo e Abranches (2018) em seu estudo que analisou a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) a partir da percepção dos estudantes beneficiados, reforçam que podem ser criadas condições para a permanência dos estudantes por meio da democratização da educação, no qual requer políticas públicas educacionais que possibilitem o crescimento e o acesso ao ensino superior.

Em conformidade com as diretrizes do PNAES, dentre outros programas, está representado também na Política de Assistência Estudantil da UFT um Programa de Esporte e Lazer, com o intuito de realizar ações de educação esportiva, recreativa e de lazer, capazes de contribuir para o processo de formação integral, melhoria da qualidade de vida e ampliação da integração social da comunidade universitária.

A Política de Assistência Estudantil da UFT instrui ainda que todos os programas que fazem parte dessa Resolução devem ter sua regulamentação própria, com seus mecanismos de avaliação e acompanhamento em conformidade com suas particularidades, o que fortalece as propostas que podem surgir sobre a construção de políticas que atendam a universidade. Reforçando esse argumento, as autoras Macedo e Abranches (2018) concordam que para expandir o ensino superior com qualidade é necessário criar políticas que garantam a permanência dos estudantes nas universidades.

Um programa que promoveu práticas de atividades físicas na UFT foi o programa “Viver o Câmpus”, que teve início em 2016, como um projeto de extensão do Câmpus de Palmas, com o objetivo de promover ações nas áreas de esporte, cultura, lazer e qualidade de vida para a comunidade acadêmica. Por meio do projeto foi revitalizado o espaço conhecido como “Prainha da UFT<sup>21</sup>”, para que se tornasse um espaço de convivência, e contou com uma quadra de areia, bancos, lixeiras, mesa de tênis de mesa, xadrez, espaço para *Slackline*<sup>22</sup>, tenda para atender o projeto “Quarta Cultural”, que oportunizava a toda comunidade acadêmica promover alguma manifestação artística, seja música, pintura, poesia, fotografia.

Ainda pelo Programa “Viver o Câmpus”, destaca-se a o projeto “Colônia de Férias” para crianças, que teve início em 2016, e se mantém vigente até 2019. Surgiu como uma alternativa para os filhos dos servidores ocuparem seu tempo livre com atividades recreativas pelo Câmpus de Palmas, já que alguns servidores estavam levando seus filhos para o trabalho devido ao período de férias escolares,

---

<sup>21</sup> O nome “Prainha da UFT” foi “batizado” assim, pelo fato de estar localizado às margens do Lago de Palmas.

<sup>22</sup> Slackline é um esporte em que se utiliza uma fita suspensa entre dois pontos fixos, com o objetivo de andar de um lado para o outro equilibrando-se.

sem ter com quem deixá-los. Esse Projeto conta com algumas parcerias entre o curso de Pedagogia e o Sindicato dos Técnicos administrativos, sendo cobrada uma taxa para a compra de materiais das oficinas e pagamento dos monitores. Apesar de ter surgido devido uma demanda interna, também foi aberto para a comunidade externa, de quinze inscritos passou atender quarenta crianças (Portal UFT, 2019).

Devido a carência de espaços e de ações voltadas para prática de esporte e lazer nos outros câmpus da UFT, o programa “Viver o Câmpus” foi reformulado com o nome de “UFT em Movimento”, com o objetivo de atender essa demanda.

O programa “UFT em movimento” foi desenvolvido pela PROEX, com recursos da extensão na linha de esporte, lazer, cultura, artes. Segundo o Relatório de Gestão da PROEX 2018, o Programa UFT em Movimento tem o objetivo de: “implementar atividades de esporte, lazer e qualidade de vida em todos os Câmpus da UFT, visando à melhoria da qualidade de vida, a integração da comunidade acadêmica e a aproximação da universidade com o público externo”.

Para a execução das atividades foi elaborado um edital de premiação de projetos para vigência durante o ano em curso, sendo 2019 a sua segunda edição, com a descrição do seguinte objetivo:

Premiar projetos de ações na Área Temática da extensão universitária Saúde, de acordo com as suas respectivas linhas de extensão, estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação - FORPROEX, destinados a atender os públicos interno e externo à universidade. (Edital Proex/UFT nº 06/2019).

Estas ações do Programa são vistas como uma oportunidade de manter as práticas esportivas na instituição ativas. Conforme o edital, os projetos contemplam todos os sete câmpus da UFT nas linhas de extensão especificadas pela área da Saúde, cuja classificação foi determinada pelo FORPROEX, no qual o esporte e lazer fazem parte:

- a) Promoção à saúde e qualidade de vida;
- b) Atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais;
- c) Atenção integral à mulher;
- d) Atenção integral à criança;
- e) Atenção integral à saúde de adultos;
- f) Atenção integral à terceira idade;
- g) Atenção integral ao adolescente e ao jovem;
- h) Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde;

- i) Desenvolvimento do sistema de saúde;
- j) Saúde e segurança no trabalho;
- k) Esporte, lazer e saúde;**
- l) Hospitais e clínicas universitárias;
- m) Novas endemias e epidemias;
- n) Saúde da família;
- o) Uso e dependência de droga. (Edital Proex/UFT nº 06/2019. Grifado pela autora).

Tendo em vista que as ações de extensão aproximam também a comunidade externa, pois possibilita a sua participação não só como aluno, mas também como um dos extensionistas, conforme apresentado no edital: “Poderão submeter propostas de ação de extensão universitária, vinculadas ao Programa UFT em Movimento, servidores da UFT ou não, desde que comprove experiência na atividade proposta” (Edital Proex/UFT nº 06/2019). Dessa forma, alinha-se aos objetivos determinados pela Política Nacional de Extensão, no que se refere à estimulação das atividades de Extensão, que possam se desenvolver entre relações multi, inter e /ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade (FORPROEX, 2012). A seguir são exibidos os dados dos projetos premiados pelo Programa em 2018:

**Quadro 12 - Detalhamento das ações do programa UFT em Movimento**

<b>ATIVIDADES UFT EM MOVIMENTO</b>	
<b>ARAGUAÍNA</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
Movimento Ancestral: Capoeira Angola	12
<b>ARRAIAS</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
Suçã Interligando Identidades	22
Futebol não tem gênero, tem craques	22
Caravana dos Esportes de Mesa	11
<b>GURUPI</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
#TEAMUFTJIJITSU - Artes Marciais	10
<b>MIRACEMA</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
CoMo: Manifestações Poéticas do Movimento	13
<b>PALMAS</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
Badminton no Câmpus	13
Yoga na Uft	13
Vôlei na Prainha	23
Taekwondo Universitário	32
Karatê na UFT	21
Oficina de Criatividade: A(FE)Tos em Movimento	10
Dança do Ventre como resgate da autoestima,	19
Grupo Escoteiros Tocantins	62
<b>PORTO NACIONAL</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
Badminton: Um jogo para todos	11
Movimenta UFT – Dança	13
<b>TOCANTINÓPOLIS</b>	
TÍTULO DO PROJETO	QUANTIDADE ALUNOS
Sempre Alerta: Defesa Pessoal na promoção da segurança e saúde da comunidade Tocantinopolina.	20
Estudo Saúde Mais Doce: Programa Educacional de Hábitos Saudáveis e Qualidade de Vida relacionada à saúde em pessoas com diabetes mellitus Tipo 2	23
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>350 beneficiados</b>

Fonte: Extraído do Relatório de Gestão PROEX (2018).

Ao final do período da extensão, os projetos foram avaliados pelos beneficiados do programa, através de questionário aplicado via *on line*. Com perguntas do tipo: “Vínculo com a UFT”; “As atividades realizadas atenderam às expectativas”; “Possibilitou a melhoria da sua qualidade de vida”; “A participação nas atividades melhorou a sua imagem com relação à universidade”. Conforme os resultados da avaliação relatado no Relatório de Gestão da Proex (2018), os maiores beneficiados são os estudantes, com 70% de participação, seguido da comunidade externa, com 23%, os 8% são de servidores. Sobre as expectativas das atividades 76% responderam como excelentes, e 98% acreditam que melhorou a sua qualidade de vida, o que levou 82% dos beneficiados a terem uma imagem melhor quanto à universidade. Seguem alguns depoimentos:

“Melhorou minha saúde, disposição, além dos ensinamentos e

doutrinas adotadas no tatame a ajudar na construção do meu caráter e respeito diante dos meus mestres”.

“Passando por uma fase bem complicada de saúde, após começar as atividades me senti mais animada, com mais energia para enfrentar os problemas que haviam surgido”.

“Ajudou, pois tirou minha timidez e melhorou minha autoestima”.  
(Relatório de Gestão PROEX, 2018).

Infere-se que as respostas ao questionário foram positivas para o Programa, uma forma de contribuir para o fortalecimento das políticas de assistência ao estudante, aproximando também a comunidade externa, o que pode comprovar a sua relevância para a Universidade.

Através do Programa UFT em Movimento foi lançado editais direcionados ao esporte. Em 2017 foi lançado o edital “Solicitação de Auxílio Financeiro para Participação nos Jogos Universitários Brasileiros - JUBS/2017(Edital/PROEX nº041/2017), com a finalidade de incentivar os alunos convocados para a fase nacional pela UFT nas modalidades individuais e coletivas a participarem dessa determinada competição, o JUBs 2017 realizado em Goiânia-GO.

Ressalta-se que nos anos anteriores a solicitação de auxílio para os alunos participantes de competições esportivas seguia o edital previsto pelo Programa de Assistência Estudantil da PROEST, com o seguinte texto:

Art. 1º O “Auxílio Individual”, O “Auxílio Viagem Individual” e o “Auxílio Transporte Terrestre Coletivo” são benefícios concedidos através do Programa de Assistência Estudantil – Proest/UFT para alunos de cursos de graduação presencial regulares desta Instituição em atividades acadêmicas, científicas, **esportivo**, culturais e político-acadêmicas, desde que se tenha dotação orçamentária (Resolução nº 07/2010 do Consuni. Grifo da autora).

Dessa forma, a seleção dos alunos era mais ampla, envolvendo outras áreas, o que poderia acontecer de nem todos os alunos/atletas serem contemplados. Quanto ao edital específico para o esporte de 2017, segue o relatório estatístico<sup>23</sup> com os valores gastos para este evento, sendo liberado pelo setor da PROEST, que administra os recursos oriundos do PNAES:

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/transparencia>>. Visualizado em: ago. de 2019.

**Gráfico 1 - Dados estatísticos sobre os auxílios financeiros para participação nos JUBs 2017.**



Fonte: Dados extraídos do Portal UFT.

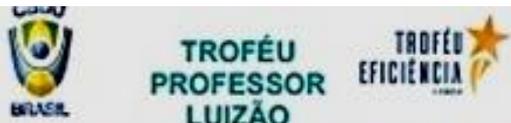
Como descrito no portal de transparência da UFT, foram beneficiados 76 alunos de seis câmpus, com um valor individual de R\$500,00 (Quinhentos reais) totalizando R\$38.000,00 (trinta e oito mil reais) investidos para este evento, em consonância com o PNAES.

Em 2018, o edital de concessão de “Auxílio Financeiro para participação em eventos esportivos”, foi lançado com a mesma finalidade e requisitos de 2017, porém especificou que os eventos esportivos deveriam ser oficiais organizados pela CBDU, pela FTDU e pelas federações esportivas vinculadas ao COB.

Foram gastos R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais) distribuídos em 58 auxílios para competições realizadas em âmbito local, regional e nacional (Relatório de Gestão PROEX, 2018).

Esse apoio financeiro é fundamental para que a Instituição possa ser representada em eventos esportivos oficiais, o que vem a ser uma política social que poderia ser incluída na Política de Esporte e Lazer da UFT, pois oportuniza o acesso do direito ao esporte a uma parte de seus estudantes. E por meio desse edital, a participação das equipes representativas nas competições aumentou em 2018, e por este motivo a UFT foi posicionada em 23º (vigésimo terceiro lugar) de 282 IES no “Troféu Eficiência” da CBDU<sup>24</sup>, apresentado no quadro abaixo:

Figura 7 - Ranking final das IES divulgado pela CBDU em 2018.



**CLASSIFICAÇÃO FINAL DO TROFÉU EFICIÊNCIA**

CLASSIFICAÇÃO POR IES		
Ranking	IES	Pontuação
1	UNIP-SP	1759
2	UNIFOR-CE	1181
3	UNB-DF	1174
4	UNINASSAU-PE	1066
5	UFRN-RN	837
6	CELSO LISBOA-RJ	720
7	UNIATENEU-CE	709
8	UPIS-DF	632
8	UFPA-PA	632
10	UCDB-MS	599
11	UNIVERSO-RJ	524
12	UFC-CE	519
13	UNISANTANA-SP	510
14	UFAC-AC	509
15	UFG-GO	441
16	UNIPÉ-PB	425
17	UNOCHAPECÓ-SC	384
18	UNIVERITAS-RJ	377
19	UNICESUMAR-PR	370
20	UFS-SE	314
21	UNIFAP-AP	308
22	UNINILTONLINS-AM	280
23	UFT-TO	279
24	UNIVERSO-GO	278
25	UDESC-SC	262
25	UFMA-MA	262
27	UNG-SP	258
28	CEUB-DF	247
29	UFRR-RR	242
30	FACULDADE MAJÁ-DF	238

Fonte: Site CBDU. Destacado pela autora.

Este é o evento de culminância após as competições oficiais, e ocorre ao final de todos os anos, em que a CBDU premia os atletas de destaque, as IES e Federações Universitárias melhores classificadas nas competições promovidas

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.cbdu.org.br/documento/trofeu-eficiencia/>>. Acesso: jul.2019.

pela entidade, o que vem a ser um meio de visibilidade para as Instituições de todo o país.

Um outro projeto de destaque da UFT, vigente entre 2016 e 2017, era intitulado “Clube de Corrida”. Este projeto foi idealizado pela DAC/PROEX com o apoio da PROEST, em parceria com uma Assessoria Esportiva e o curso de Nutrição da UFT; teve a participação inicial de 60 pessoas aumentando a cada período entre comunidade acadêmica e público externo, que passavam por avaliação física e suporte de nutricionista, além de participarem de palestras com os acadêmicos de nutrição sobre alimentação saudável (Relatório de Gestão da UFT, 2016).

Contudo, não há registros da estimativa dos participantes contemplados em todos os programas e projetos apresentados neste capítulo. Informação que se aproxima deste campo de estudo, visto que este seria um dado importante a ser estabelecido a partir da criação de uma política de esporte e lazer para a UFT.

### **3.3.3 A PARTICIPAÇÃO DA UFT EM EVENTOS ESPORTIVOS**

O esporte dentro das universidades pode se sustentar em valores associados ao lazer e ao bem-estar dos praticantes. Por outro lado, o esporte também se apoia nas universidades na busca de resultados esportivos, que muitas vezes acabam valorizando a seletividade e a eficiência, o que acaba se tornando excludente para a maioria da comunidade acadêmica. Nesse aspecto, Belato (2018) também discorre, a partir de posicionamentos dos seus gestores esportivos da UNB:

Todos os gestores concordam com a importância do esporte de representação, sobretudo devido a seu potencial para divulgação da UnB nacionalmente. No entanto, é possível apreender uma visão parametrizada em ranqueamentos e etapas seletivas, dentro de um modelo excludente, que compromete o acesso ao direito ao esporte. O fato é que se torna difícil ponderar se essa organização tem o potencial de atrair e incluir mais estudante, ou seja, parece que o esporte é valorizado como instrumento de propaganda institucional, enquanto deveria estar mais focado nas potencialidades educacionais na formação dos sujeitos, função precípua de uma instituição de ensino superior (BELATO. Dissertação de Mestrado. 2018).

Nesse contexto, além de ofertar as práticas voltadas para as manifestações do alto rendimento através das competições universitárias, os gestores esportivos das IFES podem buscar estratégias para oferecer formas de incentivo as outras manifestações do esporte e do lazer, envolvendo práticas esportivas mais socializantes, descompromissadas com resultados, como uma forma de integração e lazer.

Com a finalidade de apresentar todos as informações encontradas pela pesquisa, os dados coletados foram divididos em quadros especificados com os eventos esportivos que constam como organizados pela UFT, e os eventos em que a UFT teve representação como participante, conforme o título das notícias, como segue abaixo:

**Quadro 13 – Eventos organizados pela UFT.**

EVENTOS ORGANIZADOS PELA UFT	ANO	PUBLICO CONTEMPLADO
Resultados JUFT 2011 Porto Nacional.	2011	Discentes
JUFT começa nesta sexta (27) em Tocantinópolis.	2012	Discentes
Primeiro Campeonato Mérito Juvenil de Tênis de Mesa será realizado na UFT.	2013	Discentes
Aulas de dança, futebol, karatê, judô, yoga, vôlei estão com inscrições abertas no Câmpus de Palmas.		Comunidade acadêmica e externa
1ª Corrida-Caminhada de Rua da UFT em Miracema; inscrições até sexta. UFT inaugura pista de atletismo em Palmas.	2016	Comunidade acadêmica e público geral
I Festival de Dança da UFT.		Comunidade acadêmica e público geral
UFT e Federação Tocantinense de Triathlon fecham parceria para a realização do Aquathlon.		Comunidade acadêmica e público geral
Participantes do Clube da Corrida da UFT ganham qualidade em saúde. Câmpus de Palmas realiza I Colônia de Férias.		Comunidade acadêmica e público geral
1º Torneio de Vôlei de Praia da UFT incentiva o esporte e tem organização elogiada pelos atletas.		Discentes
IX edição dos Jogos Universitários da UFT começam nesta quinta.		Discentes
Atividades esportivas movimentam o Câmpus de Palmas nesta semana.		Discentes
I Torneio de Xadrez Rápido - Regulamento – Proex.		Comunidade acadêmica
Auditório Cuica sedia nesta quarta-feira o 2º Festival de Dança da UFT		Comunidade acadêmica e público geral
Inscrições abertas para prova de Aquathlon; UFT sedia corrida em março.		Comunidade acadêmica e público geral
Inscrições abertas para o 1º Campeonato de Futebol Society da UFT.	Comunidade acadêmica	
Inscrições para a II Corrida da UFT seguem abertas até 17 de outubro.	2018	Comunidade acadêmica
Jogos da UFT ocorrem até este sábado (5) em Miracema.		Comunidade acadêmica
Torneio de Xadrez na UFT reúne competidores de Palmas e Miracema.		Comunidade acadêmica e público geral
Inauguradas duas salas para projetos de extensão no Câmpus de Palmas 2018.		Comunidade acadêmica e público geral
Proex divulga ganhadores do 3º Torneio de Xadrez Rápido da UFT.	2019	Comunidade acadêmica e público geral

Fonte: Site oficial da UFT, Portal de Notícias. Elaborado pela autora.

**Quadro 14 – Participação da UFT em Eventos Esportes.**

<b>PARTICIPAÇÃO DA UFT EM EVENTOS ESPORTIVOS</b>	<b>ANO</b>
- UFT estreia nas Olimpíadas Universitárias.	2011
- Atletas da UFT ficam em primeiro lugar nos JUT's 2012.	2012
- UFT conquista vice-campeonato em torneio estadual de basquete; - Mesmo sem medalhas, UFT comemora evolução técnica nas Olimpíadas Universitárias 2013; - Jogos Universitários atletas da UFT iniciam disputas nos esportes coletivos; - Atletas da UFT vão a Goiânia em busca de medalhas nas Olimpíadas Universitárias.	2013
- Universidade Federal do Tocantins em Maceió para o CBFFU; - Equipe da UFT elogia organização do JUBS em Uberlândia.	2015
- Equipes da UFT se classificam para a disputa dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) 2016; - Palmas recebe competição nacional de futebol universitário.	2016
- UFT conquista o 3º lugar no Campeonato Brasileiro de Rugby Universitário; - UFT ganha duas medalhas de Bronze nos Jogos Universitários Brasileiros; - De carroceiro a doutor _um exemplo dentro e fora da sala de aula - CBDU TAEKWONDO UFT; - Alunos da UFT participam dos Jogos Universitários do Tocantins.	2017
UFT-TO estreia com empate no JUBs Futebol 7 – CBDU; - Time de Rugby da UFT fica em 4º lugar nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) 2018; - Equipes da UFT representam o Tocantins nos JUBs em Palmas; - Atletas da UFT vão participar dos Jogos Universitários Brasileiros de Lutas; - Atletas acadêmicos conquistam prata e bronze para a UFT no Jubs de Lutas.	2018
- Atletas de projeto de extensão da UFT sagram-se campeãs de futsal em Arraias; - UFT é destaque na etapa estadual dos Jogos Universitários Brasileiros JUTS 2019; - Acadêmicos do Câmpus de Gurupi são destaques no JUBs 2019.	2019

Fonte: Site oficial da UFT, Portal de Notícias. Elaborado pela autora.

Sobre os eventos organizados pela UFT, verificamos uma oferta para comunidade acadêmica e externa em modalidades diversificadas, como futebol, corrida de rua, vôlei de praia, badminton, provas de *Aquathlon* (natação e corrida), tênis de mesa, xadrez, dança, além dos jogos internos que abrangem mais modalidades individuais e coletivas.

Constatou-se que estes eventos, apresentados acima, tiveram iniciativa a partir de projetos de extensão, o que reitera o valor da extensão dentro da

Instituição, por concordar que as ações, contextualizadas através de atividades esportivas, proporcionam a acessibilidade ao esporte educacional, como forma de desenvolvimento das relações socioculturais dos participantes.

Alguns locais que já existiam na universidade foram aproveitados para receber ações esportivas e de lazer, como salas de aula, auditórios, hall da biblioteca, utilizados para a realização de torneios esportivos, colônia de férias e festivais de dança. Além do mais as ruas internas dos câmpus são aproveitadas para receber as corridas de rua organizadas pela própria universidade.

Outro evento de destaque na UFT são os Jogos da UFT - JUFT, devido ao grande envolvimento dos estudantes de todos os câmpus, pois não há restrição em relação as habilidades técnicas específicas para cada modalidade. Para participação nas modalidades. Este evento é organizado pelas principais entidades representativas dos estudantes, o Diretório Central dos Estudantes - DCE, Diretórios Acadêmicos - DA's, Centros Acadêmicos - CA's e Atléticas.

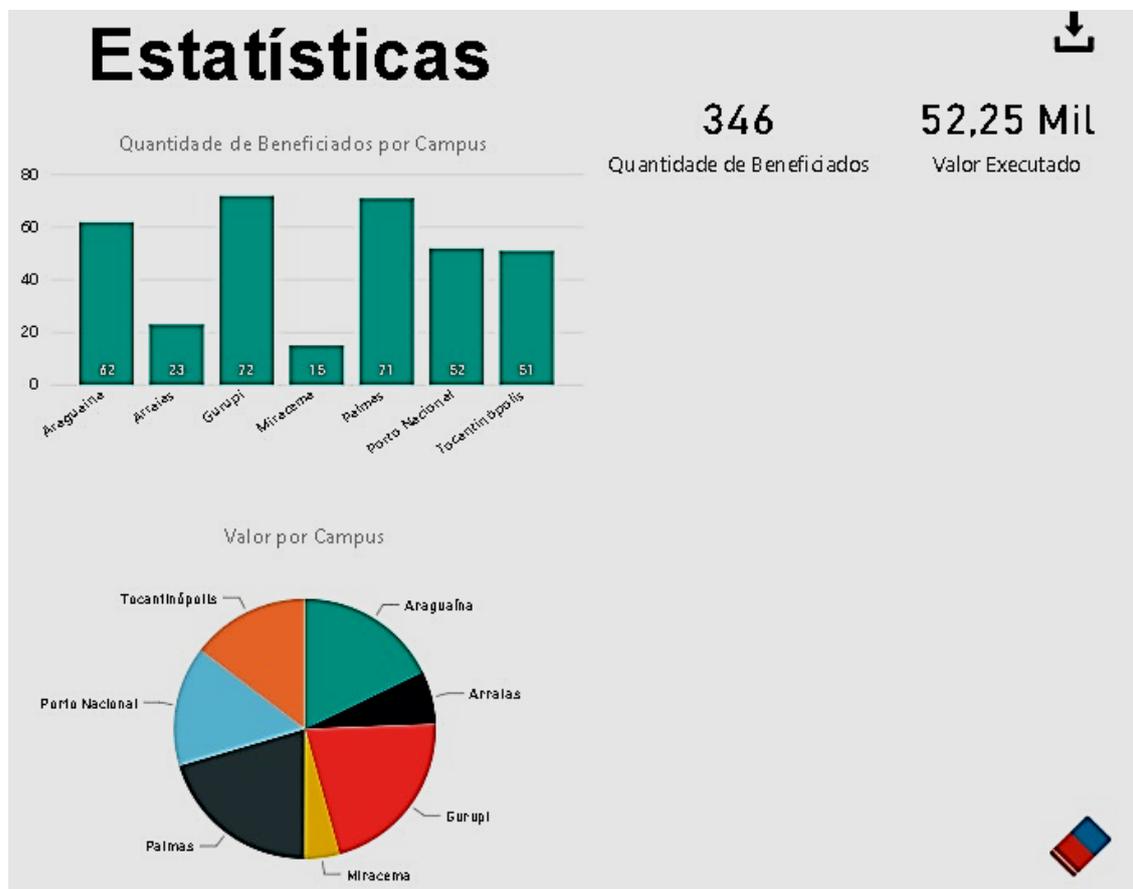
O JUFT acontece desde 2007, tendo a sua décima edição realizada em 2018. Uma ressalva é que no ano de 2015 não ocorreu devido à greve dos servidores, e em 2017 e 2019 além da falta de orçamento por parte da gestão, nesses dois anos o principal organizador do evento, o DCE ficou sem representantes, e dessa forma os seus apoiadores não tiveram condições de organizar.

Ao longo dos anos em que estes Jogos aconteceram na UFT não foram encontradas evidências concretas comprovando o valor de cada inscrição, qual valores foram arrecadados com as inscrições, quais os auxílios foram concedidos e para quem, quais os materiais foram emprestados, assim como, quais parcerias foram estabelecidas.

Apenas no Relatório de Gestão da PROEX (2018) consta que o JUFT foi realizado em 12 modalidades esportivas, com participação de 520 estudantes. Já houveram registros em 2016 de 300 alunos participantes, e a maior foi em 2012 com 600 alunos, na cidade de Tocantinópolis. Ainda segundo o Relatório, através do Programa UFT em Movimento, foi lançado pela primeira vez um edital específico para estes Jogos, o "Edital de Auxílio Financeiro para Participação nos

Jogos Internos da UFT – JUFT 2018” (EDITAL PROEX/UFT N° 19/2018). Vejamos a descrição dos recursos gastos<sup>25</sup> neste Edital:

**Gráfico 2 - Dados sobre os recursos financeiros gastos com o JUFT 2018**



Fonte: Extraído do Portal UFT.

Estes dados foram apresentados pelo setor da PROEST, que liberou o recurso do PNAES para essa categoria de auxílio. Um valor total de R\$52.250,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais) para 346 alunos beneficiados de todos os câmpus.

Com a grande participação no JUFT de alunos da UFT, a presença das atléticas também acontece, o que foi constatado que todos os câmpus estão representados por atléticas, totalizando 23 (vinte e três) dessas entidades estudantis, sendo em Palmas a maior concentração com 14 (quatorze), como apresentado abaixo:

<sup>25</sup> : Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/transparencia>>. Acesso em: ago. de 2019.

Quadro 15 - Atléticas da UFT

<b>CÂMPUS</b>	<b>ATLÉTICAS</b>
<b>ARAGUAÍNA</b>	<b>Puro Sangue</b> - Medicina Veterinária; <b>Texana</b> – Zootecnia
<b>ARRAIAS</b>	<b>Athena</b> – Pedagogia
<b>GURUPI</b>	<b>Furadan</b> – Agronomia; <b>Soberana</b> - Engenharia Florestal
<b>PORTO NACIONAL</b>	<b>Brusca</b> - Ciências Biológicas; <b>Hegemônica</b> - Relações Internacionais
<b>PALMAS</b>	<b>Invicta</b> - Ciências contábeis; <b>Marrenta</b> - Engenharia Civil; <b>Insana</b> - Engenharia de Alimentos; <b>Absoluta</b> - Medicina; <b>Esbórnica</b> - Direito; <b>Chefia</b> - Administração; <b>Afronta</b> - Jornalismo; <b>Blackout</b> - Engenharia Elétrica; <b>Voraz</b> - Nutrição; <b>Adrenalina</b> - Enfermagem; <b>Descompasso</b> - Arquitetura e Urbanismo; <b>Suprema</b> - Engenharia Ambiental; <b>Cibernética</b> - Ciência da Computação; <b>Mercenária</b> - Economia.
<b>MIRACEMA</b>	<b>Perversa</b> – Psicologia
<b>TOCANTINÓPOLIS</b>	<b>Granada</b> – Educação Física

Fonte: Documentos DAC/PROEX (2019).

Complementando sobre o JUFT, esse evento se torna importante também para os alunos que queiram participar de outras competições fora da universidade, já que é neste momento que são selecionados uma parte dos alunos para compor as equipes representativas da UFT nas competições oficiais do esporte universitário brasileiro, organizados pela CBDU.

Sobre as competições oficiais pela CBDU, numa primeira etapa, são realizadas as competições entre as IES públicas e privadas de cada estado. Até 2017 as campeãs ganhavam vaga para a fase nacional dos Jogos Universitários Brasileiros - JUBs. A partir de 2018, com o novo formato, todas as competições passaram a ser denominadas JUBs - fase estadual, fase regional e a fase final, sendo que esta última reúne as modalidades individuais e coletivas. As três primeiras colocadas nas modalidades coletivas da fase regional classificam-se para a fase final (CBDU, 2018).

Conforme o regulamento da CBDU (2018), as universidades devem se responsabilizar pela inscrição e transporte de seus atletas para participarem das

competições nacionais. Porém, com esse novo formato, as universidades não beneficiadas (entende-se por aquelas que não são as primeiras colocadas no ranking da CBDU) passam a assumir mais despesas, na fase regional, desde inscrição e transporte até alimentação e hospedagem.

Para estas competições a UFT apoiou suas equipes representativas com o auxílio financeiro individual para os alunos, e o pagamento dos técnicos contratados como colaboradores eventuais. Porém, conforme os dados encontrados, o recurso para o esporte não é previsto todos os anos, como aconteceu em 2019, uma vez que as competições não foram priorizadas pela gestão devido aos cortes de recursos financeiros.

É válido lembrar que a UFT participou pela primeira vez das Olimpíadas Universitárias pela CBDU em 2011, e desde então não deixou de participar de nenhuma edição da principal competição universitária do Brasil (Portal de notícias UFT, 2019).

A UFT já conquistou alguns pódios em competições organizadas pela CBDU, em âmbito universitário nacional, são eles:

**Quadro 16 – Pódios da UFT em competições oficiais pela CBDU**

<b>PÓDIOS DA UFT EM COMPETIÇÕES OFICIAIS PELA CBDU</b>
<b>3º Lugar no Vôlei de Praia feminino em 2015 - JUBs Fase Nacional;</b>
<b>1º Lugar no Jiu-jitsu masculino em 2017 - JUBs de Lutas;</b>
<b>3º Lugar no Taekwondo masculino e feminino em 2017 - JUBs Fase Nacional;</b>
<b>2º e 3º Lugar no Jiu-jitsu masculino em 2018 - JUBs de Lutas;</b>
<b>3º Lugar no Rugby masculino 2018 - JUBs de Rugby;</b>
<b>3º Lugar no Futsal feminino 2018 – JUBs Conferência Regional;</b>
<b>Dois 3º lugares no Jiu-jitsu masculino 2019 – JUBs de Lutas.</b>

Fonte: Elaborado a partir de informações no Portal UFT.

## **CAPÍTULO IV**

### **4 DIRETRIZES PARA A POLITICA DE ESPORTE E LAZER DA UFT**

O quarto capítulo culmina com a apresentação das diretrizes gerais para as ações de esporte e lazer da UFT, foco principal deste estudo.

Neste capítulo, além de listar as diretrizes que poderão orientar as ações de esporte e lazer da UFT, também apresenta como o PDI evidencia as ações voltadas para esta área dentro da Instituição, visto que é esse documento que aponta as prioridades institucionais e quais estratégias serão tomadas para alcançar seus objetivos.

#### 4.1 DIRETRIZES GERAIS

Desde a sua criação, em 2003, na UFT foram elaborados três PDI's: 2007 a 2011, 2011 a 2015, e o vigente de 2016 a 2020.

Como destaque, no texto do PDI (2016-2020) aparece como meta e ações para o ano de 2017 a intenção de “elaborar um plano de Política de Esporte e Lazer”, como de responsabilidade da PROEX, e ainda no PDI consta a necessidade de se buscar fontes de financiamento externas para possibilitar a estruturação física com a construção de espaços poliesportivos em todos os câmpus para a prática de atividades esportivas.

Porém, a partir deste estudo há a compreensão que a UFT, assim como muitas das universidades públicas no Brasil, vem passando por cortes em seu orçamento, e isso impulsiona a gestão a ter que reorganizar seu planejamento orçamentário, fazendo com que determinadas ações consideradas prioritárias para o funcionamento da instituição tenham que ter uma atenção maior em detrimento de outras que ficam em segundo plano, o setor de esportes se encontra nesse patamar.

Para a construção de diretrizes para o esporte e lazer da UFT, além de buscar apoio nas informações das IFES da região norte, outras IFES foram apontadas como referência, cuja política de esporte já se desenvolve de maneira mais consolidada, vale destacar: a UFRN, a UFG, a UNB e a UFPE. Ainda que a estrutura física e administrativa da UFT esteja aquém destas instituições, por serem entidades mais antigas, carregadas de valor histórico para o nosso país, a formulação de suas políticas contribui na discussão sobre essa temática dando suporte a outras instituições, que podem se inspirar e adaptar a sua realidade. De forma mais sucinta será comentado sobre como funciona as manifestações esportivas nestas IFES (UFRN, UFG, UNB e UFPE).

Na UFRN a sua Política de Esportes foi consolidada a partir da aprovação pelo seu CONSEPE da Resolução nº 207/2014, com o objetivo de estimular a oferta de projetos sociais, elaborar um calendário de eventos esportivos, fomentar uma gestão mais participativa dentro da Instituição, além de deliberar sobre concessões do auxílio atleta (RESOLUÇÃO UFRN nº 207/2014). E através deste trabalho já foi premiada pela CBDU como a terceira universidade mais eficiente do

país no esporte universitário e a primeira entre as instituições públicas. A UFRN possui programas e projetos envolvendo modalidades que atendem todos os públicos, dentre eles estão: o Projeto Esporte e Comunidade voltado para crianças e adolescentes, atividades esportivas oferecidas para alunos, servidores e comunidade, e o projeto de “Treinamento Desportivo das Seleções Permanentes da UFRN”, que viabilizou a contratação dos técnicos para cada modalidade<sup>26</sup>.

Já na UFPE a Política de esportes também foi aprovada por meio de uma resolução em 2017, através do seu Conselho de Administração – CADM. Com o objetivo principal de democratizar o acesso ao esporte, na perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos discentes e incentivar o desenvolvimento de atletas e paratletas para o rendimento, visando a participação da instituição em competições esportivas. Nesse sentido, a UFPE apresenta duas vertentes para a prática de esportes, uma é o esporte universitário voltado para a competição, e a outra é o esporte como forma de recreação e lazer. Seus principais programas são: Apoio a Participação em Eventos, Bolsa Atleta, Bolsa de Incentivo e Aperfeiçoamento Esportivos, Programa UFPE no Meu Quintal, Núcleo de Apoio a Eventos, Esportes e Lazer na UFPE <sup>27</sup>.

Na UFG A Coordenação de Esportes e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é o setor responsável por articular as ações relacionadas com a prática esportiva, atividades físicas e de lazer para toda a comunidade da UFG. Tem como sede das principais ações o Centro de Esportes Campus Samambaia - CECAS, localizado no Câmpus Samambaia/Regional Goiânia. Uma das preocupações é com a manutenção e melhoria da qualidade de vida dos vários segmentos da comunidade universitária por intermédio do incentivo à prática da atividade física assim como no fomento à organização de equipes desportivas representativas da UFG. Todas as atividades oferecidas pelo CECAS são cadastradas como projetos de extensão, são elas: Treinamento de musculação e ergometria, organização e treinamento de equipes representativas da UFG, Práticas Esportivas de Lazer (peladas dirigidas), Treinamento de natação, Volta da

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://esporteufrn.wixsite.com/coespeufrn>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

<sup>27</sup> Disponível em: [www.ufpe.br/proaes/esportes-e-lazer](http://www.ufpe.br/proaes/esportes-e-lazer). Acesso em: 30 de out. de 2019.

UFG - Evento de corrida e caminhada realizado, normalmente, no mês de dezembro<sup>28</sup>.

A Política de esportes da UNB, para este estudo teve como referência a pesquisa de Belato (2018), realizado sobre esta temática voltado para a própria instituição. Segundo a autora, a gestão e a administração do esporte na UNB é de responsabilidade da Diretoria de Esporte e Lazer – DEL, o setor promove o esporte em todas as suas dimensões esportivas para que possa alcançar públicos diversificados: esporte de rendimento; esporte de representação; esporte de participação – comunitário e esporte educação – fim formativo.

Nessa perspectiva, busca-se estruturar por meio de ações com o objetivo de formar grupos esportivos que tenham autonomia em suas organizações para o desenvolvimento da prática esportiva, apoiar atletas, equipes e entidades esportivas da comunidade universitária, auxiliando-os em sua organização, nos treinamentos e na participação em eventos esportivos, promover eventos integrativos de esporte e de lazer, buscar parcerias para a promoção do esporte, estruturar programas e projetos para o desenvolvimento do esporte, proporcionar campo de experiência em gestão esportiva, treinamento esportivo e outras áreas afins para estudantes e jovens pesquisadores desempenharem funções de gestores, técnicos e auxiliares (BELATO, 2018).

A DEL/UNB desenvolve os seguintes programas e projetos: para o esporte de representação estão o Acompanhamento Acadêmico ao atleta, Auxílio Esporte, Bolsa Atleta, Musculação, Nutrição Esportiva, Treinamento Desportivo, Seguro Atleta, Monitoramento do treinamento e competições das equipes representativas e atletas bolsistas, seletiva do DF de Futebol Virtual, JIUnBs Pocket, Fórum do Esporte Universitário. Para o desenvolvimento do esporte de participação para toda a comunidade acadêmica oferecem o Caiaque Comunitário, Recreando, Oficinas Esportivas de Boas-Vindas aos Calouros, Circuito Cross Cerrado, Tour Ecológico (BELATO, 2018).

Assim, como mais um instrumento de contribuição para o objetivo desta pesquisa, foram relacionados alguns princípios reputados como fundamentos

---

<sup>28</sup> <https://prae.ufg.br/p/1050-centro-de-esportes-samambaia-academia>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

éticos para nortear as diretrizes gerais de uma futura implementação da Política de Esporte e Lazer da UFT, são eles:

### **PRINCÍPIOS GERAIS**

I - Da universalidade e democratização: asseguradas por ações que atendam a coletividade, garantindo o acesso à prática esportiva e de lazer sem qualquer distinção ou discriminação;

II - Da priorização: apoio institucional às manifestações do esporte e lazer e aos eventos relacionados com a tradição da IES;

III - Do direito de participação: expresso pela livre prática do esporte e do lazer, nas atividades formais e não-formais, respeitando-se os interesses individuais;

IV - Da igualdade: considerando o tratamento a alunos, professores e servidores, bem como os centros acadêmicos ou associações atléticas acadêmicas;

V - Da Gestão: na democracia sobre todos os projetos e iniciativas de esportes e lazer desenvolvidos a partir da política institucional;

VI - Da indissociabilidade: entre ensino, pesquisa e extensão.

VII - Da continuidade: refletida na garantia de continuidade das ações;

VIII - Da inovação: assegurando que novas ideias sejam estimuladas e implementadas;

IX - Das funções sociais: como pleno desenvolvimento da universidade em relação ao ensino, pesquisa e extensão;

X - Da proporcionalidade: na destinação de recursos institucionais para o fomento às práticas esportivas e de lazer.

Diretrizes são orientações de como deve ser pensada e conduzida uma ação (CIAVATTA; RAMOS, 2012). As diretrizes deste estudo serão conduzidas considerando que este trabalho é pioneiro na região norte, visto que não foram encontrados esse tipo de documento, tão pouco uma política de esportes consolidada nas IFES investigadas. Da mesma forma, esta proposta considera o papel da universidade como fomentadora de práticas esportivas formais e não formais, de acordo com os dispostos na Lei Pelé, tendo como elementos colaborativos a prática de esportes para as atividades de ensino, pesquisa e

extensão e a participação expressiva da UFT nas competições universitárias locais, regionais e nacionais.

Além disso, estas diretrizes buscam valorizar o esporte como um direito social de cada cidadão, reconhecido através de suas manifestações de educação, participação e rendimento, constituindo veículo de integração social e promoção da saúde, elementos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para os fins desta pesquisa uma diretriz será considerada como um dispositivo de orientação para as ações esportivas da UFT. Diante o exposto nesse estudo, as ações de esporte e lazer da Universidade Federal do Tocantins poderão atender às seguintes propostas de diretrizes:

#### **I - Fomento do esporte educacional para toda comunidade acadêmica**

Como exposto neste estudo, o desporto educacional praticado nos sistemas de ensino, se associa a prática esportiva evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, o que possibilita a ampliação do número de praticantes para estes tipos de atividades. Assim, ações contextualizadas através de práticas corporais, proporcionam a acessibilidade ao esporte educacional, como forma de desenvolvimento das relações socioculturais dos participantes, além da possibilidade de desenvolver ações ligadas ao ensino, pesquisa e extensão com vistas a promoção de saúde e qualidade de vida.

É nesse sentido que a universidade pode se comprometer com o desenvolvimento integral de seus alunos, oferecendo também suporte para as práticas de atividade física, como uma forma de fugir do sedentarismo e das tensões de estudo, e do dia-a-dia. Uma vez que é nesta fase que muitos jovens param de praticar atividade física deixando que essa prática se prolongue por toda a fase adulta.

## **II - Apoio ao esporte de rendimento por meio de projetos específicos**

Através de programas e projetos específicos para o fomento do esporte de rendimento, a comunidade acadêmica tem a oportunidade de vivenciar e valorizar o esporte, em quaisquer das suas dimensões. Nesse sentido, a universidade precisa buscar mecanismos para viabilizar a execução do esporte de rendimento. Além de proporcionar o esporte de forma integrativa e socializante, também é importante apoiar os alunos que treinam para competições oficiais, representando a universidade, o que também contribui para o seu desenvolvimento integral, tanto na parte física quanto na formação cognitiva. Além do mais, a participação em jogos é um fator integrativo, principalmente quando a universidade é multicampi, pois esse é um momento de socialização entre os participantes, não deixando de ser uma forma de detectar atletas para representar a universidade em competições oficiais.

## **III - Manutenção do movimento esportivo e cultural, por meio de calendário de eventos;**

Um calendário para os eventos esportivos colabora no processo organizacional do setor, tornando disponível ao público o máximo de informações que servirão de suporte para a construção de ações mais permanentes, uma vez que a base de informações será única e, portanto, mais confiável e segura.

Deste modo, vem a se tornar um instrumento de divulgação articulado a publicação de documentos institucionais do setor, como por exemplo, os editais, visto que para a concessão de auxílios financeiros, no caso do esporte, é estabelecido quais os eventos esportivos que serão contemplados, bem como os prazos para a efetivação dos pagamentos, dessa maneira os alunos podem se organizar com antecedência, inclusive nas suas atividades acadêmicas.

Ademais, a criação de um calendário específico pode oportunizar, inclusive, a visibilidade para a abertura de propostas externas de subsídio/patrocínio para os eventos esportivos.

#### **IV - Promoção da prática de “dias de lazer” e atividades de recreação na universidade para a sociedade;**

Dentre as funções da universidade estão a de responsabilidade social. Assim sendo, é importante proporcionar essa aproximação universidade e sociedade, concedendo também, nesta situação, o direito do cidadão ao acesso e usufruto das manifestações de esporte e lazer. O momento de interação se caracteriza como uma ação social em que a instituição disponibiliza gratuitamente o seu espaço, equipamentos e serviços, com a finalidade de oferecer uma programação direcionada as atividades desportivas, culturais, artísticas e de saúde, através de jogos, oficinas, palestras, como uma forma de envolver participantes de todas as idades.

A promoção destas práticas é uma forma de prestação de serviços à sociedade, que impacta positivamente na sua qualidade de vida, e estreita essa relação, que é fundamental, posto que muitas pessoas desconhecem o espaço das universidades públicas como de livre acesso.

#### **V - Articulação de projetos esportivos com as entidades representativas dos estudantes da Instituição;**

Um dos aspectos importantes na estratégia para movimentar as ações esportivas e de lazer na instituição parte do envolvimento das entidades representativas dos estudantes com projetos específicos da área.

Para isso, a aproximação com a gestão da universidade é um fator que pode direcionar para o fortalecimento das manifestações de esporte e lazer, uma vez que a participação destas entidades representativas proporciona uma atuação expressiva em ações de cunho social, transformando numa rede de apoio para atuar na identificação das práticas esportivas já existentes no contexto universitário, que busquem o incentivo e a integração dos participantes, inclusive da comunidade indígena que se apresenta de forma expressiva dentro da UFT, promovendo práticas corporais, festivas e culturais visando também a formação pessoal e profissional dos estudantes.

## **VI - Elaboração e instrumentalização de uma política de esporte e lazer para a UFT;**

Essa proposta vem sendo discutida ao longo de todo processo de pesquisa, e se fundamenta na compreensão de que as práticas esportivas e de lazer se constituem como um direito social. Institucionalizar uma política de esporte e lazer deve ter como foco a garantia do reconhecimento, da democratização e do incentivo as práticas esportivas e de lazer, visto que são manifestações legítimas da cultura corporal de toda a comunidade acadêmica. Um meio de possibilitar também a continuidade da prática desportiva no período de qualificação no nível superior, o que vem a ser um instrumento fundamental da política de assistência estudantil que constitui as IFES do Brasil.

Para a elaboração da política de esporte e lazer alguns procedimentos são necessários, como formar uma comissão responsável por todo processo de discussão, que envolva também a comunidade acadêmica, considerando o diagnóstico sobre as demandas existentes, os princípios e as diretrizes gerais estabelecidas, considerando inclusive, as contribuições bibliográficas e as informações coletadas a partir das políticas de esporte e lazer já existentes nas IFES do país.

## **VII - Implantação de áreas multifuncionais para esporte e lazer que incentive o acesso a comunidade acadêmica aos equipamentos esportivos**

Nas universidades públicas uma das constantes demandas na área de esporte e lazer envolve a busca por implantação e melhorias dos espaços esportivos. Espaços apropriados são essenciais para que as atividades esportivas aconteçam de maneira adequada e com segurança, e a visibilidade do local pode ser uma forma de atrair mais praticantes. Áreas disponibilizadas na Instituição podem receber equipamentos esportivos, como por exemplo, a instalação de equipamentos de academias ao ar livre, além da reforma e criação de novos equipamentos, ou a manutenção dos espaços esportivos já existentes, inclusive

adaptados para receber pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais. Os espaços podem ser um incentivo ao uso de áreas naturais para o lazer, uma vez que costumam ser mais econômicos, estimulam o processo de criatividade, concentração e foco, além de dar mais liberdade para os praticantes planejarem seus treinos com calma.

#### **VIII - Implantação de projetos e programas que visem à promoção da saúde e qualidade de vida dos membros da comunidade;**

As Universidades são espaços privilegiados para a criação de um contexto promotor de saúde para a comunidade educativa, por meio do desenvolvimento do ensino, da investigação e do compartilhamento de conhecimentos. Na promoção da saúde, os programas e projetos voltados para as práticas corporais contribuem como um importante recurso na formação humana da população, ressaltando seus valores morais, psicológicos e sociais, e favorecendo a prevenção de doenças crônico-degenerativas, agregação familiar e hábitos nocivos.

O desenvolvimento dos programas e projetos devem oportunizar espaços de transformações permanentes nas competências cognitivas, pessoais, sociais e produtivas, e não correr o risco de fomentar a prática pela prática. É dessa forma que os projetos e programas por meio do esporte e lazer objetivam prestar a sua contribuição em busca da promoção do desenvolvimento humano e da inclusão social.

#### **IX - Destinação de recursos orçamentários e financeiros, para a estruturação da política de esporte e lazer;**

Conforme os preceitos constitucionais que estabelecem o dever do Estado no fomento ao esporte como direito de cada um e a designação dos recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional, uma vertente presente no âmbito universitário, essa demanda garante a fluidez na liberação dos recursos orçamentários, bem como a manutenção e ampliação dos atendimentos realizados.

Num olhar voltado para a universidade, entendemos que o direcionamento de recursos orçamentários se constitui enquanto um importante elemento para a consecução de uma política de esporte e lazer institucional, e pode intervir de maneira direta nas ações voltados para o setor. Este direcionamento decorre de escolhas, preferências e decisões tomadas pelos gestores, tal como os demais fatores que resultam em uma política, dessa maneira a distribuição dos recursos orçamentários se apresenta como um instrumento fundamental para a manutenção das ações e para a construção de espaços poliesportivos em todos os câmpus contemplando a diversidade das práticas.

#### **X - Elaborar diagnósticos periódicos dos equipamentos e espaços de Esporte e Lazer existentes;**

Para subsidiar ações de manutenção e preservação constantes, bem como de áreas disponíveis para ampliação da infraestrutura física devem ser tomadas medidas educativas de conscientização para garantir o controle social da comunidade acadêmica na preservação e na gestão conjunta dos espaços esportivos e de lazer, com o intuito de estimular o envolvimento da comunidade nos cuidados dos espaços. É uma forma de comprometimento e consciência de que os espaços existentes na universidade são públicos, de usufruto de todos, por este motivo devem ser tomados os cuidados necessários para manter essa estrutura preservada e adequada para uso da sociedade, visando o bem da comunidade.

Esses cuidados com a estrutura esportiva podem ser articulados com outras organizações da sociedade civil e iniciativa privada para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer, com segurança e qualidade, visando o interesse e necessidades da comunidade, e ainda contemplando a acessibilidade de pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais e idosos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi indicar diretrizes para orientar as ações esportivas da UFT, a fim de dar suporte na construção e consolidação de uma política de esporte e lazer da Instituição. A proposta foi analisar os documentos existentes sobre o esporte e lazer das IFES da região norte com a finalidade de subsidiar a indicação de aspectos relevantes para as diretrizes, e assim permitiu a compreensão com mais clareza do complexo desenvolvimento que envolve a construção de uma política.

A estrutura metodológica foi guiada para o alcance dos objetivos específicos, sendo eles: (1) apresentar a trajetória histórica e as principais legislações envolvendo o esporte universitário na política esportiva brasileira; (2) investigar se as IFES da região norte possuem uma política de esporte e lazer consolidada; (3) analisar os conteúdos pertinentes ao esporte e lazer da UFT, para: (4) elaborar uma proposta final de diretrizes gerais que possam orientar as ações de esporte e lazer da UFT.

Como suporte para o estudo, o referencial teórico permitiu compreender aspectos relacionados as transformações da universidade, bem como as repercussões e implicações na reorganização do ensino superior. Da mesma forma explorou os percursos históricos e as principais legislações que impactaram o esporte universitário, evidenciando as políticas públicas para o esporte brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual o esporte e lazer passam a ser considerados um direito social, o que impulsionou as entidades esportivas (federações, clubes, associações, universidades) a buscarem meios de se (re) organizarem com mais autonomia, mesmo que gradualmente. E como aproximação da realidade, este segmento destacou os principais desafios existentes na região norte, no que tange as dificuldades identificadas no quadro regional da população, como a discreta acessibilidade ao esporte e lazer.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelas IFES, não só na região norte mas também em todas as regiões do país, a compreensão é que provém da consequência da falta de discussões em prol de soluções para o melhor andamento e reformulação da Política Nacional de Esporte, o que muitas vezes

não é priorizado efetivamente pelas entidades governamentais, e torna as ações voltadas para esse âmbito pontuais não havendo continuidade por parte dos Estados e Municípios, alcançando as Instituições Educacionais, que por sua vez, tem a função social de oferecer aos cidadãos o direito não só ao acesso à educação, como também ao esporte e lazer, previstos na Constituição Federal. Toda esta situação aparentemente é contraditória para um país que já recebeu eventos esportivos consagrados no mundo todo, com as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol.

No que tange a pesquisa sobre as IFES da região norte, a partir da análise dos PDI's sobre ações de esporte e lazer, consta que todas as universidades investigadas fazem referências ao esporte e lazer neste documento. Os apontamentos direcionam o esporte e lazer como uma estratégia para a assistência estudantil, e ainda como um mecanismo de interação com a comunidade externa, e para a melhoria da sua infraestrutura.

Tendo em vista os aspectos observados conforme as evidências, os setores responsáveis pela área de esportes nas IFES investigadas movimentam as atividades esportivas e de lazer em suas instituições, por meio dos programas e projetos, viabilizados, principalmente, através da extensão, tendo como principal fonte de financiamento o PNAES. O que infere que estas atividades podem não ter continuidade certa em todos os anos, posto que as ações de extensão têm data inicial e final para terminar, e dependem do interesse do docente e do órgão responsável por essa continuidade (MARIN, *et al*, 2009).

Contudo, mesmo desenvolvendo estes programas e projetos, não foi encontrado nenhum tipo de documento oficial normatizando as atividades para a área do esporte e lazer. Em vista disso, as IFES investigadas: UFAC, UFPA, UFRA, UNIFAP, UFAM, UFRR, UNIR, da região norte não possuem nenhum instrumento que se configure como uma política de esportes consolidada, pois pauta-se na pouca precisão dos apontamentos relativos a questão.

Quanto a UFT mesmo ainda não contando com uma estrutura física esportiva adequada em todos os seus câmpus, esta Instituição já apresenta uma demanda nas atividades de esporte e lazer que necessita ser institucionalizada. Este enfoque se direciona para atividades que democratizam o acesso ao esporte

e lazer, o que possibilita um número maior de envolvidos, não deixando de dar atenção as equipes que são selecionadas para representar a universidade em competições oficiais, pois este vem a ser um meio de incentivo aos estudantes que queiram participar de competições, além de proporcionar uma maior visibilidade em território nacional para a Instituição, podendo ser uma forma de conquistar parcerias e possíveis patrocínios para este fim.

É válido lembrar que a UFT participou pela primeira vez das Olimpíadas Universitárias pela CBDU em 2011, e desde então não deixou de participar de nenhuma edição da principal competição universitária do Brasil (Portal de notícias UFT, 2019), e como apresentado nesta pesquisa, conquistou, inclusive, alguns pódios a nível nacional. Comprovando que há uma atenção voltada ao esporte de representação por parte da Universidade, todavia precisa ser efetuado de forma mais sistematizada e cautelosa para que estas ações se firmem como uma política para o esporte da UFT.

Importante pontuar que os alunos que se destacaram nestas competições vêm de um histórico de práticas esportivas desde a infância, e ao chegar na universidade desejam dar continuidade a estas atividades. É nesse sentido que a universidade deve se comprometer, com o desenvolvimento integral de seus alunos, oferecendo também suporte para práticas de atividade física, como uma forma de fugir do sedentarismo e das tensões de estudo, e do dia-a-dia. Uma vez que é nesta fase que muitos jovens param de praticar atividade física, o que se prolonga por toda a fase adulta.

Uma outra forma de aproveitar o tempo e o espaço do esporte universitário através das práticas esportivas, seria integrando outras iniciativas, por exemplo, servindo como campo de pesquisas para outros cursos, como no caso da UFT, que dispõe de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Jornalismo, dentre outros. Os acadêmicos podem aproveitar estes eventos para coletar dados, podendo ser também uma forma de vivência para o curso de Jornalismo, ajudando na divulgação de notícias, no acompanhamento e na cobertura dos eventos esportivos. E estima-se que quanto mais informações e notícias circularem sobre os projetos e eventos esportivos que acontecem pela

universidade, mais argumentos seriam sustentados na busca por melhorias ao setor.

Os resultados da pesquisa nos levaram a concluir que o estudo explorou de forma precursora os aspectos que envolvem o funcionamento das ações de esporte e lazer nas IFES da região norte do país. Logo, baseada na experiência dessas IFES, o objetivo foi alcançado, ou seja, a proposição de diretrizes gerais como apoio para uma futura construção da política de esporte e lazer da UFT.

Em vista dos levantamentos desta pesquisa, as ações, os projetos, os programas e os espaços esportivos da UFT precisam ser criados e ampliados abrangendo todos os câmpus, cada um conforme a sua necessidade. Contudo, só com a efetiva discussão e atuação desta proposta, é que se terá uma noção mais eficaz dos resultados, considerando a realidade institucional e a coletividade dos indivíduos que se diferenciam por suas especificidades socioculturais, aspectos bem presentes em âmbito universitário.

Este trabalho não tem a pretensão de apontar soluções definidas para suprir todas as lacunas que envolvem o campo esportivo da UFT. O intuito é contribuir com a área de esporte e lazer em âmbito universitário, especialmente da região norte, na tentativa de apresentar diretrizes que levem a uma melhor compreensão e organização das atividades deste setor a toda comunidade acadêmica.

Ressalta-se, que mesmo com a conclusão deste estudo por meio da orientação de diretrizes gerais, para o andamento da construção de uma política de esporte é necessário planejar todas as etapas, criar uma comissão responsável por esse processo, e a partir de uma minuta abrir as discussões sobre a temática que encadeie na consulta e aprovação de toda comunidade acadêmica.

E assim, fica o anseio de que - tão logo - a UFT entre no *hall* das universidades públicas da região norte de referência em organização da sua política de esporte e lazer, para assim, se tornar uma referência nacional. Seguimos na esperança.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; e ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. p.107- 260.

ATHAYDE, Pedro; CARVALHO, Miguel; MATIAS, Wagner; CARNEIRO, Fernando; SANTOS, Samir. **Panorama Sobre a Constitucionalização do Direito ao Esporte no Brasil**. Revista Motrivivência, Florianópolis, V. 28, nº 49, dezembro/2016, p 38-53.

ALVES José Matias. **Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto Edições Asa, 1992.

BARBOSA, Cláudio. **Liderança na gestão do esporte universitário**: proposta da criação de uma rede de dados. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Ed.Persona, 1977.

BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva. **Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília–UnB (2009-2016)**. Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação Física). Universidade de Brasília. 2018.

BORGES, Elisa de Campo; BUONICORE, Augusto César. **Memória do Esporte Educacional Brasileiro**: Breve história dos jogos universitários e Escolares. São Paulo, Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.

BRAGA, Robério. **O bem cultural na Amazônia**. *Ciência e Cultura*, v. 61, n. 3, p. 33-36, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 17 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 3.199, 14 de abril de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm)>. Acesso em: 13 fev. 2019. 1941a.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.617, 15 de setembro de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos universitários**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm)>. Acesso em: 13 fev.2019. 1941b.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior**. Brasília. Congresso

Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm)> Acesso em: 04 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975. **Institui normas gerais sobre desportos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6251.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6251.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)> Acesso em: 04 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – **SINAES** e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES**, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso: 04 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Agência Brasil. Empresa Brasil de comunicação. **Falta de infraestrutura é problema em mais da metade das escolas indígenas**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-09/brasil-tem-508-escolasrurais-sem-infraestrutura-diz-estudo>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **REUNI**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2008.

CAMARGO, Philipe Rocha de; MEZZADRI, Fernando Marinho. **A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980)**. Motrivivência, Florianópolis, v. 30, n. 53, p. 52-68, abr. 2018. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n53p52>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

CANAN, F., SILVA JÚNIOR, A. P. D., OLIVEIRA, A. A. B. D., & STAREPRAVO, F. A. **A configuração da rede SETI esportes: discutindo e avaliando a partir da policy analysis**. Revista da educação física/UEM, v. 25, n. 3, p. 391-403, 2014.

CAPI, A. H. C., BAHIA, M. C., GRASSO, R. M. P., STOPPA, E. A., & ISAYAMA, H. F. **Lazer na região norte do Brasil: as práticas cotidianas das diferentes classes sociais**. Papers do NAEA, v. 28, n. 1, 2019.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** 4ª ed. Campinas: Papirus. 1994. 225p.

CÁRDENAS, R.N. **Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede CEDES do Estado de Rondônia.** Projeto. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Saúde. Departamento de Educação Física. Porto Velho, RO, 2015. Disponível em: < <https://cdppel-rondonia.wixsite.com/cdppel-ro>> Acesso em: 11 mar. 2019.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. A educação superior. In: OLIVEIRA, Romuldo Portela; ADRIÃO, Theresa. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-84.

CBDU. Notícias. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/2018-ano-novo-formato-do-jubs/>. Acesso em: agosto de 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A" era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres.** Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, p. 11-37, 2012.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. **Políticas públicas sociais. Políticas públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 11-25, 2002.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE ALBUQUERQUE FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Educar em Revista, v. 22, n. 28, p. 17-36, 2006.

DE AQUINO FREIRE, I.; CÁRDENAS, R. N.; MAGALHÃES, L. M.; BORGES, C. J.; TEIXEIRA, T. G. **Produção e Organização do Conhecimento sobre Esporte e Lazer na Amazônia: Desafios da Rede Cedex.** LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 21, n. 4, p. 549-572, 2018.

DE MELO, Victor Andrade; FORTES, Rafael. **História do esporte: panorama e perspectivas.** Fronteiras, v. 12, n. 22, p. 11-35, 2010.

DEUBEL, A. N. R. **Políticas Públicas: formulación, implementación e evolución.** Bogotá, 2006.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, p. 187-222, 1992.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, São Paulo, n. 21, p. 210-259, jun. 2000.

FRIZZO, Giovanni. **Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do ministério do esporte**. Motrivivência, v. 31, n. 60, p. 01-16, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 151 p.

GOMES, J; PINTO, V. **50 Anos da Lei Nº 5.540/68 da Reforma Universitária**. Revista Ensino de Ciências e Humanidades-RECH, v. 1, n. 1, Jul-Dez, p. 429-446, 2018.

GRANJA, Brunna Carvalho Almeida. **Política de esporte e lazer do Recife no período de 2001 a 2012: avanços, limites e contradições**. 2016.

HATZIDAKIS, Georgios. **Perfil da atividade esportiva principal de atletas universitários participantes de competições esportivas universitária oficiais**. Monografia UNIFEC São Caetano do Sul, 1993.

HATZIDAKIS, Georgios. **O Esporte Universitário**: Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro, CONFEF. 2006.

HISTÓRICO DE TODOS OS JUBS. 18 de julho de 1987. Jornal Diário do Pará, Belém.

HÖFLING, ELOISA DE. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse do Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: < <http://inep.gov.br/centso-da-educacao-superior> >. Acesso em 05 jan. 2019.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MACEDO, J. C.; ABRANCHES, A. F. P. S. **Política de Assistência Estudantil: repercussões sobre a sua contribuição.** *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 10. Junho de 2018.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de Esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização.** Campinas: 7. Ed. Papirus, 2000. 88p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MASCARENHAS, Fernando. **Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e predição histórica à sombra do lazer.** *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, p. 53-74, 2006.

MAY, Tim. **Pesquisa Documental: escavações e evidências.** *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Matias, W. B., Athayde, P. F., Húngaro, E. M., & Mascarenhas, F. **A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil.** *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.

MAZZEI, Leandro; BASTOS, Flávia. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas.** 1ª edição, Ícone Editora, São Paulo, 2012.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. **História do esporte: panorama e perspectivas.** *Fronteiras*, [S.l.], v. 12, n. 22, p. 11-35, dez. 2010. ISSN 2175-0742. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1180>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MELO, Victor Andrade. **Porque devemos estudar História da Educação Física/Espportes nos cursos de graduação?** *Motriz. Journal of Physical Education*. UNESP, p. 56-61, 1997.

MENEZES, Vilde. **Gestão de políticas públicas desportivas municipais: análise metropolitana do Recife-PE-Brasil, no período de 2002-2008.** 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos.** Esporte, Lazer e Políticas Públicas na Região dos Lagos, p. 89, 2011.

MEZZADRI, F. M., MORAES, M., & FIGUERÔA, K. M. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista.** Motrivivência, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Diagnóstico Nacional do Esporte.** Caderno 2. Brasília: ME, 2016.

OLIVEIRA, José; DE LUCENA, Isabel Cristina. **Alfabetização matemática em classes multisseriadas de escolas ribeirinhas da Amazônia: atuação docente em foco.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 95, n. 239, 2014.

Disponível em:

<<http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3487>>. Acesso: jan.2020.

PAULA, M. F. **Reforma da Educação Superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco.** In: Revista Argentina de Educação Superior. Ano 1, Número 1, 2009. p. 152- 172.

PARENTE, M.; PORTO JUNIOR, F. G. **O PDI da UFT: instrumento burocrático ou instrumento de gestão? Uma breve análise.** Revista Observatório, v. 1, n. 3, p. 317-335, 26 dez. 2015.

PEDROSO, M. **Gestores de assistência social abordam o fator amazônico.** Governo do estado do Pará. Disponível em: <<https://www.loterpa.pa.gov.br/?q=node/1523>>. Acesso em: jan.2020.

PEREIRA, Potyara. **Política social: temas e questões.** São Paulo: Cortez Editora. Capítulo 5 “concepções e propostas de política social”, p. 163-202. 2008.

PIRAJÁ, G., SOUSA, T., FONSECA, S., BARBOSA, A., & NAHAS, M. **Autoavaliação positiva de estresse e prática de atividades físicas no lazer em estudantes universitários brasileiros.** Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, 18(6), 740-740. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê.** Brasília: Editora UnB, 1986.

RIBEIRO, Gabriela Machado. **Políticas de esporte e lazer: o papel da universidade em questão.** Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Pelotas. 2012.

RIOS, R., COSTA, V. M. F., SANTOS, L. A. D., TOMAZZONI, G. C., & JANISSEK, J. A. **Análise do plano de permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino superior brasileiras.** 2016.

ROCHA, L. C. S.; ARAÚJO, G. E. F.; MARQUES, R. O. **Abordagens epistemológicas nas pesquisas em administração: uma análise nas dissertações de um programa de pós-graduação no nordeste brasileiro.** Holos, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549278011>> ISSN 1518-1634. Acesso em: 26 de out. 2018.

RODRIGUES, M. A. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade: Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920).** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2006.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Brasília: CAPES/UAB, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipação da universidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, A. A *et al.* (Org.). **Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileira: o existente e o necessário.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011. 209p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias. Porto Alegre: ano 8, n. 16, jul/dez, p.20-45, 2006.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico.** 420 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2011.

STAREPRAVO, F. A., REIS L. J. A., MEZZADRI F. M., MARCHI W. **O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva.** Esporte e Sociedade. Ano 5, n. 14, 2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público.** Dissertação (Mestrado em Educação Física)- Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. 167p.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2005.

TRINDADE, Héglio. **Universidade em Perspectiva: Sociedade, Conhecimento e poder.** In: Héglio Trindade (org.), Universidade em ruínas na república dos professores. 2ª ed. Petrópolis, Vozes / Cipedes, 2000, 222p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

TUBINO, Manuel J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 1992.  
\_\_\_\_\_. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que é esporte?** São Paulo. Brasiliense. 1999.

UFAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2020**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2014. Disponível em: < <http://www2.ufac.br/site/pro-reitorias/proplan/pdi-final.pdf> > Acesso em: 07 jun. 2019.

UFAM. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2025**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015. Disponível em: <<https://proplan.ufam.edu.br/index.php/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>> Acesso em: 05 jun. 2019.

UFPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2025**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2015. Disponível em: <<https://proplan.ufpa.br/index.php/pdi-da-ufpa> > Acesso em: 02 jul. 2019.

UFRA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014. Disponível em: <[https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=144&Itemid=293](https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144&Itemid=293) > Acesso em: 07 jun. 2019.

UFRR. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2019**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2015. Disponível em: <<http://proplan.ufrb.br/index.php/planejamento/pdi>> Acesso em: 10 ago. 2019.

UFT. **Estatuto**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2015. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/institucional>> Acesso em: 24 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2016-2020**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2015. Disponível em: < <https://ww2.uft.edu.br/pdi> > Acesso em: 02 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2018**. Janeiro a dezembro de 2018, Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2018. Disponível em: < <https://docs.uft.edu.br/share/s/Ob8U-G0ZSrSSHdId--Wd1A> >. Acesso em: 03 mar. 2019.

UNIFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2014. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/pdi/downloads/> > Acesso em: 10 ago. 2019.

UNIR. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018**. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2013. Disponível em: <<http://www.pdi.unir.br/>> Acesso em: 20 ago. 2019.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192)>. Acesso em: 04 fev. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERONEZ, Luiz F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275418/1/Veronez\\_LuizFernandoCamargo\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275418/1/Veronez_LuizFernandoCamargo_D.pdf)>. Acesso em: 20 jul.2019.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Significados de lazer e recreação no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/HJPB-5NVJWV>>. Acesso em: 20 jul.2019.

ZARDO, A. F.; SOUZA, J.; STAREPRAVO, F. A. **Gestores do esporte e visões de política esportiva no Brasil (1937-2016)**: uma abordagem sociológica. Revista Motrivivência, v. 30, p. 119-133, 2018.